



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

CARINE NOVAES MORAES

**INVENTÁRIO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DO ALTO
SERTÃO DA BAHIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
PAU FERRO DO JOAZEIRO, CAETITÉ, BAHIA.**

Salvador

2019

CARINE NOVAES MORAES

**INVENTÁRIO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DO ALTO
SERTÃO DA BAHIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
PAU FERRO DO JOAZEIRO, CAETITÉ, BAHIA.**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Museologia no Programa de Pós-graduação em Museologia do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Carlos Alberto Santos Costa.

Salvador

2019

Moraes, Carine Novaes.

Inventário museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, Caetité, Bahia./ Carine Novaes Moraes – Salvador, 2019.
199f.: il.

Orientador: Carlos Alberto Santos Costa

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

1. Sociomuseologia. 2. Museu de Território. 3. Inventário Museológico. 4. Comunidade Quilombola. I. Carlos Alberto Santos Costa da II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 069.53

CDU: 069

CARINE NOVAES MORAES

**INVENTÁRIO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DO ALTO
SERTÃO DA BAHIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
PAU FERRO DO JOAZEIRO, CAETITÉ, BAHIA.**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre em Museologia no Programa de Pós-graduação em Museologia do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 29 de março de 2019.

Carlos Alberto Santos Costa – Orientador
Doutor em Arqueologia pela Universidade de Coimbra, UC/PT, Portugal.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Universidade Federal da Bahia, Ufba.

Camila Azevedo de Moraes Wichers
Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, USP/SP, Brasil.
Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, ULHT/PT, Portugal.
Universidade Federal de Goiás, UFG.

À minha mãe Oxum, que rege o meu Ori e me guia pelos rios da vida.

AGRADECIMENTOS

Na trajetória de construção dessa dissertação, diversos encontros foram fundamentais para alinhar meus pensamentos na escada infinita do saber. Portanto, deixo aqui os meus singelos agradecimentos:

Em primeiro lugar presto meu agradecimento aos moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, que me deram licença para entrar em suas casas, me acolhendo com gentileza e carinho. Vocês enchem o meu coração de fé e esperança. Muito obrigada!

A minha mãe, Joana Novaes por me ter dado educação, valores e por me ensinar a caminhar nas estradas tortuosas e principalmente a não temer. Mãe, você que, renunciou os seus sonhos para que eu e meus irmãos pudéssemos realizar os nossos, partilho a alegria e o mérito deste momento.

Aquelas mães que a vida me deu, além dos laços fraternos. Agradeço a Alice Novaes e a Alzira Novaes, pelo zelo, carinho e atenção que tiveram por mim desde o meu nascimento.

A todos os meus familiares, deixo o meu carinho àqueles que diretamente me incentivaram e respeitaram as minhas metas profissionais e acadêmicas.

Ao Prof. Dr^o. Marcelo Nascimento Bernardo Cunha, meu orientador durante o período inicial do mestrado, mas que teve que deixar a orientação para continuar a sua especialização acadêmica em Portugal. Quero dizer que você é um grande exemplo profissional, ao qual me espelho pela audácia, determinação e dedicação aos estudos da museologia e das culturas afro-brasileiras.

O meu grande reconhecimento, ao Prof. Dr^o. Carlos Alberto Santos Costa, que deu seguimento a minha orientação. Agradeço-lhe por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho e em outros trabalhos durante nessa vida acadêmica. Obrigada por me ter corrigido quando necessário.

Aos professores, funcionários do Programa de Pós Graduação em Museologia da Ufba, em especial à Prof^a. Dr^a. Sidélia Texeira, pelos ensinamentos e desafios lançados a teste de conhecimento e desenvoltura, pelas aulas de Teoria Museológica com “Cancline e Foucault”, que estarão para sempre em minha memória. Aos professores e doutores Graça Texeira, Suely Cerávolo, Joseania Freitas, Rita Maia e Carlos

Etchevarne, pela solicitude e solidariedade perante o dilema educacional de passar conhecimento ou fazer transgredir, nas disciplinas obrigatórias ou optativas que cursei durante o mestrado.

Em especial as professoras Suely Moraes Cerávolo e Camila Azevedo de Moraes Wichers, que aceitaram compor minha banca de qualificação. As sugestões e análises de vocês foram demasiadamente significativas. A Suely Moraes Cerávolo, minha professora na graduação e no mestrado, devoto admiração e respeito por sua trajetória acadêmica e pela sagacidade no exercício da profissão. A Camila Azevedo de Moraes Wichers, dedico a inspiração para realização dessa dissertação, você me ajudou perceber na prática que um museu se constrói a partir das inquietações, geradas por histórias cruzadas com vestígios do passado e as narrativas do presente. Gratidão!

A Universidade Federal da Bahia que no seu multiverso de possibilidades educacionais, me deu orientação e sentido. Fez-me enxergar que o valor da educação está nos sujeitos, que tão bravamente resistem ao impetuoso cenário político de contingenciamento de recursos administrativos e científicos.

A equipe da empresa Zanettini Arqueologia, pela colaboração nas pesquisas. Em especial ao Dr^o. Paulo Zanettini pelo profissionalismo e prontidão nas solicitações de material para esta pesquisa e por sua desenvoltura nos trabalhos que alinham a musealização da arqueologia.

A minha turma do Mestrado, meus queridos colegas que partilharam comigo as tensões e alegrias da vida acadêmica. E aos outros colegas que nos esbarram pelos corredores e escadas da Ufba, esses sempre trazem novidades e vigor ao acaso.

Aos amigos que a vida me trouxe, parafraseio a Maria Bethânia: *“Agradecer os amigos que fiz e que mantém a coragem de gostar de mim, apesar de mim...”*, saibam que seus corações estão comigo e o meu com vocês. Amizade é essência que dá tempero à vida.

Aos alunos do tirocínio docente, que me prestaram atenção no trabalho devotado em sala de aula, experiência “ponta pé”, para a vida acadêmica.

Aqueles “amigos” que só vemos ao mergulhar em nosso céu interior, esses são as nossas estrelas, nossos guias. A esses, devoto não só agradecimentos, mas prontidão, respeito, reverência, louvor e saudação.

Agradeço, por fim, ao Universo que possibilitou tamanhas andanças pelo Alto Sertão da Bahia. Foram tantas histórias, tantas memórias compartilhadas com pessoas tão incríveis. Só tenho que agradecer o privilégio de vivenciar esses momentos, que me fizeram crescer como ser humano e como profissional.

É maravilhoso, poder imaginar um museu além das fronteiras físicas e imaginárias, acolá da linearidade do tempo real. Um museu numa imensidão cíclica e atemporal, expressa no saber, nos costumes, nas ideias, nas músicas, nas rezas e tradições. Como esse museu me encanta. Obrigada Masb!

“Somos nossa memória, somos esse quimérico museu de formas
inconstantes, esse monte de espelhos rompidos”

Jorge Luís Borges (1969).

MORAES, Carine Novaes. Inventário museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, Caetité, Bahia. Salvador: PPGMuseu/Ufba 2019, 199pp.

RESUMO

As práticas sociais ligadas aos processos museológicos orientados pela ótica da Sociomuseologia, realizados no Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb), nos seus núcleos museológicos, especialmente o da comunidade quilombola Pau Ferro de Joazeiro, constituem o objeto desta dissertação. Trata-se das ações que envolvem a utilização das experiências museológicas nos processos de transformação social, com a preservação e valorização do patrimônio cultural local. Para observar essa realidade, impôs-se o questionamento acerca do alcance da Sociomuseologia como vetor das ações sociais ou como prática de uma área de conhecimento. A partir disso, a análise recaiu sobre as diretrizes de participação social na inventariação do patrimônio cultural, sua conformação e institucionalização, no âmbito de implantação de um museu. O foco principal foi o projeto 'Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia', que visava proporcionar a realização de um inventário participativo em nove dos dez núcleos museológicos do Masb, em especial aquele da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro. O Masb, como espaço museológico, deriva dos processos de licenciamento ambiental da área arqueológica, que gerou um grande acervo que demanda local adequado para salvaguarda; associado a isso, a instituição ganhou contornos de museu de território, com ampla inserção social. Ao longo da implantação, houve uma intensa participação da equipe técnica museológica na elaboração das diretrizes de atuação institucional com as comunidades, seguida do afastamento da mesma equipe em decorrência da suspensão dos financiamentos. Essa distância resultou na descontinuidade da experiência pautada sobre as diretrizes da Sociomuseologia. É sobre esse processo que se busca refletir.

Palavras chave: Sociomuseologia; Museu de Território; Inventário Museológico; Comunidade Quilombola.

ABSTRACT

The social practices related to the museological processes guided by Sociomuseologia optics, made in the Museum of the High Sertão of Bahia (Masb), in its museological nuclei, especially the quilombola community Pau Ferro de Joazeiro, constitute the object of this dissertation. These actions involve the use of museological experiences in the processes of social transformation, with the preservation and enhancement of local cultural heritage. In order to observe this reality, it was necessary to question the scope of Sociomuseology as a vector of social actions or as a practice of an area of knowledge. From this, the analysis fell on the guidelines of social participation in the inventory of the cultural heritage, its conformation and institutionalization, in the scope of the implantation of a museum. The main focus was the Patrimonial Paths project in Alto Sertão da Bahia, which aimed to provide a participatory inventory in nine of the ten museums of the Masb, especially that of the quilombola community Pau Ferro do Joazeiro. The Masb, as a museum space, derives from the processes of environmental licensing of the archaeological area, which generated a large collection that demands adequate site for safeguarding; associated with this, the institution gained contours of territory museum, with wide social insertion. Throughout the implantation, there was an intense participation of the technical museological team in the elaboration of the guidelines of institutional action with the communities, followed by the removal of the same team as a result of the suspension of the financing. This distance resulted in the discontinuity of the experience based on the guidelines of Sociomuseologia. It is about this process that we seek to reflect.

Keywords: Sociomuseology; Territory Museum. Museological Inventory. Community Quilombola.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Higienização do material arqueológico coletado em campo.	41
Figura 2: Marcação documental das peças.	42
Figura 3: Escala do objeto.	42
Figura 4: Objeto cerâmico remontado.	42
Figura 5: Características geográficas de relevo estado da Bahia. Fonte: Atlas eólico da Bahia (2013).	44
Figura 6: Mesorregião do centro sul baiano e microrregião de Guanambi.	45
Figura 7: Mapa eólico do estado da Bahia nos anos de 2002 e 2013, respectivamente.	46
Figura 8: Imagem de satélite da área de instalação da Indústria Nuclear do Brasil (INB).	51
Figura 9: Mina de urânio em Caetité.	51
Figura 10: Mapa da Bahia com divisão dos territórios de identidade.	54
Figura 11: Localização do município de Caetité.	66
Figura 12: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Caetité.	68
Figura 13: Habitação dos povos Camacã na região entre o Rio Pardo e o Rio de Contas. Fonte: Caderno de Cultura Caetiteense.	69
Figura 14: Mapa do município de Guanambi.	56
Figura 15: Evolução do Índice de desenvolvimento Humano do Município de Guanambi.	58
Figura 16: Mapa regional do município de Igaporã.	61
Figura 17: Evolução do Índice de desenvolvimento Humano do Município de Igaporã.	63
Figura 18: Casa de pedra da fazenda Santo Antônio em Igaporã, Bahia.	65
Figura 19: Visita do Grupo de Trabalho do Masb ao museu comunitário Mãe Mirinha do Portão, em Lauro de Freitas, Bahia. A visita foi acompanhada pela equipe técnica da Zanettini Arqueologia e pelos museólogos convidados Hugues de Varine e Maria Célia Santos.	82
Figura 20: Localização geográfica dos núcleos museológicos do Masb.	87
Figura 21: Visita do museólogo e professor Mário de Souza Chagas ao núcleo museológico da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.	97

Figura 22: Exemplo de Ficha de Referência patrimonial preenchida pelos Agentes Culturais do núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro.	107
Figura 23: Entrevista com o Sr. José Silva, reconhecido como mestre da cultura popular da comunidade de Pau Ferro do Joazeiro.	121
Figura 24: Agentes Culturais da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.	121
Figura 25: Festejo de Santo Antônio.	122
Figura 26: Mutirão de moradores da comunidade para o roçado da terra.	123
Figura 27: Associação de moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.	124
Figura 28: Dona Maria Cândida e Ivanete Mattos fazendo panelas de barro.	125
Figura 29: Artesanato em bordado e crochê exposto durante o evento da Semana Nacional de Museus do Masb, na comunidade Pau Ferro do Joazeiro.	126
Figura 30: Artesanato com palha produzido por mulheres da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.	127
Figura 31: Apresentação da quadrilha durante o evento da Semana de Museus do Masb na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.	128
Figura 32: Apresentação do grupo de Reiseros durante a Semana Nacional de Museus do Masb.	129
Figura 33: Ornamentação de Natal da Associação de Moradores do Pau Ferro do Joazeiro.	130
Figura 34: Apresentação das cantigas de roda durante evento da Semana Nacional de Museus.	134
Figura 35: Entrega dos certificados aos Agentes Culturais da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.	135
Figura 36: Compilação de imagens do processo de mediação e formação do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’.	136
Figura 37: Entrega dos equipamentos ao núcleo museológico Movimento de Mulheres Camponesas.	Erro! Indicador não definido.
Figura 38: Mapa afetivo do núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro.	113
Figura 39: Imagem de satélite com georeferenciamento dos patrimônios culturais do núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro.	114
Figura 40: Totem com sinalização do núcleo museológico.	139
Figura 41 Sr. José Silva segurando o mapa com as referências patrimoniais do núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro.	140

Figura 42: Cartaz da Semana Nacional de Museu, com a programação do Masb, ano 2015.....	142
Figura 43: “Latada”, estrutura de madeira coberta por palha, construída pelos moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro para recepção do público do evento ‘Café com os Quilombolas’.....	143
Figura 44: Apresentação dos bens culturais selecionados pela comunidade na realização do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia.	144
Figura 45: Apresentação da celebração do Reisado durante o ‘Café com os Quilombolas’.....	144
Figura 46 Artesanato em cerâmica e crochê produzido por moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, exposto durante a Semana Nacional de Museus de 2015. Erro! Indicador não definido.	
Figura 47: Café produzido pelas mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas, para o evento ‘Café com os Quilombolas’.....	144
Figura 48: Apresentação do projeto de mestrado para moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.	152
Figura 49: Dinâmica teia da vida com os moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados comparativos dos núcleos museológicos.	171
Tabela 2: Dados comparativos de participação no projeto ‘Percurso’ Erro! Indicador não definido.	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Amasb	Associação de Amigos do Masb
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Icom	Conselho Internacional de Museus
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano de Municipal
IEAT	Instituto de Educação Anísio Teixeira
INB	Indústria Nuclear do Brasil
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
Masb	Museu do Alto Sertão da Bahia
MinC/Sphan	Ministério da Cultura/Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MME	Ministério de Minas e Energia
PNM	Política Nacional de Museus
PPGMuseu	Programa de Pós Graduação em Museologia
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Seplam	Secretaria de Planejamento
SHIASs	Sítios Históricos de Interesse Arqueológico
Uesc	Universidade de Santa Cruz
Ufba	Universidade Federal da Bahia
Uneb	Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 Trajetória da pesquisa	18
1.2 Perfil da pesquisadora	20
1.3 O campo de pesquisa	21
1.4 Hipótese de trabalho, problema de pesquisa e organização da dissertação ..	22
2. O Alto Sertão da Bahia: um território em transformação	26
2.1 Caminho teórico-estrutural para construção do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’	26
2.3 Um campo de pesquisa arqueológico: o contexto	34
2.4 Localizações geográficas e fontes de desenvolvimento	43
2.4.1 A energia eólica e seu impacto no território	46
2.4.2 O minério de urânio e sua exploração no território	50
2.5 Os três municípios que contemplam o Masb: contextualização política um território de identidades	52
2.4.1 Guanambi	56
2.4.2 Igaporã	61
2.4.3 Caetité	66
2.5 Uma comunidade quilombola como objeto de estudo	72
3. O Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)	77
3.1 Masb– síntese	78
3.2 A estrutura do MASB	84
3.3 Os núcleos museológicos – o compromisso com a sociomuseologia	85
3.3.1 Escola Emiliana Nogueira Pita (Caetité)	88
3.3.2 Centro de Cultura (Igaporã)	88
3.3.3 Colégio Municipal do Tamboril (Igaporã)	89
3.3.4 Comunidade Quilombola Gurunga (Igaporã)	90
3.3.5 Comunidade Pajeú do Josefino (Guanambi)	91
3.3.6 Movimento de Mulheres Camponesas (Caetité)	91
3.3.7 Instituto de Educação Anísio Teixeira (Caetité)	93
3.3.8 Sítio arqueológico Moita dos Porcos (Caetité)	93
3.3.9 Comunidade Curral de Varas (Guanambi)	95
3.3.10 Comunidade Quilombola Pau Ferro do Joazeiro (Caetité)	95
4. Projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’ na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro	98
4.1 A relação com patrimônio o patrimônio local	98
4.2 A documentação museológica	100

4.3 Sistematização das informações documentais	102
4.4 O inventário do patrimônio cultural do Alto Sertão da Bahia	108
4.5 Delimitação do território	111
4.6 Perspectiva de desenvolvimento turístico.....	115
4.7 Mediação e formação de Agentes Culturais	116
4.8 A exposição do projeto ‘Percurso’	137
4.9 Semana Nacional de Museus: café com os quilombolas.....	141
4.10 Recurso e fomento	145
4.11 Continuidade dos processos museológicos	146
4.12 Interrupção financeira do projeto MASB	148
5. Pesquisa em campo e resultados obtidos	150
5.1 Encontro com os moradores da comunidade	151
5.2 Questionário com os Agentes Culturais	160
5.3 Entrevistas	166
5.4 Análise do caráter participativo do projeto ‘Percurso’.....	169
5.4.1 Análise do depoimento do Railson Santos Silva	175
5.4.2 Análise do depoimento da D. Cida.....	176
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
Apêndice 01 – Lista de presença	195
Apêndice 02 – Exemplo de questionário preenchido.....	196

1. INTRODUÇÃO

1.1 Trajetória da pesquisa

A museologia vem conquistando espaço e debates voltados ao cenário social e se concretizando no reconhecimento de realidades históricas e organização social, legitimando processos culturais, e relações de prática coletiva. Nesse sentido, o título atribuído a essa dissertação busca reconhecer ações que possuem características contemporâneas ligadas a sociomuseologia.

A terminologia ligada ao sentido social da museologia implica numa gama de reflexões do campo museológico. Nesse sentido busca-se compreender a razão de ambos serem utilizados como referência na constituição dessa pesquisa. Os termos “museologia social” e “sociomuseologia” são apontados como impasse reflexivo ao campo acadêmico, pois coloca em evidência uma estrutura de museu tradicional, que segundo Maria Cecília Londres Fonseca, (2005) está atribuída à representação de uma herança cultural das nações, ligadas ao sentido de preservação de monumentos e valorização e relíquias, seguindo critérios de natureza histórica e tendenciosa ao enaltecimento de uma cultura europeia.

Nesse trabalho busca-se refletir sobre um momento de ruptura dos conceitos tradicionais de preservação do patrimônio orientados pelo segmento de classes dominantes, como bem aponta Hugues de Varine ao denotar que “[...] os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus” (VARINE apud CHAGAS & GOUVEIA, 2014, p. 10).

O processo de descolonização das ações museológicas que permeiam a construção de memórias, a partir da relação e influência do indivíduo como ser de integração social e a sua relação com o reconhecimento legítimo de identidade cultural se estruturam como base dessa pesquisa. Buscou-se trabalhar com conceitos sobre a museologia na contemporaneidade, elencando a pesquisa de campo realizada pelo Museu do Alto

Sertão da Bahia (Masb), em consonância com a produção de inventários museológicos e desdobramentos ao meio social.

A dissertação parte da descrição de um estudo caso, que compreende em síntese uma ação técnica, realizada pelo Masb, em seus núcleos museológicos. Trata-se de um projeto intitulado ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’. Este teve como objetivo mapear os bens culturais do território do Alto Sertão baiano e criar uma exposição móvel dos roteiros turísticos mapeados nos núcleos museológicos da instituição.

Em termos técnicos, o projeto foi direcionado por um planejamento estratégico institucional, denominado ‘Plano Museológico do Masb’ que consta como parte dos objetivos dos programas de ‘Pesquisa’, ‘Acervos/ Coleções’ e ‘Comunicação’. Realizado nos anos de 2014 e 2015, o projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’ teve como base a construção de um arrolamento documental, associado a uma lista de referências culturais.

O arrolamento das referências patrimoniais foi realizado de forma coletiva nos núcleos museológicos do Masb, como forma de mapear o maior quantitativo de referências, para que em seguida fossem selecionadas as mais relevantes, em termo de representatividade, a serem aprofundadas numa ação de pesquisa e documentação.

As ações realizadas no projeto ‘Percurso’ assumem um caráter participativo, pois evidencia a participação social de um conjunto de múltiplos atores, agentes e instituições que compõe o tecido sociocultural do território. Sendo assim, consideramos que a interação destes complexos conceitos de participação coloca a população numa condição ativa de produzir conhecimento e disseminar informações, resultando numa mudança nas relações tradicionais de comunicação e exposição da sua cultura.

Justifica-se a natureza deste estudo como uma possibilidade de entender a eficácia de práticas museológicas realizadas fora da sede do museu, e que tenham como foco o reconhecimento e valorização de patrimônios locais em sua gama de representatividade. O projeto ‘Percurso’ foi escolhido como objeto de estudo, por que dialoga com os conceitos da museologia contemporânea e coloca as ações museológicas em defesa dos direitos humanos e das questões sociais.

O projeto cumpriu normativas estabelecidas pela atual Política Nacional de Museus, cujas ideias originais, podemos dizer, tem raízes desde a década de 1970 e tem como foco ações de “democratização” da memória e “acesso” aos bens culturais nacionais. Esse modelo museológico está associado às ideias de caráter participativo em um cenário processual de democratização da memória, transformação social e difusão do conhecimento.

Essa dissertação tem como foco o desenvolvimento do projeto ‘Percurso’ na comunidade quilombola pau ferro do Joazeiro, que possui traços de herança africana. A observação dos processos metodológicos do projeto ‘Percurso’ realizado nesta comunidade permite compreender traços sociais, a formação discursiva e a dimensão comunicacional identitária.

1.2 Perfil da pesquisadora

A construção dessa dissertação está pautada numa experiência de trabalho direta com o objeto da pesquisa. Nos anos de 2014 e 2015 trabalhei para a empresa Zanettini Arqueologia, atuando como Educadora Patrimonial integrada à equipe técnica do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb). Nesse período, atuei como colaboradora de campo durante a fase de implantação do museu, que se configurava na etapa de estruturação arquitetônica da sede e implantação dos núcleos museológicos. Minhas ações de trabalho consistiam em realizar atividades de campo, em consonâncias com as diretrizes do projeto.

A experiência como Educadora Patrimonial, permitiu o acompanhamento e a instrumentalização dos atores locais ligados aos núcleos museológicos e aos membros da Associação de Amigos do Masb (Amasb). As atividades desenvolvidas eram alinhadas com as diretrizes definidas pela consultoria técnica do projeto, com base no Plano Museológico da instituição.

O contato com este trabalho me despertou o anseio de buscar conhecimento teórico sobre o tema, por isso acabei cursando uma especialização em Africanidades e

Cultura Afro-brasileira, como forma de alicerçar meus conhecimentos acadêmicos. Ainda não satisfeita, ingressei como aluno do curso de programa de Pós Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia e pude dar continuidade aos estudos museológicos, numa linha de pesquisa direcionada ao desenvolvimento social.

1.3 O campo de pesquisa

O objeto dessa pesquisa está localizado na zona rural do município de Caetité, Bahia, entre os distritos de Maniaçu e Lagoa Real. A comunidade obteve seu reconhecimento como quilombola no ano de 2010, concedido pela Fundação Cultural Palmares, após o processo de autodeclaração de comunidade remanescente de quilombo e comprovação histórica de terra quilombola.

O local onde a comunidade Pau Ferro do Joazeiro está inserida, é também reconhecido como “área de adjacência” de uma usina de urânio radioativo, instalada desde o ano 2000, após a descoberta da alta concentração do minério urânio no território, na década de 70 do século XX. Essa mina de energia nuclear comporta uma das maiores reservas de urânio do mundo. A extração do minério na região é realizada pela Indústria Nuclear do Brasil (INB), que faz a extração, o beneficiamento e produz o concentrado de urânio. Devido à proximidade com a usina, a comunidade tornou-se área de risco, vulnerável aos possíveis impactos ambientais e riscos a saúde da população.

É válido destacar que o projeto Masb não possui relação com a INB, ele foi financiado por uma empresa de energia eólica, a Renova Energia, que possui empreendimentos eólicos na região do Alto Sertão da Bahia.

O projeto de implantação do Masb foi concedido por incentivo financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em parceria com a Prefeitura Municipal de Caetité e com o Campus VI da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). O financiamento do BNDES possibilitou a implantação de outros projetos, além do Masb. Esses tem em comum o objetivo de proporcionar o desenvolvimento sustentável e socioambiental na região do Alto Sertão Baiano, que integra, principalmente, os municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, onde foram instalados os primeiros parques eólicos da Renova Energia.

1.4 Hipótese de trabalho, problema de pesquisa e organização da dissertação

A pesquisa se estrutura a partir da observação do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’, que teve como atividade principal a produção de um inventário museológico. Realizado em nove dos dez núcleos do Masb, o projeto teve como objetivo, realizar o mapeamento das referências culturais do território.

O Masb possui dez núcleos museológicos, distribuídos nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, no estado da Bahia, sendo que cada núcleo possui uma particularidade representativa do retrato de múltiplos aspectos desse território. Um desses dez núcleos não fez parte do projeto ‘Percurso’ por se tratar de um sítio arqueológico, representado por uma família de moradores. O investimento do projeto para o sítio arqueológico Moita dos Porcos teve como foco o investimento em acessibilidade ao sítio e conseqüente promoção turística.

A pesquisa tem como foco o desenvolvimento do projeto ‘Percurso’ na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, que integra um dos núcleos museológicos do Masb. A escolha desse núcleo como objeto de estudo está pautada em aspectos particulares de desenvolvimento do projeto.

Cabe frisar que o projeto ‘Percurso’ teve como suporte as ações de Educação Patrimonial desenvolvidas no âmbito da Arqueologia, realizadas na obrigatoriedade de legal da instalação dos parques eólicos da Renova Energia. Essas ações possibilitaram uma leitura do território, constituída a partir do diálogo com moradores locais sobre a diversidade cultural e heranças históricas. A partir daí foi possível pensar um modelo de museu que atendessem as necessidades locais.

A Educação Patrimonial entendida como instrumento de “alfabetização cultural” possibilita a criação de diálogos plurais e compreensão do universo sociocultural, histórico ao qual o indivíduo está inserido. Nesse sentido, consideramos a valorização do patrimônio local como instrumento de conhecimento que inclui novas compreensões sobre a diversidade cultural.

Pretende-se, compreender como uma atividade técnica museológica possibilita a compreensão de um fenômeno social, a partir da valorização dos patrimônios de um território? Essa dissertação se estrutura com base nos aspectos metodológicos atrelados a produção de um inventário museológico e seus desdobramentos conceituais. Observamos esta produção técnica, para além de uma ferramenta documental museológica, mas como fonte de produção de conhecimento, que permite uma visão global e integrada de patrimônios não consagrados.

A hipótese que orienta essa dissertação parte do desenvolvimento epistemológico da museologia direciona as questões sociais e seus contornos, entendendo-a como um processo valorização da cultura, orientado pelo olhar técnico/museológico de equipes institucionais.

Derivada dessa percepção hipotética da realidade como problema de investigação, questionamos se sociomuseologia, entendida pelo engajamento pessoas no sentido prático do fazer museologia, pode ser desenvolvida em processos museológicos sem a motivação técnica das equipes institucionais?

Para entender essa hipótese e problema de pesquisa, tomaremos como estudo de caso a comunidade quilombola de Pau Ferro de Joazeiro, que participou do desenvolvimento de uma experiência museológica orientada por uma equipe técnica museológica. Essa experiência deriva da produção de um inventário museológico realizado de forma participativa, calcada nos princípios da sociomuseologia.

Destacamos que o projeto aconteceu de maneira contínua durante um lapso de tempo, seguida pela descontinuidade decorrente da ausência de financiamento para a manutenção das equipes técnicas/museológicas. Portanto, com a saída das equipes técnicas restou no processo sociomuseológico o papel autônomo do grupo sociocultural e dos espaços museológicos. Sendo assim, entendemos que esse caso se figura como um recorte privilegiado para a investigação.

A constituição do *corpus* dessa dissertação foi feita por meio de pesquisa de campo e o levantamento de dados obedecendo a seguinte estrutura:

- a) Compreender a constituição do Masb como estudo de caso, condicionado aos princípios da sociomuseologia;
- b) Análise do campo de conhecimento a partir do estudo de caso, observando experiências e significados;

- c) Coleta de depoimentos e análise de dados com pessoas que colaboram para a construção do projeto ‘Percurso’;
- d) Estudo detalhado do caso e análise dos resultados;
- e) Formulação de hipóteses com base nos instrumentos coletados em campo.

O entendimento de caso possibilitou estruturar a dissertação numa estrutura de quatro capítulos, sendo que os três primeiros capítulos contextualizam o projeto de pesquisa e o último trata da fase de campo, seguido pelas Considerações Finais que possui um caráter mais autoral e menos descritivo.

De modo geral a pesquisa foi construída por documentos essenciais como o Plano Museológico do Masb, os relatórios do processo de implantação do Masb e os relatórios dos projetos de Arqueologia realizados pela empresa Zanettini Arqueologia. Esses documentos contém informações cogentes para a contextualização do objeto de pesquisa dessa dissertação. Além dessas referências cuja natureza parte da análise de procedimentos técnicos, a dissertação foi composta por uma vasta pesquisa bibliográfica e documental, essenciais para composição da estrutura de dissertação.

O Capítulo I – ‘O Alto Sertão da Bahia: um território em transformação’, se refere a um espaço que segue uma lógica específica – histórica, política e econômica – que se constituem como variáveis para compreensão do território em questão. A apreensão do contexto territorial está atrelada a diferentes significados, desde a demarcação oficial de territórios de identidade, como as representações dos índices de desenvolvimento de cada município. Esses dados representam caminhos que unem questionamentos e limites abordados no processo de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia.

No Capítulo II – ‘O Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)’ consta uma breve apresentação do processo de implantação do Masb, tendo como ponto de partida o contexto museológico contemporâneo. Nesse contexto, estão atreladas duas questões essenciais a essa pesquisa:

- 1) A proposta de criação de um museu que contemple as pesquisas arqueológicas realizadas no território;
- 2) A valorização dos patrimônios culturais engajados a perspectiva de desenvolvimento social.

Para tanto, fez-se necessário apresentar a estrutura do museu, contemplando as etapas de planejamento e a fase de implantação.

No Capítulo III – Projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’ na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro’ se constitui numa apresentação dos processos metodológicos do projeto ‘Percurso’ com foco para a comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, que constitui o objeto de estudo dessa dissertação. Nele constam os desdobramentos das atividades técnicas e uma avaliação dos resultados obtidos sob o olhar museológico contemporâneo.

No Capítulo IV – ‘Pesquisa em campo e resultados obtidos’ consiste numa síntese de entendimento dos resultados após a realização do projeto, ‘Percurso’, sob o prisma da particularidade do núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro e de colaboradores. Consideramos esse capítulo não como uma etapa do projeto, mas como parte de um exercício contínuo de avaliação que permeia a continuidade do processo museológico. A constatação dos fatos produzidos em campo foi descrita de forma integral, norteadas por questionários, entrevistas e dinâmicas de interação.

As ‘Considerações finais’ apresenta uma construção lógica do trabalho, que consiste na organização das ideias necessárias para responder as hipóteses partir uma análise crítica do que foi exposto, denotando pontos positivos e negativos do processo analisado.

É importante salientar que a metodologia aplicada à construção dessa dissertação foi elaborada com base no entendimento geral da constituição de um Museu de Território, que toma forma na medida de construção de processo social que se interliga a vestígios materiais antepassados, as relações troca do presente as perspectivas de futuro de uma população.

2. O Alto Sertão da Bahia: um território em transformação

*“[...]No Sertão a pedra não sabe lecionar,
e se lecionasse não ensinaria nada;
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
uma pedra de nascença, entranha a alma.”*

João Cabral de Mello Neto (1996).

2.1 Caminho teórico-estrutural para construção do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’

Os aspectos referentes à Sociomuseologia se configuram nesse projeto como uma estrutura de representação interligada no sentido metodológico de seleção dos patrimônios que representam o território do Alto Sertão da Bahia. Considerando que “o conceito de sociomuseologia, traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (MOUTINHO, 1993. p. 1). Sendo assim, se faz necessário compreender seu processo constitutivo, seus antecedentes, conceitos e princípios para que se possa analisar o processo museológico sob o ponto de vista de intervenção territorial e a sua relação com a memória local. Nesse sentido, destacamos a função social do museu e o seu papel norteador de ação social.

O caminho estrutural do projeto ‘Percurso’ perpassa as transformações conceituais integradas ao entendimento da sociomuseologia, partindo do conceito de museu atribuído pelo Código de Ética do *Internacional Council of Museums* (Icom) adotada durante a 20ª Assembleia Geral, em Barcelona, Espanha, em 2001 o museu é tido como uma “instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem [...]”.

Diversos conceitos de museus se constituíram nas últimas décadas, principalmente após os anos de 1970, pois ele se adequa as mudanças de paradigmas atreladas a sua função perante a sociedade, como o próprio Icom (1986) já reconhecia que:

A função do museu deve centrar-se em poder colocar a população local em contato com sua própria história, suas tradições e valores. Por meio destas atividades o museu contribui para que a comunidade tome consciência de sua própria identidade que geralmente tenha sido escamoteada por razões de ordem histórica, social e racial. (ICOM, [1986], 2009).

Ainda sobre o conceito de museu José Nascimento Junior define como sendo “uma instituição aberta ao público, a serviço da sociedade, [...], sobretudo no que diz respeito à ‘percepção crítica da realidade’, ‘à inclusão social’, à ‘democratização do acesso’ [...]” (NASCIMENTO JR, 2010, p. 24).

Grabriela Ramos Figurelli acredita que o “caráter social de uma ação museológica deve estar direcionado para a intervenção social que busca a transformação do meio” (FIGURELLI, 2012, p. 29-30). É nesse sentido de atribuição da função do social do museu que o Masb realiza atividades de caráter coletivo, como o projeto ‘Percurso’, que qualifica a existência do museu.

Em consonância com os relatórios do Masb (2015) a estruturação metodológica do projeto ‘Percurso’ se deu a partir da seleção de referências patrimoniais de grupos específicos, que representam a memória social e coletiva do território. Essas referências compõe a representação identitária uma trajetória histórica da região, através delas foi possível estabelecer um diálogo entre o passado e o presente, numa reflexão sobre o futuro.

A atribuição política da memória ainda tem sido evidenciada nos museus, a partir de uma percepção dos objetos como documentos, fundamental para transformar uma “[...] em objeto de conhecimento crítico, compreendendo o processo histórico de incorporação de objetos e coleções como formas específicas de legitimar determinadas representações [...]” (JULIÃO, 2006, p. 101).

O sentido de representação museológico contemporâneo permite enxergar o museu para além do espaço físico da instituição museu, ao observar o território e sua relação com o desenvolvimento e a diversidade. Esse resultado é fruto de inúmeros debates, que desde a década de 70 do século XX, vêm tomando forma, se estruturando, tanto no campo científico como nas evoluções tecnológicas. Uma das ações de destaque

nesse processo foi às apresentações da Mesa-Redonda de Santiago do Chile¹, em que foi definido “um novo conceito de ação dos museus: o museu integral², destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (ICOM, 2009).

De acordo com Hugues de Varine (2012), esses movimentos resultaram na constituição da “Nova Museologia”, que toma formas diferentes de acordo com o país e com os contextos. É essencialmente um movimento de museólogos que procuraram adaptar o museu ao seu tempo e às necessidades das populações. No entanto, esse não é um movimento apenas de museólogos, ele reúne profissionais de museus, professores, educadores, agentes de desenvolvimento e outros para os quais o patrimônio é um recurso essencial e a cultura uma dimensão primordial do desenvolvimento. Mesmo com grandes contribuições do pensamento museológico contemporâneo, ainda é comum encontrar ideias opostas ao desenvolvimento de práticas sociais em museus, relacionadas a uma tradição elitista da museologia.

Nesse contexto alguns museus passam a assumir um caráter de valorização do patrimônio cultural fundamentado no entendimento de que as instituições devem se inter-relacionar com a comunidade atribuindo um caráter educativo, formativo e difusor de conhecimento. Ao tratar das proposições estabelecidas na Carta de Santiago, Maria Célia Teixeira Santos afirma que:

Em Santiago, é dado o pontapé inicial para uma ação museológica que considera o sistema linguístico empregado pelas comunidades, reconhece que o ser humano move-se em um mundo essencialmente simbólico e compreende, também, que o cotidiano não é apenas um resíduo. A vida cotidiana passa a ser considerada entre as múltiplas realidades, como “a realidade por excelência”, que não se esgota na presença imediata, mas abarca fenômenos que não estão presentes “*aqui e agora*”, o que significa que a experimentamos em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporal. A cultura e a identidade serão consideradas, pois, fenômenos construídos e reconstruídos em processos de interação, em “um jogo diferenciador”, construtivo, dinâmico, concretizado na dinâmica do dia-a-dia. O conhecimento da nossa cultura passa, portanto, inevitavelmente, pelo

¹ Além da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, Manuelina Duarte Cândido menciona como importantes para a formação da Nova Museologia, a Jornada de Lurs em 1966 e o Colóquio Museu e Meio-Ambiente, na França, 1972 (CÂNDIDO, 2008). Maria Célia Santos (1999), num artigo intitulado “Reflexões sobre a Nova Museologia” considera no Seminário Regional da Unesco, no Rio de Janeiro, em 1958, tinha como objetivo discutir a função dos museus como educativo, um prenúncio das mudanças posteriores (SANTOS, 1999).

² É corriqueiro na literatura o substantivo “museu” associado ao adjetivo “integral” para determinar um dos conceitos principais daquele momento: “museu integral”. Tendo em vista a ausência de sentido desse conceito, e pelo conhecimento que temos das discussões relacionadas à Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972, acreditamos que se refira a um erro de tradução, de forma a acreditar que estivessem se referindo a “museu integrado”.

conhecimento de outras; a nossa cultura será uma cultura possível, dentre tantas outras (SANTOS, 2002, p.110).

As ações educativas voltadas ao desenvolvimento social tiveram significativa importância para a preservação do patrimônio cultural a partir dos anos de 1970. No contexto dessa década, a museologia passa por um intenso ciclo de transformações, caracterizado pela ampliação do conceito de patrimônio e do seu papel no campo de intervenção social.

Ainda nessa década a pedagogia libertadora de Paulo Freire, que preconiza a relação dialógico-dialética na qual os educadores e educandos aprendem juntos, é utilizada como base para o desenvolvimento do que viria a ser chamado de Nova Museologia na década seguinte, e como ela, é claro, uma nova educação para o patrimônio cultural inserida no âmbito museal (CARNEIRO, 2009, p. 42).

Outro fato importante no processo de renovação da museologia foi a “criação da associação M.N.E.S. – *Muséologie Nouvelle et Experimentation Sociale* (1982)” (CÂNDIDO, 2013, p.51). Esta associação contempla a organização de ações que envolvem de caráter sociais direcionadas ao contexto museal ético de inclusão social e colaboração com a preservação do ecossistema. Nesse contexto, os museus funcionam como laboratórios onde são declaradas e publicadas experiências socioculturais de integração de grupos de indivíduos a nível local.

Entre os eventos que impulsionaram as transformações no campo da museologia devemos destacar o encontro internacional realizado na cidade de Quebec, no Canadá que deu origem ao movimento internacional da Nova Museologia³. Esse encontro resultou na construção de um documento denominado Carta de Quebec, datada de 12 de outubro de 1984, que trata das atribuições tradicionais da museologia, voltadas a função social do patrimônio cultural e do museu. Esta carta atenta à comunidade museológica para as mudanças de foco das ações museológicas, reconhecendo seus princípios nas diferentes tipologias de museus, como por exemplo, o reconhecimento da ecomuseologia e da museologia comunitária. Como bem explica Marcelo Mattos Araújo e Maria Cristina Oliveira Bruno, ao citar o momento em que:

O português Mario Canova Moutinho relata em seus comentários sobre a Declaração de Quebec, 1984, no Ateliê Internacional Ecomuseus – Nova

³ O termo “Nova Museologia” está relacionado a um movimento de transformação do campo museal, tendo como foco o sujeito e sua produção de identidade. Esse movimento rompe com a hegemonia dos museus tradicionais dando espaço aos museus de território, ecomuseus e museus comunitários.

Museologia, a tentativa ocorrida para intercambiar experiências da ecomuseologia e da nova museologia e também de relacioná-las com a Museologia em geral. Nesse encontro, um grupo de museólogos desiludidos com a “atitude desagregadora do Icom e em particular do Icofom [...] claramente manifestada na reunião de Londres de 1983, rejeitando liminarmente a própria existência de práticas museológicas não conformes ao quadro estrito da museologia instituída” reuniu-se de “forma autônoma” para avaliar, conceitualizar e dar forma a uma outra organização e Museologia alternativa, que se opunha a Museologia de coleções a favor de uma de caráter social. Foi criado o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minon) que contribuiu para o “reconhecimento no seio da Museologia, do direito à diferença” (ARAÚJO; BRUNO, 1995, p. 26e 29).

Além da criação do Minon, outro momento importante foi a Declaração de Caracas, resultante de um encontro de museólogos, realizado na cidade de Caracas na Venezuela em 1992, com o objetivo de discutir as funções do museu na contemporaneidade. O encontro serviu para a reflexão sobre a relação do museu com seu contexto social, político, econômico e ambiental, aumentando a visão de museu como protagonista de seu tempo.

Outra importante contribuição para panorama museológico contemporâneo foi à constituição da Declaração da Cidade de Salvador, construída durante o I Encontro Ibero-Americano de Museus, na cidade de Salvador, Bahia, no de 2007. O documento constitui uma síntese de diretrizes, propostas e recomendações, direcionadas à área de museus e ao desenvolvimento de ações de preservação e investigação científica do patrimônio cultural e natural. Através deste documento compreendemos:

[...] os museus como instituições dinâmicas, vivas e de encontro intercultural, como lugares que trabalham com o poder da memória, como instâncias relevantes para o desenvolvimento das funções educativa e formativa, como ferramentas adequadas para estimular o respeito à diversidade cultural e natural e valorizar os laços de coesão social das comunidades ibero-americanas e a sua relação com o meio ambiente.” e indica como diretrizes entre outras; “Compreender a cultura como bem de valor simbólico, direito de todos e fator decisivo para o desenvolvimento integral e sustentável, sabendo que o respeito e a valorização da diversidade cultural são indispensáveis para a dignidade social e o desenvolvimento integral humano; [...] Compreender os museus como ferramentas estratégicas para propor políticas de desenvolvimento sustentável e equitativo entre países e como representações da diversidade e pluralidade em cada país ibero-americano; [...] Assegurar que os museus sejam territórios de salvaguarda e difusão de valores democráticos e de cidadania, colocados a serviço da sociedade, com o objetivo de propiciar o fortalecimento e o e a manifestação de identidades, a percepção crítica e reflexiva da realidade, a produção de conhecimento, a promoção da dignidade e oportunidades de lazer; [...] Valorizar a vocação dos museus para a comunicação, investigação, documentação e preservação da herança cultural, bem como para o estímulo à criação contemporânea em condições de liberdade e igualdade; [...] Reafirmar e amplificar a capacidade

educacional dos museus e do património cultural como estratégias de transformação da realidade social (DECLARAÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR, 2007, p. 11-12).

Ainda no âmbito da relevante de transformação do panorama museológico destaca-se a ‘Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade’, aprovada em 17 de novembro de 2015 pela Conferência Geral da Unesco, em sua 38ª sessão’. Esse documento sintetiza a missão dos “museus, como espaço para a transmissão cultural, o diálogo intercultural, o aprendizado, a discussão e o treinamento, também desempenham um importante papel na educação (formal, informal e continuada) [...]”. Considerando o seu papel no desenvolvimento econômico e turístico de uma sociedade

Dentre outros eventos importantes para o desenvolvimento social da museologia podemos destacar o Encontro Internacional de Ecomuseus, Realizado na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2000. O Encontro estimulou processos museais como o Museu da Limpeza Urbana e o programa de intercâmbio entre Brasil e Portugal focado no campo dos museus e da museologia.

O museu é visto, portanto, como um mecanismo que possibilita a democratização da cultura, reconhece práticas de desenvolvimento local e valoriza a diversidade (VARINE, 2007, p. 23). Ainda segundo Hugues de Varine a noção de que o museu é um instrumento a serviço do patrimônio e seu desenvolvimento, como no caso de um museu local como o Masb, “as atividades, pertence antes de tudo à comunidade que vive nesse território e sua responsabilidade deve contar com essa comunidade, em nome do princípio da subsidiariedade” (VARINE, 2012, p.174). A noção de desenvolvimento local atribuída por Varine (2012) significa que a comunidade, referida tipo específico de estrutura social, deve participar da interpretação curatorial das coleções e das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo Mário Moutinho (2007) a Sociomuseologia é uma definição recente, que advém de um movimento de transformações sociais e culturais que desencadearam num processo evolutivo de construção disciplinar do fazer museológico, e que ganha *corpus* na ruptura de representação hegemônica dos museus tradicionais. Para o autor a sociomuseologia pode ser considerada como “[...] recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica” (MOUTINHO, 2007, p. 01).

Maria Cristina Bruno (1995) considera o caráter disciplinar da museologia como sendo essencial para a formulação de conceitos que auxiliam a prática museológica, mas sendo que essas discussões estão pautadas em experiências específicas, voltadas ao coletivo. Ao citar algumas considerações de Peter Van Mensch⁴ (1994), sobre os caminhos teóricos da museologia, Maria Cristina Bruno (1999) enfatiza que a construção de novos conceitos possui um caráter reflexivo da vivência museológica, pois a partir deles que se devem criar os aportes teórico-metodológicos da museologia. Assim, a autora acredita que:

Revisitando essas ideias, constata-se que a preocupação desta disciplina está voltada para dois grandes fenômenos, conforme já foi apontado. Por um lado, a necessidade de compreender o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio e por outro lado, desenvolver mecanismos para que a partir desta relação o patrimônio seja transformado em herança e esta, por sua vez, contribua para a necessária construção das identidades (individuais e/ou coletiva) (BRUNO, 1999, p. 134).

A sistematização multidisciplinar de informações resultou na abertura de outras terminologias museológicas, pois como explica Maria Cecília Londres Fonseca estamos acostumados com a preservação de monumentos que são fruto da formação de um Estado-nação, característicos do século XVII (FONSECA, 2005). Os movimentos museológicos foram necessários para potencializar a reflexão sobre o pensamento tradicional nos museus e para o desenvolvimento da museologia. Eles fomentaram uma nova “consciência cultural”, que impulsionou à “aceleração das transformações sociais” e o conseqüente “esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionamentos contemporâneos” (MOUTINHO, 1993, p. 1-7).

É neste sentido que peregrinando pela obviedade, quer-se afirmar que a museologia social ou sociomuseologia não surgiu do nada e também não é o resultado de intelectuais iluminados que retiraram de si mesmos, de suas essências a luz museal ou museística que haveria de iluminar o mundo; ao contrário, surgiu de amplos debates e embates, de um acúmulo de tensões, críticas, enfrentamentos, vivências, reflexões e práticas que impactaram a museologia e os museus que do século XIX, projetaram-se no século XX, sem que seus paradigmas tivessem sido submetidos a uma análise crítica (CHAGAS *et all*, 2018, p. 4-5).

⁴ Peter Van Mensch, pesquisador holandês que em sua obra teórica problematizou o entendimento do objeto de estudo da Museologia. Sua obra se concentra no desenvolvimento da museologia como uma abordagem integral e integrada ao patrimônio cultural.

É nesse contexto que Inês Gouveia e Marcele Pereira apontam a “museologia sócia” ou “sociomuseologia” brasileira com sendo “[...] herdeira desses movimentos de crítica e proposição de que os museus tratem com a centralidade as problemáticas sociais em que a instituição se insere na territorialidade ou tematicamente” (GOUVEIA & PEREIRA, 2016, p. 6).

Assim, podemos observar que o projeto ‘Percurso’ segue princípios da sociomuseologia, ou seja, estão relacionados às práticas de desenvolvimento humano, científico e territorial, buscando sempre o engajamento social no desenvolvimento das práticas museológicas. A visão contemporânea dos desdobramentos da sociomuseologia nos permite observar que ações técnicas, como a produção de um inventário museológico podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural.

O sentido de territorialidade atribuído aos museus está relacionado a um panorama de transformações sociais e políticas que, de acordo com Dominique Poulot, tem seu ápice nas mudanças que aconteceram “após a geração dos ecomuseus”. Esta teve em seu principal aspecto a “valorização do patrimônio imaterial e a sua relação com os museus” (POULOUT, 2013, p. 98).

Ao fundamentar a noção de museu território, Hugues de Varine enfatiza que “o museu de território não pode realmente desempenhar seu papel no desenvolvimento sem levar em conta a comunidade ou as comunidades presentes e vivas nesse território” (VARINE, 2013, p.186).

O Masb foi classificado como Museu de Território. Essa característica faz referência a uma tipologia de museu local, sendo-lhe conseqüentemente implícito um contexto, histórico, cultural e geográfico. Celina Bárbaro Pinto entende que o sentido de territorialidade atribuído a um museu está relacionado a uma “carga de símbolos, significados e representações culturais” (PINTO, 2003, p. 4). Estas referências “constituem um determinante suporte para a construção da identidade local, na qual o próprio museu se apresenta como parte integrante deste processo de construção” (PINTO, 2003, p. 4).

A construção do Masb, enquanto Museu de Território se deu “a partir da integração das seguintes tipologias de museu: Museu de Território; Museu de Arqueologia, Antropologia e História” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p.10). Essa constituição foi dada devido à “ausência de instituições congêneres na

região” e como reforço a “organização dos Territórios de Identidade da Bahia, atuando nos denominados “Sertão Produtivo” e “Velho Chico” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p.10).

A constituição do Masb enquanto museu de território configura uma sequência de responsabilidades atreladas à função social do museu. A museologia contemporânea tem mostrado em sua conceituação que essa é uma realidade possível, que pode se concretizar na consolidação do patrimônio, nas memórias e identidades locais como objeto estratégico de preservação, divulgação e desenvolvimento.

2.3 Um campo de pesquisa arqueológico: o contexto

Segundo Pedro Paulo Funari, a Arqueologia se estrutura na construção de um campo reflexivo, considerando que esta ciência “[...] estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade” (FUNARI, 1988, p. 09).

No que configura a história do pensamento arqueológico Bruce Trigger defende que: A arqueologia encarada como instrumento de promoção cultural e de educação pública, seus achados são ativamente difundidos em obras de divulgação científica através de exposições em museus. Parte da tarefa da Arqueologia é enriquecer a compreensão das origens e da história (TRIGGER, 2004, p. 201).

A Arqueologia Histórica estuda os vestígios materiais produzidos pelas atividades humanas no contexto documental associado ao processo de registro. Esses registros estão associados a um conjunto de técnicas de associadas à produção de objetos. Sendo assim, a Arqueologia Histórica é considerada como uma subdisciplina da Arqueologia, pois ela permite a compreensão das atividades humanas através de métodos próprios (FUNARI, 2002; NAJJAR, 2005; SYMANSKI, 2009). Essa definição da arqueologia enquanto ciência é bastante ampla, considerando que as atividades do campo de pesquisa possibilitam infinitas construções de sentidos e significados. Ao tratar de questões relacionadas à ampliação das pesquisas arqueológicas, Ana Lúcia Herberts (2009), considera que:

não há uma única definição para a Arqueologia Histórica que inclua todas as possibilidades de investigação e que seja aceita unanimemente entre todos os arqueólogos. A própria delimitação do campo de estudo e a abrangência da Arqueologia Histórica Brasileira estão em conceituação e discussão, como todo campo de pesquisa em construção (HEBERTS, 2009, p. 39).

O campo de pesquisa arqueológico está associado ao processo de registro das propriedades físicas do objeto, utilizada como instrumento de interpretação de fatores o compõe, por exemplo, as ações culturais e naturais que Michael Brian Schiffer chamou de Arqueologia Comportamental (SCHIFFER, 1975). A relação processual da arqueologia é entendida hoje como um campo interdisciplinar que “dialoga” com diversos saberes (FUNARI, 1998).

Ulpiano Bezerra de Meneses (1983) aponta que o estudo da cultura material pode desvendar informações importantes sobre o modo de uma determinada região. Portanto, cabe esclarecer as especificidades da cultura material sua relação com as formas culturais que se encontram em articulação com a paisagem (MENESES, 1983, p.112).

O projeto de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia é fruto de das pesquisas arqueológicas, realizadas na Serra Geral, também denominado Alto Sertão⁵, que engloba os municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Riacho de Santana, Pindaí e Urandi. Essa região foi caracterizada como uma das melhores do Estado em termos de recursos eólicos (AFONSO & WICHERS, 2013, p. 13).

As pesquisas arqueológicas realizadas pela Zanettini Arqueologia serviram como subsídio para o entendimento da constituição histórica da região do Alto Sertão. Realizadas “[...] no escopo do licenciamento do Complexo Eólico Alto Sertão [...]”, a preservação do patrimônio arqueológico, tem como objetivo de preservar o patrimônio cultural dessa região (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, p.30). Nesse contexto cabe destacar que a Portaria MinC/Sphan nº 07, de 01 de dezembro de 1988 normatiza os procedimentos para a solicitação da permissão/autorização de pesquisa, definindo a documentação necessária para pedidos.

De acordo com Carlos Alberto Santos Costa (2017) além das normativas relacionadas ao licenciamento ambiental, é necessário que haja a gestão dos bens arqueológicos, que seguem normas legais que regulam a guarda, pesquisa e extroversão.

⁵ Por abordar especificamente de um denominado território, nomeado então, enquanto Alto Sertão da Bahia, essa região pode ser entendida como uma região imaginária localizada no sudoeste da Bahia e que se estende para além das fronteiras do Estado (ESTRELA, 2003).

O autor fala que a concessão de endosso institucional para projetos de pesquisa arqueológica é feita por uma instituição de endosso. Por sua vez, o endosso institucional é uma obrigatoriedade dada através da Portaria MinC /Sphan nº 007, de 1º de dezembro de 1988. Conforme explica o autor, esta norma infra legal:

[...] regula os pedidos de permissão/autorização de pesquisa arqueológica, apresentando os critérios de solicitação, elaboração de projetos, escopo documental necessário ao pedido de pesquisa, resultados e produtos esperados nos relatórios técnicos, além de prazos de execução das investigações arqueológicas. Aqui aparece determinada a necessidade de apresentação de uma “declaração de endosso institucional”, para garantir que os materiais arqueológicos terão destinação assim que coletados dos sítios e, posteriormente, a indicação nos relatórios – feita pelo arqueólogo coordenador, não pela instituição que receberá os materiais – da instituição e das condições de guarda dos materiais (COSTA, 2017, p. 5 - 6).

Na ocasião da realização das pesquisas arqueológicas que produziram o acervo do Masb, estava vigente a Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, que normatiza a pesquisa arqueológica no âmbito de estudos de impacto e de licenciamento ambiental (AFONSO & WICHERS, 2013, p. 13-15). Sobre o caso descrito, Maria Manuelina Duarte Cândido e Camila Azevedo de Moraes Wichers (2016) destacam que:

No Brasil, para que uma pesquisa arqueológica seja feita, o pesquisador responsável deve remeter ao Iphan um projeto de pesquisa, acompanhado de um endosso financeiro (carta do agente de financiamento da pesquisa, nesse caso a empresa que por obrigação legal deve custear os estudos) e de um endosso institucional, um documento que determina a instituição que será responsável pela salvaguarda do acervo gerado. As pesquisas no Alto Sertão contaram, em seu início, com endosso institucional do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB) do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), instituição mais próxima que conta com a anuência do Iphan para a emissão desse tipo de documento. Durante o programa de educação patrimonial esse fato foi divulgado, gerando o protesto dos atores locais, deflagrando o processo de construção coletiva de uma instituição que pudesse preservar esse acervo. Nascia o Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb) (CÂNDIDO & WICHERS, 2015, p. 5).

Como foi mencionado acima, no ano de 2010 a empresa Zanettini Arqueologia necessitou de uma instituição de apoio, para destino dos bens arqueológicos do Alto Sertão da Bahia, e teve como opção o Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), em Ilhéus, que era a opção mais próxima e viável a anuência do Iphan. A opção de envio de materiais para cidade de Ilhéus foi validada e ainda se mantém. Após a construção da estrutura sede do Masb, que contempla um laboratório e uma reserva técnica para materiais arqueológicos, estabeleceu-se um acordo de cooperação que permite o envio do material arqueológico

para a sede do Masb, porém, essa situação encontra-se paralisada após o corte de verba do projeto, impossibilitando o envio dos materiais para o Masb.

O acervo coletado no território do Alto Sertão foi levado para a sede da Zanettini Arqueologia para que fossem realizadas as atividades laboratoriais de higienização e documentação. De acordo com informações coletadas em campo, os bens arqueológicos já passaram pela fase laboratorial e estão em situação de aguardo de regularização da situação financeira da que sejam enviados ao Masb.

Essa política de acervos implica diretamente nas políticas de proteção ao patrimônio nacional, tendo em vista que elas estão atreladas a um conjunto de sanções penal e administrativo derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. No caso específico do patrimônio arqueológico, existem sanções previstas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que vão da multa à detenção de até 3 anos. Para evitar danos ao patrimônio arqueológico, a Resolução Conama nº 01/86, especificamente o artigo 6º, inciso I, alínea c, orienta a considerar os sítios e monumentos arqueológicos nas diferentes fases de planejamento e implantação dos estudos de impacto ambiental de um empreendimento.

O licenciamento concedido a esse empreendimento “corresponde à instalação de quarenta e seis parques eólicos”. É importante compreender que para a instalação desses parques eólicos foi necessário uma extensa pesquisa de campo, considerando que a instalação de uma turbina eólica “envolverá a conformação de pátios com dimensões de 20x20 metros” e “para cada unidade um pátio de serviços com dimensões de 80x80 metros, que permanecerá ativo somente no período das obras” (AFONSO & WHICHERS, p. 13-15).

É válido destacar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro (Art. 216, inciso V), garantindo sua guarda e proteção, (Art. 216, § 1º).

Além dos trabalhos de arqueologia *stricto sensu*, também foram realizadas as atividades de educação patrimonial, como forma de divulgar o trabalho arqueológico e preservar as práticas e saberes intrínseca a materialidade dos artefatos arqueológicos. Essa atividade está de acordo com a Portaria MinC/ Sphan nº 07/1988, com a Portaria MinC /Iphan nº 230/2002 (na ocasião vigente, hoje extinta e substituída pela Instrução Normativa nº 01/2015), com a Portaria Interministerial nº 419/2011 (na ocasião vigente,

hoje extinta e substituída pela Portaria Interministerial nº 60/2015) e com a Lei federal nº 3.924/1961.

De acordo com Regina Abreu e Rodrigo Silva, a educação patrimonial depende diretamente da educação como caminho de valorização do patrimônio. Para os autores:

Aprender sobre o patrimônio, aprender com o patrimônio, aprender a ler o patrimônio não são atividades fáceis e de comunicação imediata. É preciso construir caminhos que levam ao encontro dos cidadãos com o patrimônio, ou com os patrimônios no plural (ABREU & SILVA, 2016, p. 9).

Analisando como se processa os trabalhos de Educação Patrimonial no âmbito das normas legais na ocasião dos trabalhos realizados no Alto Sertão, Carlos Costa e Fabiana Comerlato analisaram a inexistência de políticas públicas voltadas para as ações educativas de modo geral. Costa e Comerlato consideram que:

[...] com exceção dos métodos propostos no Guia Básico de Educação Patrimonial – e, em contraponto, a educação patrimonial associada à arqueologia por contrato ser uma atividade exigida pela legislação arqueológica vigente (Portaria MinC/Iphan nº 230/2002), torna-se necessário debater diretrizes para esta última situação (COMERLATO & COSTA, 2007, p. 196).

As ações de Educação Patrimonial e Ambiental deram subsídios para criação de um diagnóstico da realidade local e identificação das potencialidades culturais do território. Como forma de potencializar as ações de sustentabilidade e desenvolvimento do território a empresa Renova Energia buscou apoio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o financiamento de projetos sustentáveis e de desenvolvimento socioambiental na região de implantação dos parques eólicos e em seu entorno.

O desenvolvimento das ações educativas e patrimoniais requer, além das pesquisas, a produção de um material didático específico, com informações sobre o território em questão. No caso do projeto supracitado, a Zanettini Arqueologia elaborou, intituladas: ‘Território do Saber, educação patrimonial, arqueologia e turismo cultural: diálogos sobre o patrimônio cultural de Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí “novos olhares”’ e “Território do Saber, educação patrimonial, arqueologia e mediação

cultural: diálogos sobre o patrimônio cultural de Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi'. Essas publicações fazem uma síntese das pesquisas arqueológicas do Alto Sertão, realizadas pela Zanettini Arqueologia.

As ações, tanto de arqueologia quanto de educação patrimonial, eram gerenciadas pelo Programa Catavento⁶. A iniciativa de desenvolvimento de projetos envolveu a colaboração pública dos três municípios de abrangência de implantação dos parques eólicos, Caetité, Guanambi e Igaporã. O Programa Catavento contemplou 20 ações de desenvolvimento sustentável, dentre eles a implantação de um museu que, a princípio, pudesse receber os materiais arqueológicos e valorizar a memória e social e os bens culturais do Alto Sertão. Para Andréa Cogan esse tipo de estratégia é possível, pois se entende que:

O conceito de sustentabilidade em museus está focado no de responsabilidade social permanente dessas instituições em influenciar e melhorar a vida das pessoas. Os modelos de gestão que garantam a permanência das atividades de conservação e difusão; a busca por meios administrativos e financeiros para conservar e manter os edifícios e os acervos; projetos de turismo cultural como recurso de sustentabilidade; a busca por padrões de profissionalismo para melhor cumprir a missão de servir ao público; a necessidade de soluções práticas e criativas visando maior conexão com a sociedade e as oportunidades locais (COGAN, 2012, p. 176).

De acordo com Maria Cristina Oliveira Bruno, é a partir da noção de preservação e sustentabilidade da cultura material, que se passa a pensar no destino dos objetos, que ela chama de “coisas”. Bruno salienta a importância da organização dos estudos da cultura material na área da museologia, destacando recursos museológicos como a “documentação, conservação, preservação, comunicação e educação”, sendo essenciais a “funções científicas, educativas e sociais” (BRUNO, 2009, p. 4).

No bojo das ações de preservação das coleções arqueológicas que nasce a ideia de criação de uma instituição que pudesse salvaguardar os objetos da cultura material, bem como a história e memória do Alto Sertão. Com base ideia de musealização da arqueologia, trabalhada por Bruno desde 1995, que se pode identificar a inúmeras possibilidades de valorização das pesquisas arqueológicas, numa variante interdisciplinar, onde:

⁶ O Programa Catavento é uma iniciativa da empresa Renova Energia para gerenciar o desenvolvimento de projetos socioambientais nos municípios do entorno do Complexo Eólico Alto Sertão.

A arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da arqueologia (BRUNO, 1995, p. 142).

Nesse cenário que Camila Azevedo de Moraes Wichers e Manuelina Maria Duarte Cândido dialogam sobre as questões que levaram a construção do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb). Ao tratar do processo de formação do Masb, as autoras discutem “os limites entre a teoria, a utopia e a prática da Museologia diante da natureza do patrimônio arqueológico”, denotando sua relação com a comunidade, numa interface de desenvolvimento do turismo local (CÂNDIDO & WICHERS, 2015, p.4). Nesse cenário de valorização dos achados arqueológicos, que se formula a ideia de concepção de um museu que pudesse suprir essa demanda.

O projeto do Masb nasceu da necessidade de salvaguardar os sítios e achados arqueológicos nas áreas onde estão sendo implantados os parques eólicos da Renova Energia e da mobilização popular para que estes achados não fossem levados da região. Já foram identificados e catalogados 178 sítios e mais de 30 mil peças de valor arqueológico, algumas datadas de mais de 6 mil anos. São peças que revelam a história da região, costumes e até de atividades econômicas, como pontas de projéteis de pedra lascada e objetos que demonstram que a tecelagem já fazia parte dessas atividades. (RELATÓRIO MASB, nº. 17, 2014, p. 84).

Para que haja a musealização dos acervos arqueológicos, se faz necessária a etapa de laboratório, para que se possa preparar o objeto arqueológico para acondicionamento e pesquisa. O Masb possui o espaço adequado para acondicionamento e exposição dos acervos arqueológicos. O museu se encontra hoje com uma estrutura engessada por não possuir recursos financeiros para continuidade das atividades que haviam sido planejadas. Esse é inclusive um dos motivos que impedem uma curadoria do acervo, dentro dos padrões museológicos estabelecidos no programa de exposições do plano museológico.

Por fim, podemos refletir sobre os enquadramentos normativos da arqueologia e a sua relação com os processos museológicos, sobretudo na relação com comunidades tradicionais, no que tange a relação dialógica de construção de sentidos e significados ao patrimônio.

O Masb até o momento não possui acervo físico em sua sede, pois os objetos arqueológicos proveniente das pesquisas realizadas pela Zanettini Arqueologia, ainda

permanecem no laboratório da empresa, na cidade de São Paulo. Esses objetos passaram pelos tratamentos de: triagem e organização; higienização, com técnicas apropriadas ao material constitutivo de cada objeto; registro físico, baseado nas informações físicas do objeto, como medida, descrição, remontagem de peças quebradas, registro fotográfico e catalogação, respeitando a composição dos objetos; e o registro de dados, através da inserção de todas as informações em um banco de informações físico e digital.



Figura 1: Higienização do material arqueológico coletado em campo.
Fonte: Zanettini Arqueologia, São Paulo (2011, p. 183).



Figura 2: Marcação documental das peças.
Fonte: Zanettini Arqueologia, São Paulo (2011, p. 183).



Figura 3: Escala do objeto.
Fonte: Zanettini Arqueologia, São Paulo (2011, p. 132).



Figura 4: Objeto cerâmico remontado.
Fonte: Zanettini Arqueologia, São Paulo (2011, p. 184).

O trabalho realizado em laboratório sintetizou uma compilação de informações intrínsecas, que segundo Helena Dodd Ferrez, “são deduzidas a partir do próprio objeto, através da análise das suas propriedades físicas” (FERREZ, 1991, p. 10). O ordenamento dessas informações facilita a organização das peças e preserva a integridade dos materiais, devido ao tratamento meticuloso de acondicionamento das mesmas.

A metodologia de organização dos materiais possibilita o aprofundamento do contexto histórico do sítio e dos objetos nele coletados. Porém o trabalho técnico não se atém a essas informações, ele é composto por referências significativas do contexto arqueológico, ou seja, as informações extrínsecas ao objeto. Essas informações extrínsecas foram abordadas por Peter Van Mensch de informações documental e contextual, obtidas por outras fontes que não o objeto. As características extrínsecas ao objeto são de grande relevância para composição de contextos, pois permite ultrapassar o discurso científico e dá espaço a novos recursos analíticos (MENSCH, 1986, p. 41).

O projeto ‘Percursos’, surge como uma atividade complementar ao processo de informações documentais do acervo do Masb. Ele tem como base a produção de um inventário museológico do patrimônio cultural, elaborado sob uma estrutura de documentação integrada a um sistema de informações, que segue princípios e diretrizes normativas com características específicas da instituição.

2.4 Localizações geográficas e fontes de desenvolvimento

A terminologia “Alto Sertão Baiano” foi utilizada por cronistas e historiadores regionais, que fazem referencia a uma localização imaginária situada no sudoeste do estado da Bahia. Uma região marcada por intensas transformações, tanto em sua conjuntura geográfica como social, se caracteriza como um lugar próprio de trocas, interações e mobilidades culturais.

O termo “Alto Sertão” é também referendado como região dos “Altos Sertões”, termo utilizado por Caio Prado Júnior, ao escrever ‘Formação do Brasil

contemporâneo’, onde faz referência aos “altos sertões limítrofes da Bahia e de Minas Gerais” caracterizadas pela produção de algodão e localizadas ao “leste do rio São Francisco, compreendendo a serra do Monte Alto, Rio de Contas, Gavião e Vitória da Conquista, com centro principal em Caetité e em Minas Gerais” (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 48). Essa nomenclatura está relacionada à intensa produção comercial de algodão que circulava pelos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás.

Ao longo da história do estado da Bahia, a região sertaneja foi marcada por disparidades que deram lugar a um território de transformação natural, econômica e social. Sob esse ponto de vista, a região denominada por cronistas e historiadores como “Alto Sertão da Bahia” compreende um território de identidade histórico-geográfica, que, segundo Erivaldo Fagundes Neves, refere-se a “posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e o relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes” (NEVES, 1998, p.22). Trata-se de uma estrutura de relevo com altitudes superiores a 700 metros do nível do mar e vegetação típica do cerrado e caatinga. O mapa abaixo apresenta as maiores estruturas de relevo da Bahia e apresenta em destaque as regiões da Serra do Espinhaço, onde se localiza a região do Alto Sertão da Bahia.

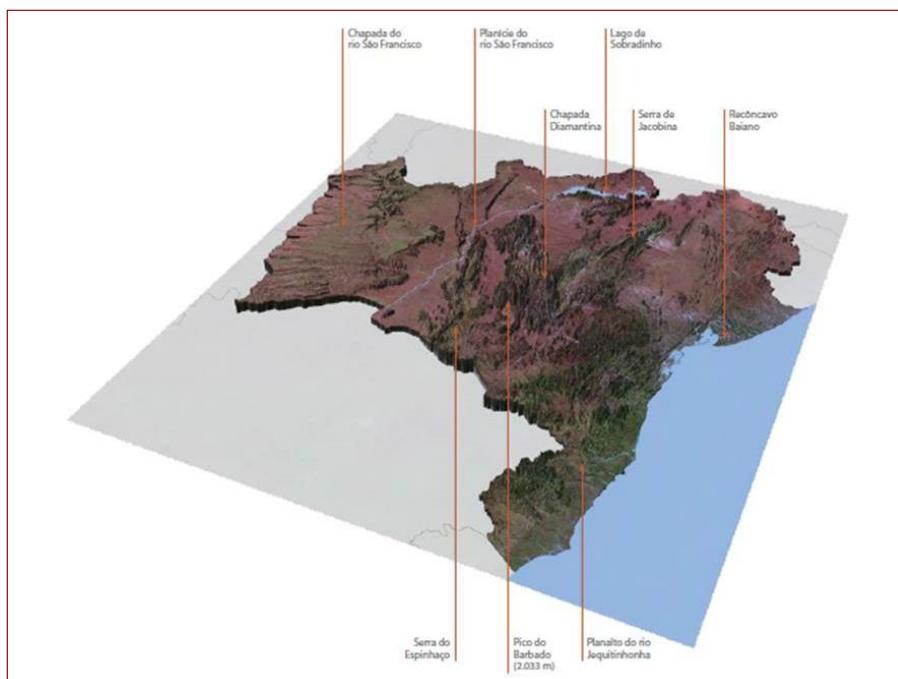


Figura 5: Características geográficas de relevo estado da Bahia.
Fonte: Atlas eólico da Bahia (2013).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) informa que a localização geográfica do Alto Sertão baiano, situa-se numa extensão de caatinga entre o município de Vitória da Conquista, chegando aos limites do rio São Francisco, da Chapada Diamantina, e até as fronteiras de Minas Gerais (PTDRS, 2010, p. 14).

De acordo com os dados do IBGE o Alto Sertão da Bahia pertence à mesorregião do Centro Sul baiano e a microrregião de Guanambi. A primeira imagem em vermelho no mapa abaixo mostra os municípios que compreendem essa região. A segunda imagem em vermelho destaca o município de Guanambi e outros importantes centros econômicos, como os municípios de Caetité e Caculé. (IBGE, 2010).

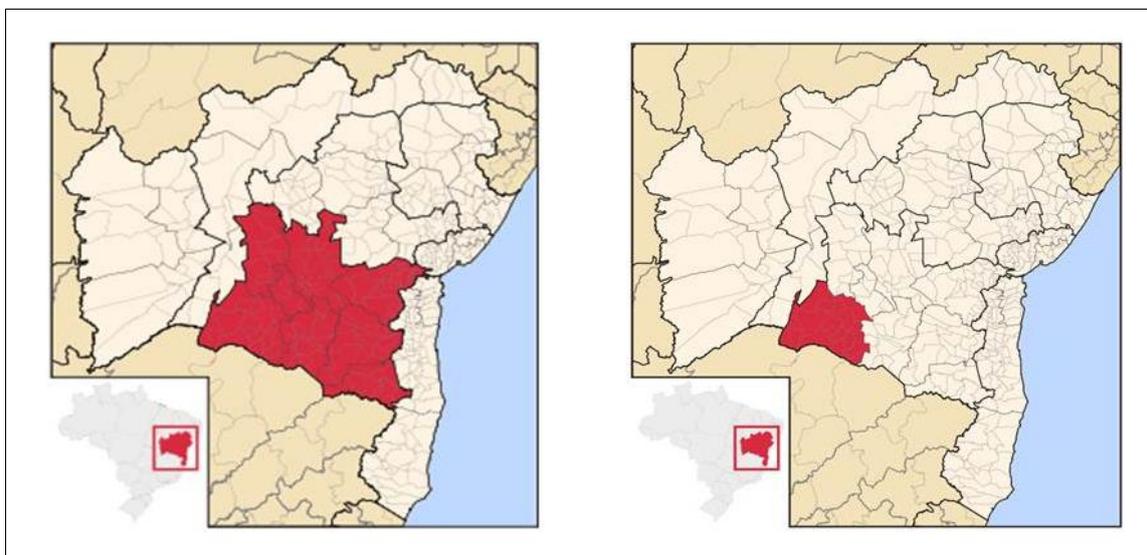


Figura 6: Mesorregião do centro sul baiano e microrregião de Guanambi.
Fonte: IBGE (2010).

2.4.1 A energia eólica e seu impacto no território

No processo de ocupação e transformação do território do Alto Sertão, diversas mudanças ocorreram no sentido de aglomeração urbana e de mudanças na produção no campo. Pode-se destacar, por exemplo, o processo de modernização do século XX que resultou em estudos que constaram a potencialidades deste território na produção de energias renováveis, devido às características climáticas ideais para a produção de energia eólica e solar.

A incidência do potencial eólico da região é demonstrada no mapa abaixo com dados do instituto Cimatec/ Senai, do ano de 2013, que apresenta um quadro evolutivo referente ao potencial eólico do território baiano. Conforme o Atlas do Potencial Eólico da Bahia (2013), a região do Alto Sertão da Bahia apresenta um crescimento exponencial na geração de energia elétrica por fonte eólica.

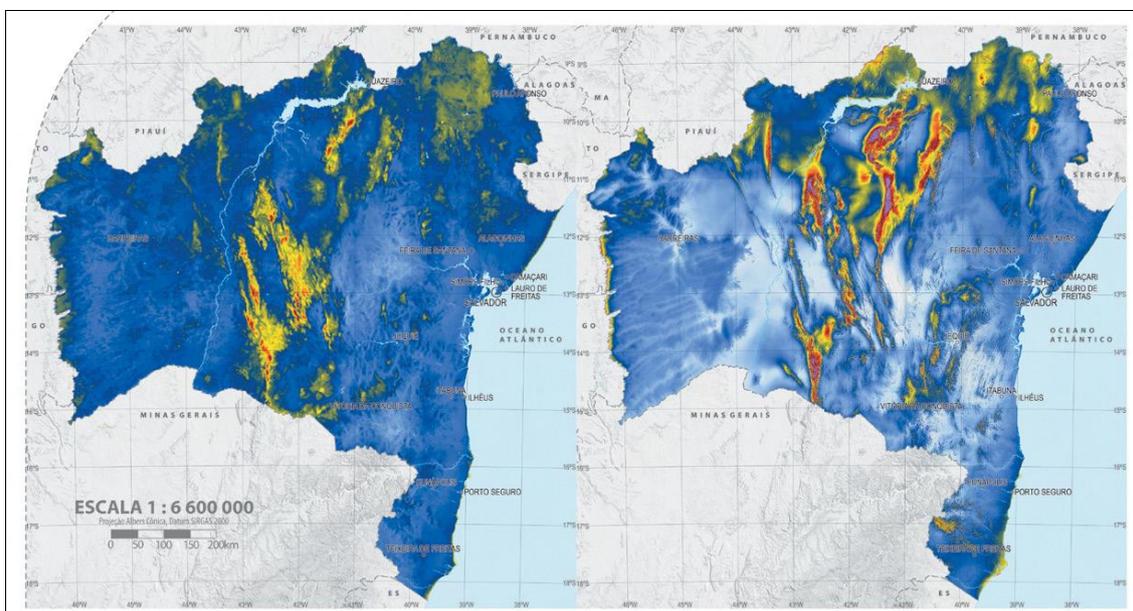


Figura 7: Mapa eólico do estado da Bahia nos anos de 2002 e 2013, respectivamente.
Fonte: Atlas eólico da Bahia (2013).

Esse crescimento⁷ na produção de energia com base nos ventos tem gerado, desde o ano de 2009, um desenvolvimento socioeconômico dos investimentos nos leilões eletrônicos da Empresa de Pesquisa Energética⁸(EPE), gerando uma crescente competitividade na produção de energia limpa. Desse modo a inclusão de usinas que aproveitam a força dos ventos em leilões exclusivos de fontes renováveis, demonstraram o interesse diversos investidores, inclusive estrangeiros, e o incentivo dos governos que reconhecem a oportunidade de investimento.



Figura 8: Aerogerador instalado na comunidade Pajeú do Josefino, no município de Guanambi, Bahia.
Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

⁷ A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) tem por finalidade prestar serviços ao Ministério de Minas e Energia (MME) na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, cobrindo energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados e biocombustíveis. Trata-se de uma empresa pública federal, 100% dependente do Orçamento Geral da União. Criada por meio de medida provisória convertida em lei pelo Congresso Nacional - Lei 10.847, de 15 de Março de 2004. E a efetivação se deu em um decreto de agosto de 2004. Fonte: <<http://www.epe.gov.br/pt/a-epe/quem-somos>> Acesso: em 16 de janeiro de 2018.

⁸ A Empresa de Pesquisa Energética é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético. Disponível em: <<http://epe.gov.br/pt>>. Acesso: em 16 de janeiro de 2018.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)⁹ desde o ano de 2009 houve um crescimento da capacidade de produção e de investimentos na produção de energia eólica, superando em competitividade os das fontes térmica e hídrica. Considerando o aumento do consumo de energia elétrica no Brasil, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)¹⁰, passa a incentivar a geração de energia eólica no país, sobretudo em região de grande potencial eólico como a Bahia. De acordo com o Atlas de Potencial Eólico do Brasil (2013) a Bahia aparece em segundo lugar no quadro nacional de produção de energia eólica gerando cerca de 70 GW a 100 m de altura com ventos superiores a 7 m/s.



Figura 9: Parque eólico no município de Caetitê, Bahia.
Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

⁹ A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, foi criada para regular o setor elétrico brasileiro, por meio da Lei nº 9.427/1996 e do Decreto nº 2.335/1997. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/a-aneel>>. Acesso: em 16 de janeiro de 2018.

¹⁰ O Proinfa foi criado por meio da Lei Federal nº 10.438 de 2002, e revisado pela Lei Federal nº 10.762 de 2003.

A notícia de produção de energia eólica no território do Alto Sertão da Bahia foi, a princípio, bem recebida pela população local, pois comparada a outras fontes de energia, esta apresenta vantagens ambientais. O discurso de que a energia eólica é sinônimo de “energia limpa” está relacionado à existência de uma fonte de energia que pode ser convertida em outra fonte que não emite gases e resíduos. Comparada a outras formas de produção de energia que são rotuladas como “sujas” por serem derivadas da exploração de combustíveis fósseis, como gás natural, carvão mineral, derivados de petróleo e minérios radioativos, a produção de energias renováveis como solar e eólica são vistas como “menos sujas”.

Considerando peculiaridades relativas ao impacto da instalação dos aerogeradores, que medem cerca de 120 metros de altitude, que necessitam da abertura de uma extensa área de terra para circulação e montagem dos equipamentos, que são compostos por torre, gerador e hélice. A população passou a perceber os impactos gerados no território, principalmente nas áreas de implantação dos seus parques eólicos. Segundo Barbosa filho (2013) a instalação de parques eólicos acarreta impactos ambientais como a alteração de lençóis freáticos, o tráfego de veículos com maquinários de grande porte entre outros.

Os empreendimentos eólicos instalados na região remontam uma noção de crise ambiental, vinculada aos aspectos históricos e sociais do Alto Sertão da Bahia. As medidas legais relativas ao Licenciamento Ambiental de Parques Eólicos do Ministério do Meio Ambiente propõe a tomada de medidas para amenizar os impactos dos parques eólicos na paisagem, na alteração de uso do solo, e na mortalidade de pássaros que se chocam nas hélices, interferências eletromagnéticas e impactos sonoros. Como alternativa para amenizar esses impactos socioambientais dos empreendimentos eólicos, algumas empresas propõe alternativas de medidas sustentáveis de desenvolvimento sócio ambiental, como o que aconteceu com o Museu do Alto Sertão da Bahia.

O projeto Masb surge como uma iniciativa do setor privado que teve o intuito gerar recursos sustentáveis para o território do Alto Sertão da Bahia a partir da valorização das pesquisas arqueológicas e da cultura local. A empresa Renova Energia, iniciou em 2012 estudos preliminares para a criação do Masb, a princípio existia a ideia de criar um Museu de Arqueologia como o material arqueológico que havia sido encontrado na região. Entretanto, a ideia desse museu toma forma de Museu de Território, devido a participação coletiva de Atores Locais que optaram por preservar a história e memória local do território como um todo, alcançando áreas que não foram

afetadas diretamente pelos impactos da instalação dos parques eólicos. Essa medida se aplica, por exemplo, na escolha da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, que passa a integrar os núcleos museológicos do Masb, mesmo não estando na área de abrangência dos parques eólicos. Essa comunidade contempla parte do território do Alto Sertão da Bahia e está situada na área de instalação de uma indústria de Urânio.

2.4.2 O minério de urânio e sua exploração no território

Antes da descoberta do potencial de energias renováveis no Alto Sertão, já se explorava outro tipo de energia na região. O município de Caetité, no sertão baiano, abriga a única usina de urânio da América Latina, onde são retirados anualmente cerca de 400 toneladas de concentrado de urânio pela Indústria Nuclear do Brasil (INB)¹¹. A empresa atua na cadeia produtiva do minério, o ciclo do combustível nuclear, que inclui a mineração, o beneficiamento, o enriquecimento e a fabricação de pastilhas e combustível que abastece as usinas nucleares brasileiras.

Outra questão relevante sobre a produção do urânio é a existência de comunidades em seu entorno, incluindo nesse grupo à comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, objeto de estudo dessa dissertação. A incidência radioativa da produção de minério de urânio tem sido bastante discutida. O fato de existirem populações residindo no seu entorno, trás um alerta para uma possível contaminação do solo, que poderia atingir as plantações, os animais e à saúde dos moradores.

Analisando a geografia do território compreensão geográfica do território que compreende o Masb, podemos questionar se as empresas que atuam no território estão desenvolvendo de fato a sustentabilidade local. Tendo em vista que a prática de desenvolvimento sustentável é recorrente as práticas empresariais, é cabível a prestação de serviço social e cultural as comunidades visando o seu desenvolvimento. Um grande passo para isso seria o reconhecimento e apoio dessas empresas as instituições memória que prestam serviço à sociedade, que atuam como agentes de transformação e catalizadores de mudança social.

¹¹ Empresa estatal de economia mista vinculada a vinculada à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

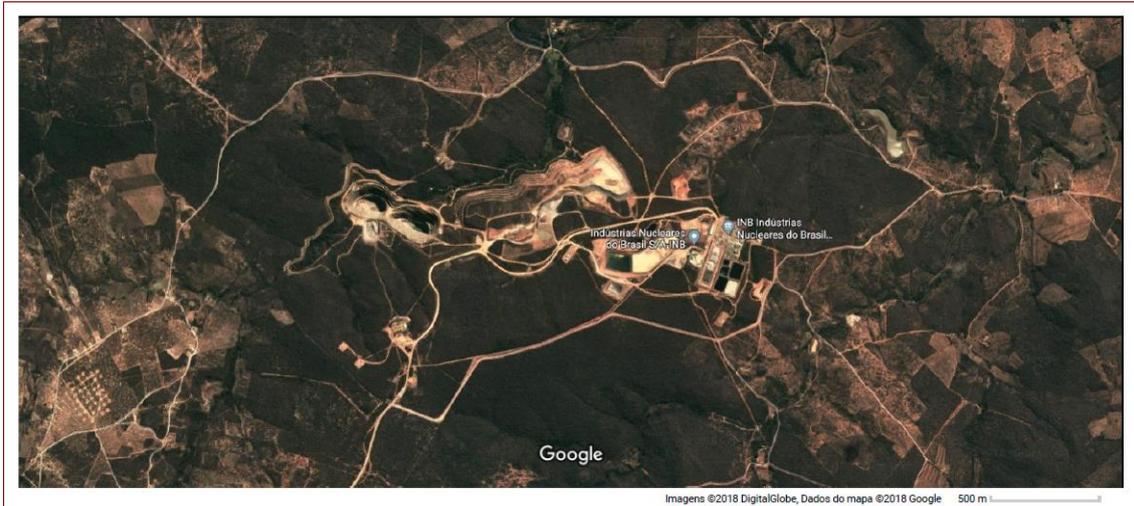


Figura 10: Imagem de satélite da área de instalação da Indústria Nuclear do Brasil (INB).
Fonte: Google Maps (2018).



Figura 11: Mina de urânio em Caetité
Imagem: Marcelo Correa.
Fonte: INB, galeria de imagens do site institucional.

2.5 Os três municípios que contemplam o Mash: contextualização política um território de identidades

Segundo critérios estabelecidos pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplam), um território de identidades é constituído “como um espaço físico, geograficamente definido” (SEPLAM, 2018). Este possui características correlacionadas “tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política” (SEPLAM, 2018).

A relação existente entre esses territórios envolve “processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (SEPLAM, 2018). Essas definições são fruto do desenvolvimento de políticas públicas, estabelecidas para delimitar os processos de regionalização, tendo em vista o desenvolvimento de programas que envolvem os setores federais, estaduais e municipais e associadas ao capital privado e a produção de renda. Sendo assim, pode-se analisar que:

A evolução socioeconômica do Brasil, dadas às dimensões territoriais do País, foi marcada por processos variados que induziram uma crescente concentração regional da produção e da renda. As desigualdades regionais intensificaram-se, conformando um padrão macrorregional que diferenciou marcadamente as regiões Norte e Nordeste, e em certa medida Centro-Oeste, das regiões Sul e Sudeste (Ministério da Integração, 2010).

A disparidade do setor socioeconômico brasileiro reflete diretamente no campo da cultura, tendo o entendimento de cultura abordado por Clifford Geertz, que a define como sendo um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 2008, p. 66).

Seguindo esse quadro de transformações no campo da cultura, cabe ressaltar que o panorama brasileiro ganha força partir de 1970, quando se muda a conotação do desenvolvimento de políticas sociais num sentido global. Isso foi possível graças a um conjunto de intensas lutas e mobilizações coletivas da dinâmica de luta de classes. As mobilizações de massas “[...] são obras de sujeitos sociais e da sua percepção do que seria intolerável” (ARCARY, 2004, p. 148).

Diante dessa conjuntura política de transformação social nacional, definida a partir de retratos da realidade local, “o Governo da Bahia passou a reconhecer a

existência de 27 territórios de identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região” (SEPLAM, 2018). As estratégias metodológicas do programa de delimitação dos territórios de identidades foram desenvolvidas com base no “sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar” (SEPLAM, 2018).

Nesse contexto, a título de ilustração, é importante lembrar uma iniciativa da década de 1970 da extinta Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado da Bahia. Naquele momento a secretaria iniciou o mapeamento sistemático dos patrimônios estaduais, com o objetivo de cadastrar monumentos e sítios históricos, visando à ampliação de informações em seu universo cultural e tombamento dos mesmos. Esse projeto foi intitulado de um Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA), foi realizado entre as décadas de 1970 e 1990, consistiu na normatização de atividades essenciais para preservação desses patrimônios (DINIZ, 2013).

O termo “Alto Sertão da Bahia” foi atribuído pelo Masb para delimitar, a princípio, uma extensão territorial entre os municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã. Porém, seguindo a divisão administrativa do Estado, os municípios de Caetité e Guanambi, estão localizados nos território de identidade denominado Sertão Produtivo¹², e o município de Igaporã no território do Velho Chico¹³. O mapa abaixo mostra as divisões dos territórios de identidade do estado da Bahia.

¹² O território do Sertão Produtivo engloba 19 municípios: Guanambi, Brumado, Caetité, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Candiba, Pindaí, Urandi, Sebastião Laranjeiras, Ibiassucê, Caculé, Rio do Antônio, Malhada de Pedras, Tanhaçu, Ituaçu, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Lagoa Real.

¹³ O território do Velho Chico na Bahia é composto por 16 municípios: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

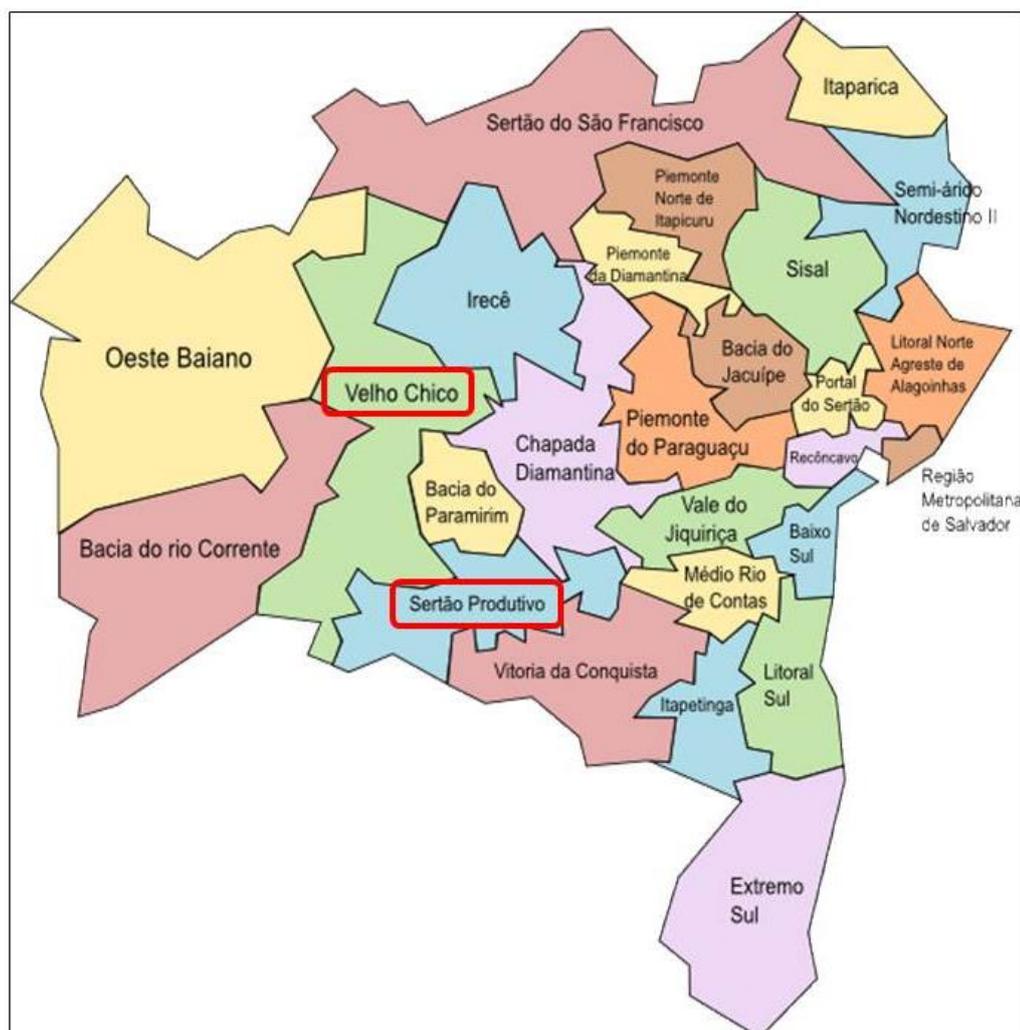


Figura 12: Mapa da Bahia com divisão dos territórios de identidade.
 Fonte: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, site institucional.

A delimitação dos territórios de identidades do estado da Bahia não se restringe as características geográficas do território, mas por traços de identidade cultural. Durante a V Conferencia estadual de cultura do estado da Bahia (2013), foram apontados algumas descrições das manifestações culturais da região do Sertão Produtivo e do Velho Chico como o Terno de Reis, Maculelê, o Samba de Roda, a Puxada de Rede, Artesanato em Cerâmica, Chula de Pilão, São João e as pinturas rupestres de determinados municípios.

A formação conceitual e epistemológica dos territórios de identidades, utilizada pelo Governo da Bahia, teve sua formação teórica em conceitos utilizados pelo geógrafo Milton Santos, que em seus trabalhos contextualiza os conceitos de “território” e “identidade”.

Consideramos que “a noção de território é aqui desenvolvida como um instrumento de análise para dar conta da complexidade das relações entre atores sociais e espaço no contexto de construção de novas identidades sociais” (MOREIRA, 2007, p. 11).

Esses conceitos trabalhados por Milton Santos foram moldados no texto da museóloga Maria Célia Teixeira Moura Santos, ao tratar da relação de formação territorial de identidade como elemento cultural. Para a autora:

A identidade cultural é entendida aqui como o conjunto de elementos que configuram a fisionomia de um determinado território, elementos esses que resultam do processo sócio-histórico de ocupação da região, das suas tecnologias produtivas, formas de sociabilidade, convívio e produção material e imaterial. Integram esse vasto mosaico da ação humana nesses ambientes os patrimônios histórico, artístico, cultural e ambiental. Tal identidade é entendida não como um conceito museológico, estático, mas como um vivo e regular processo de intercâmbio, de trocas e assimilações, resultando no sincretismo que carrega, de um lado para o outro, de uma região para outra, pessoas e signos que se aculturam, refazem e ressurgem ao lado de expressões tradicionais em seus novos espaços de inserção (SANTOS, 2000, p. 2).

O entendimento da noção de territorialidade foi imprescindível para uma formação de identidade museal do Masb, pensando que a formação de identidade desse território não se desvincula totalmente das culturas de massas que, a sociedade contemporânea está inserida. O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert da Costa retrata a noção de territorialidade atribuindo-a ao desenvolvimento de grupos sociais atribuídos aos “[...] vínculos identitários com mais de um território ao mesmo tempo, ou com territórios que em si mesmos manifestam características muito mais instáveis, múltiplas e/ou híbridas” (HAESBAERT, 2005, p. 15).

2.4.1 Guanambi

De acordo com o Censo Demográfico do ano de 2010, o município de Guanambi está localizado a 796 km da capital do Estado da Bahia, situado entre os municípios de Palmas do Monte Alto, Pindaí, Caetité e Candiba. Possui uma economia em desenvolvimento com atividades voltadas a prática da pecuária, agricultura e do comércio. Semelhante ao município de Caetité, Guanambi possui uma nomenclatura de origem indígena pertencente à família linguística tupi-guarani, cujo significado remete a palavra “beija-flor” (IBGE, 2010).



Figura 13: Mapa do município de Guanambi.

Fonte: Atlas Brasil (2013).

A cidade é popularmente conhecida como “Cidade do Algodão” devido a marcante produção agrícola do algodão no passado e atualmente tem sido chamada de “capital dos ventos” por causa da movimentação dos ventos em velocidade ideal para a produção de energia eólica. Na imagem abaixo, pode-se notar a presença de um moinho de vento que compõe o cenário com a lavadeira de roupas, no açude municipal no ano de 1957.



Figura 14: Lavadeira no açude municipal de Guanambi no ano 1957

Fonte: <<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/guanambi/historico>>>. **Acesso em:** 22 de fevereiro de 2018.

O Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de Guanambi é 0,673, em 2010, o que situa esse município na faixa de desenvolvimento humano médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM é a longevidade, com índice de 0,789, seguida de renda, com índice de 0,663, e de educação, com índice de 0,584. Guanambi ocupa a 2598^a posição entre os 5.570 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço), como pode ser vista no gráfico abaixo.

Os dados do IBGE mostram, ainda, que o índice religioso do município de Guanambi aponta a presença de três categorias religiosas, que no quadro abaixo, nos mostra que a população é predominantemente católica, menos de 10% da população é evangélica e menos de 5% é espírita.

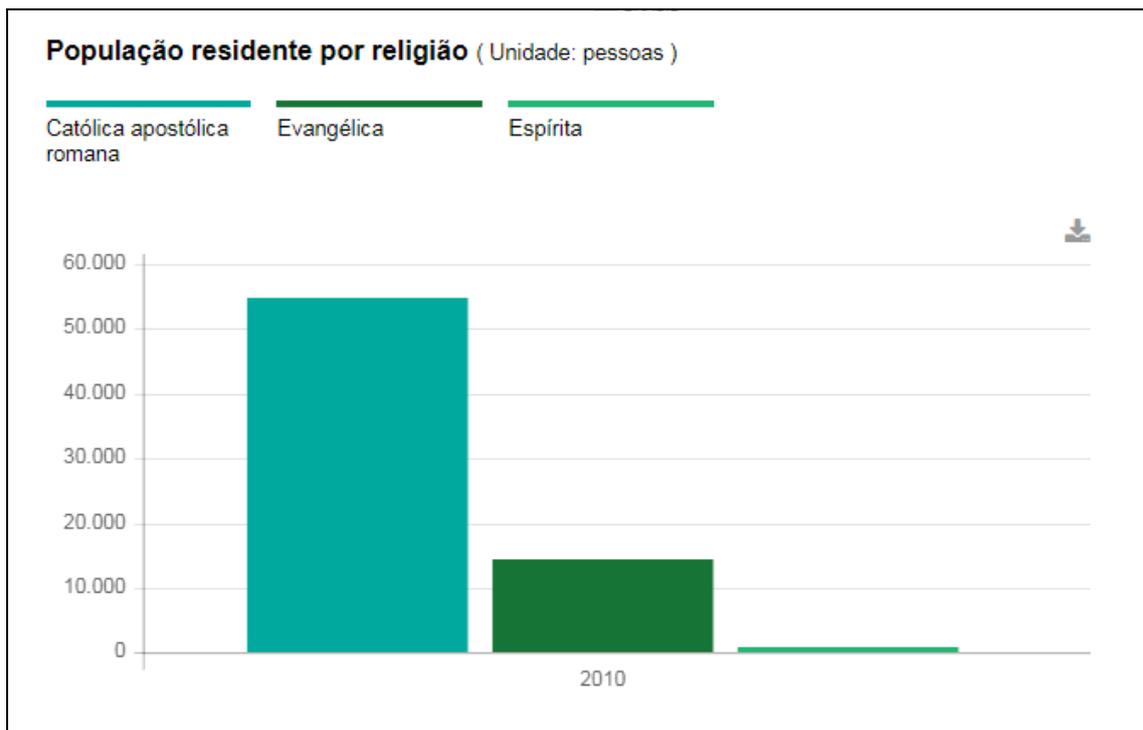


Figura 15: Índice religioso do município de Guanambi.
Fonte: Atlas Brasil (2013).

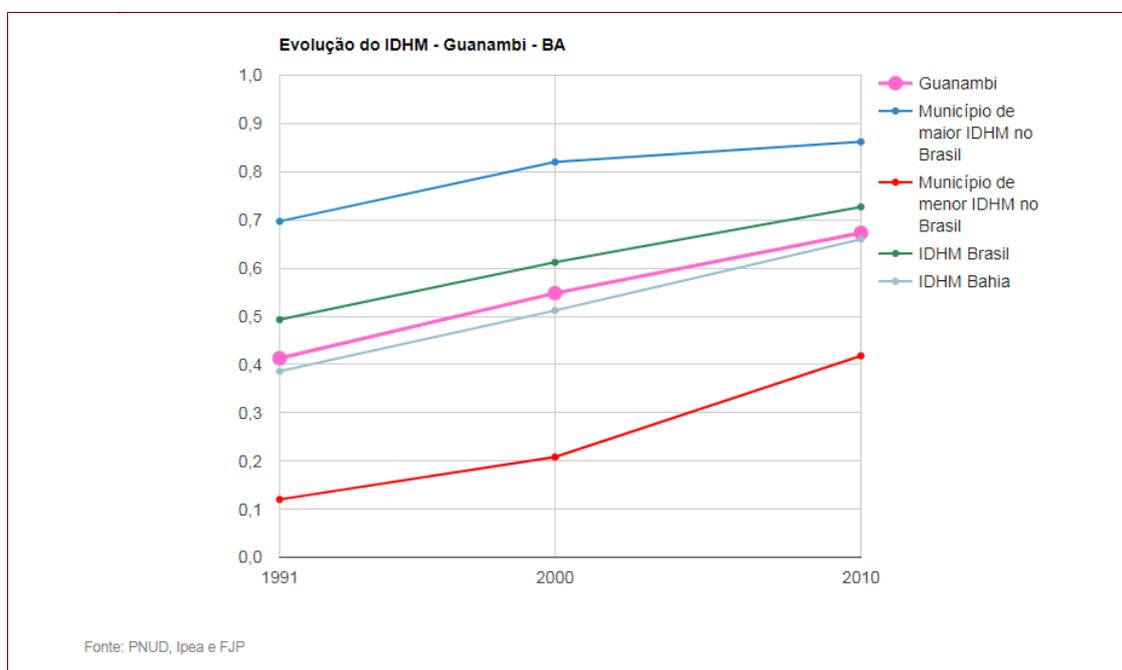


Figura 16: Evolução do Índice de desenvolvimento Humano do Município de Guanambi.
Fonte: Atlas Brasil (2013).

Conforme dados do IBGE a história de formação da cidade de Guanambi constitui-se as margens do rio Carnaíba de Dentro, originária da propriedade rural de Joaquim Dias Guimarães, que doou parte de suas terras para a construção de uma igreja em homenagem a Santo Antônio de Pádua, de quem era devoto. Em meados dos anos de 1870 inicia-se o processo de povoamento local, partindo da região da igreja e com incentivos de outros fazendeiros começou a exploração da agricultura e pecuária da região. (IBGE, 2010)

Dados do IBGE informam que a sua formação administrativa se deu pela criação da Lei Provincial nº 1.979, de 23 de junho de 1880, e pela Lei Municipal nº 2, de 08 de janeiro de 1920, estando subordinado ao município de Monte Alto. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o distrito de Guanambi se configura no município de Monte Alto. Elevado à categoria de vila com a denominação de Guanambi pela Lei Estadual nº 1.364, de 14 de agosto de 1919, sendo desmembrado de Monte Alto. Sede na antiga povoação de Bela Flor. (IBGE, 2010).

A localização do município de Guanambi teve uma importante contribuição em seu processo de expansão. O município está inserido numa região de fluxo rotas intermunicipais e interestaduais, que liga o sudoeste da Bahia e a região norte de Minas Gerais. De acordo com Sofia Rebouças Neta Pereira e Gildava Araújo da Silva Nascimento, no ano de 1991 Guanambi despontou como a terceira maior cidade dessa mesorregião, tornando-se um município de influência na prestação de serviços especializados. As autoras acreditam que:

O processo recente de consolidação de Guanambi na rede urbana pode ser entendido por duas subdivisões temporais. Primeiro, a da “cidade polo da cultura algodoeira”, décadas de 1970 e 1980, quando a expansão do cultivo do algodão na região, que ficou conhecida como Vale do Iuiú, formada pelos municípios de Malhada, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Iuiú e Guanambi, alcançou elevada produtividade, tornando-se a maior produtora do estado da Bahia. Em virtude disso, foram instaladas em Guanambi fábricas de beneficiamento de algodão, bancos, escritórios, lojas de produtos agrícolas e outros, que contribuíram para o incremento da economia e o aumento da população da cidade. Segundo, a da “cidade polo de comércio e outros serviços”, atividades que se desenvolveram a partir do ano 2000, quando, após uma década de recessão econômica provocada pela crise algodoeira no município e na região, houve uma retomada do crescimento com a intensificação do comércio e com os investimentos públicos e privados em educação e saúde. A maior especialização dos serviços (novas faculdades, ampliação no setor de saúde), associada à inserção de novas lojas

(supermercados, eletrodomésticos, franquias do setor alimentício e outras), resultou em mudanças nos padrões de consumo da população local e atraiu novos consumidores do entorno (NASCIMENTO & PEREIRA, 2014, p. 3).

Gildava Araújo da Silva Nascimento e Sofia Rebouças Neta Pereira consideram que a posição central do município de Guanambi impulsionou o seu desenvolvimento. As autoras acreditam que em essa expansão aconteceu por diversos fatores como a base agrícola e comercial do município e região, as instituições de ensino superior. (NASCIMENTO & PEREIRA, 2014, p. 3).

De acordo com dados do IBGE (2010), a logística do sistema de transporte entre os municípios vizinhos a Guanambi elevou sua posição na rede urbana foi o fato de estar localizada entre duas capitais regionais favoreceu esta condição: uma da Bahia, Vitória da Conquista (da qual dista 276 km): e outra de Minas Gerais, Montes Claros (da qual dista 390 km). Essas condições, aliadas a uma boa rede rodoviária, reforçam a sua função regional.

A localização geográfica e as estruturas de relevo do município de Guanambi foram um dos aspectos que contribuíram para a eficácia na produção de energia eólica na região. Aspectos como topografia do terreno, velocidade dos ventos foram características para a evolução de energia eólica no âmbito da Matriz Energética Brasileira¹⁴. Com o desempenho ideal a produção de energia eólica, Guanambi passou a compor o *hall* de empreendimentos eólicos. Muitas empresas ligadas ao setor de geração de energia se instalaram na região. Essa ação teve seu crescimento impulsionado graças aos incentivos do Governo do Estado da Bahia na cadeia produtiva da Energia Eólica.

¹⁴ Matriz Energética Brasileira é um conjunto de fontes de energia ofertado no país para captar, distribuir e utilizar energia nos setores comerciais, industriais e residenciais. A matriz representa a quantidade de energia disponível em um país, e a origem dessa energia pode ser de fontes renováveis ou não renováveis.

2.4.2 Igaporã

O município de Igaporã segundo dados do IBGE (2010) foi fundado no ano de 1958, está localizado na mesorregião do Centro Sul da Bahia, pertencente à microrregião de Guanambi, próximo a Chapada Diamantina, distante a 802 quilômetros da capital do Estado. O censo demográfico de 2015 apontou uma faixa de população estimada de 16. 225 habitantes. Situado numa região de planalto espinhado, a 762 metros de altitude, o município de Igaporã estende-se por 832,5 km², próximo a Chapada Diamantina. Limita-se ao norte com Tanque Novo e Macaúbas, ao leste com Caetité, ao sul com Guanambi, a oeste com Matina e Riacho de Santana. Dista de Salvador 802 km. Possui distritos importantes como Tamboril, Cana Brava dos Farias, Gameleira, Guarantã e Lagamar.



Figura 17: Mapa regional do município de Igaporã.

Fonte: Google maps, 2017.

De acordo com dados do último censo geográfico do IBGE (2010), o município de Igaporã está inserido numa região do polígono da seca, onde a escassez de chuva provoca o êxodo rural e a saída de grande parte da população sede para outros estados como São Paulo, Mato Grosso e Paraná. Essa migração é motivada por melhores oportunidades de trabalho. No geral, muitos desses trabalhadores são direcionados ao corte de cana-de-açúcar ou as fazendas de soja.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Igaporã é 0,614, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). O mapa abaixo mostra um quadro de evolução baseado nos quesitos longevidade, renda e educação.

Os dados do IBGE mostram, ainda, que o índice religioso do município de Caetité que aponta a presença de três categorias religiosas, que no quadro abaixo, nos mostra que a população é predominantemente católica, cerca de 10% da população é evangélica e menos de 5% é espírita.

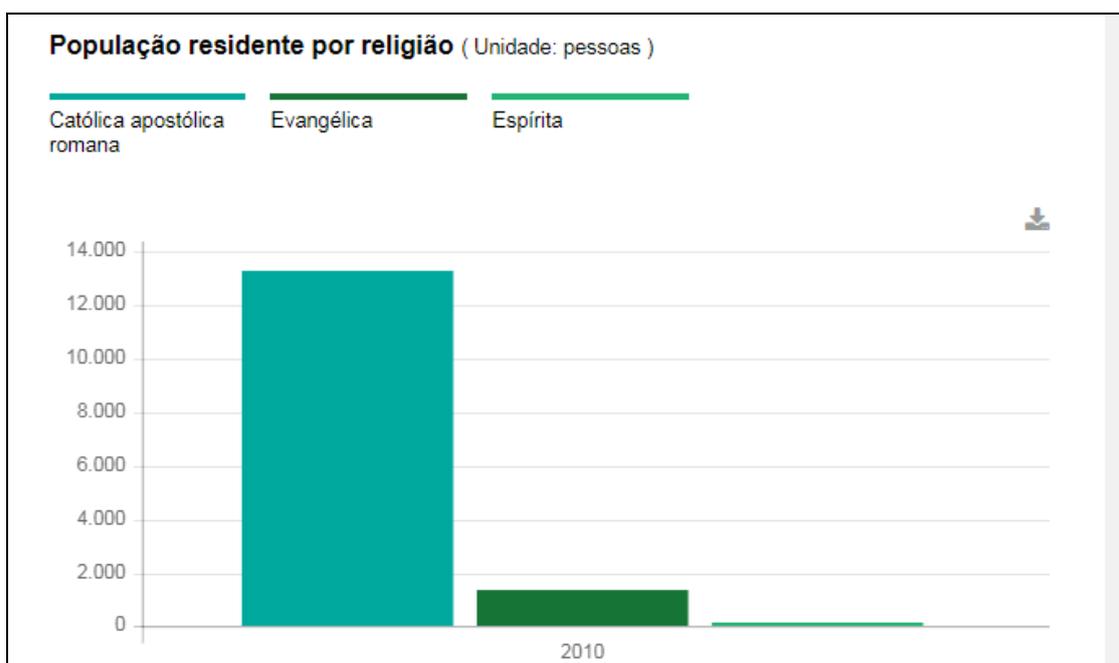


Figura 18: Índice religioso do município de Igaporã.
Fonte: Atlas Brasil (2013).

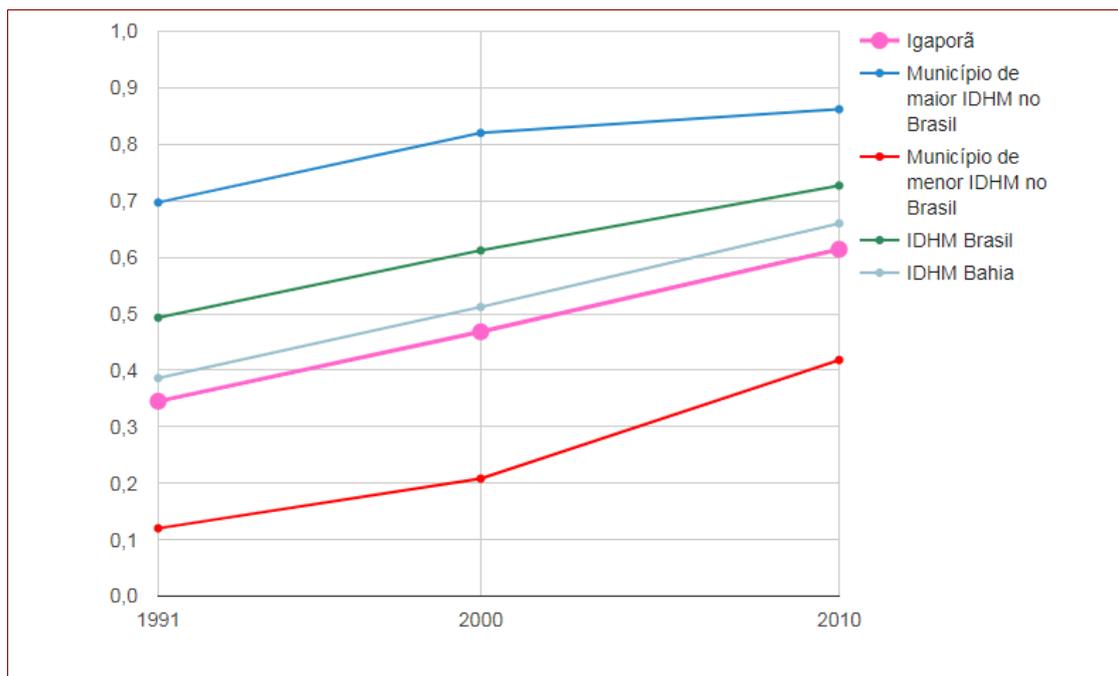


Figura 19: Evolução do Índice de desenvolvimento Humano do Município de Igaporã.
Fonte: Atlas Brasil, (2013).

Além das informações sobre desenvolvimento humano, a biblioteca do IBGE apresenta um breve panorama histórico do município. No caso de Igaporã conta que o município de Igaporã começou a ser formado com a vinda do fazendeiro Bernardo de Brito e sua família onde habitaram a Casa de Pedra na Fazenda Santo Antônio também a famílias Pimenta de Azevedo e Pinheiro de Azevedo que ali se estabeleceram desenvolvendo a agropecuária, em 1884 Igaporã recebeu a categoria de Villa e se chamava Bonito, em 1º de Janeiro de 1944 por força do decreto nº 12.978 que trocou o nome da então Villa para Igaporã, que em Tupi-Guarany significa Água Bela.

Os relatos históricos da região apontam que o município de Igaporã iniciou seu processo de povoamento entre 1870, nas regiões de fazenda das famílias Brito e Pimenta de Azevedo, que desenvolviam uma produção econômica com base na agropecuária. Mediante a esse processo de desenvolvimento construíram a capela Nossa Senhora do Livramento, formando o povoado de “Bonito”. Somente no ano de 1943, recebeu o nome de Igaporã¹⁵ devido a uma disputa judicial que perdurou até 1953, desvinculando a região do município de Caetité. Em 1954 foi emancipada, e, apenas no ano de 1960 dá-se a criação do município, Igaporã deixando de ser distrito de Caetité. O nome Igaporã segundo dicionário tupi significa rio bonito (IBGE, 2010).

Assim como o município de Guanambi, Igaporã teve uma forte produção agrícola, que em 1955 foi responsável pela arrecadação de milhares de cruzeiros, devido a produção de algodão, mandioca, cereais, cana-de-açúcar, mamona e frutas, principalmente a manga, cultivados até os dias de hoje, porém sem o mesmo valor de tempos atrás (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1958).

Dentre os acontecimentos importantes para o desenvolvimento do município conta na descrição histórica do IBGE (cidades/Igaporã), que em 30 de dezembro de 1954, Igaporã foi emancipada pela lei 638 Do Governo da Bahia, Nomeado o prefeito Orozimbo Ribeiro até que se foi feita a primeira eleição elegendo Alípio Cardoso. Porém, em 07 de Fevereiro de 1958 o município recebeu um mandato judicial do estado da Bahia, que considerou inconstitucional sua criação, obrigando-o a retornar como distrito do município de Caetité.

Somente 01 de setembro de 1960, por meio da à Lei nº 2308, se restaura a independência do município de Igaporã, que deixou de pertencer ao município de Caetité. Os principais responsáveis e que lutaram pela separação de Igaporã do município de Caetité foram Silêncio Fernandes, Dr. João Archanjo e José Antonio Fagundes, então ficou considerada a data oficial da emancipação de Igaporã o 1º de setembro de 1960 devido a força da lei nº 01/1985 de autoria do então vereador Lucílio Fagundes Neves.

¹⁵ Bonito para Igaporã, alterado pelo decreto-lei estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943, confirmado pelo decreto estadual nº 12978, de 01 de junho de 1944.

A formação do município de Igaporã – Bahia deixou vestígios históricos e culturais, tanto no âmbito material quanto imaterial. Os principais destaques históricos do município de Igaporã é a Casa de Pedra da Fazenda Santo Antônio onde morou o fazendeiro Bernado de Brito o qual deu Origem a cidade, A Casa Grande da Praça da Igreja e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento construída em 1871. Outra característica que se manteve foram os costumes, saberes e tradições populares como o Reisado, o festejo de São Pedro (padroeiro da cidade) e as produções artesanais.



Figura 20: Casa de pedra da fazenda Santo Antônio em Igaporã, Bahia.
Fonte: Portal do Masb.

No ano de 2009 o município de Igaporã passou a ingressar o conjunto de municípios baianos que agregam a estrutura de parques eólicos no Alto Sertão da Bahia. O empreendimento eólico trouxe consigo uma intensa transformação para o território, tanto no impacto visual como ambiental.

Anterior à implantação dos parques eólicos são realizadas pesquisas arqueológicas nesse tipo de empreendimento. De acordo com o Programa de gestão do patrimônio arqueológico nos parques eólicos da Renova Energia, do período de 2010/2011, foram evidenciados no município de Igaporã, 108 sítios arqueológicos e históricos, em destaque para as evidências de uma calçada de pedra, também conhecida como estrada Real.

Outra questão de destaque do município de Igaporã é a presença de comunidades negras e rurais quilombolas, que sua maioria está situada na zona rural do município, próximo às áreas de implantação dos parques eólicos.

2.4.3 Caetité

Como consta nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Caetité está localizado no sudoeste baiano, na região da Serra Geral da Bahia, mesorregião do centro sul baiano e microrregião de Guanambi, a 645 km de Salvador, a capital do Estado. Possui uma área de extensão de 2.651,536 km², com uma estimativa de 52.853 habitantes no ano de 2017 e índice de densidade demográfica de 19,45 hab/km² de acordo com o último censo realizado no ano de 2010. O município está inserido no polígono das secas, termo legal que caracteriza um território sujeito a longos períodos de estiagem, e, está situada a aproximadamente de 826m de altitude e possui clima tropical.



Figura 21: Localização do município de Caetité.
Fonte: Atlas Brasil (2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano de Municipal (IDHM) de Caetité comparado numa esfera nacional demonstra uma disparidade equitativa nos dados que definem a situação de oportunidades para a população, relacionadas a três critérios principais: renda (renda bruta per capita), educação (escolarização) e saúde (expectativa de vida).

Os dados do IBGE mostram, ainda, que o índice religioso do município de Caetité que aponta a presença de três categorias religiosas, que no quadro abaixo, nos mostra que a população é predominantemente católica, cerca de 5% da população é evangélica e cerca de 1% é espírita. O quadro não mostra a presença de religiões de matriz africana, apesar de existirem no território. O que se especula é que esses espaços religiosos se autodenominavam como centros espíritas para fugiram de perseguições, intolerância e discriminação. Sendo assim, é possível pensar que os adeptos dessas religiões acabam se declarando como sendo de outras religiões pelo mesmo motivo.

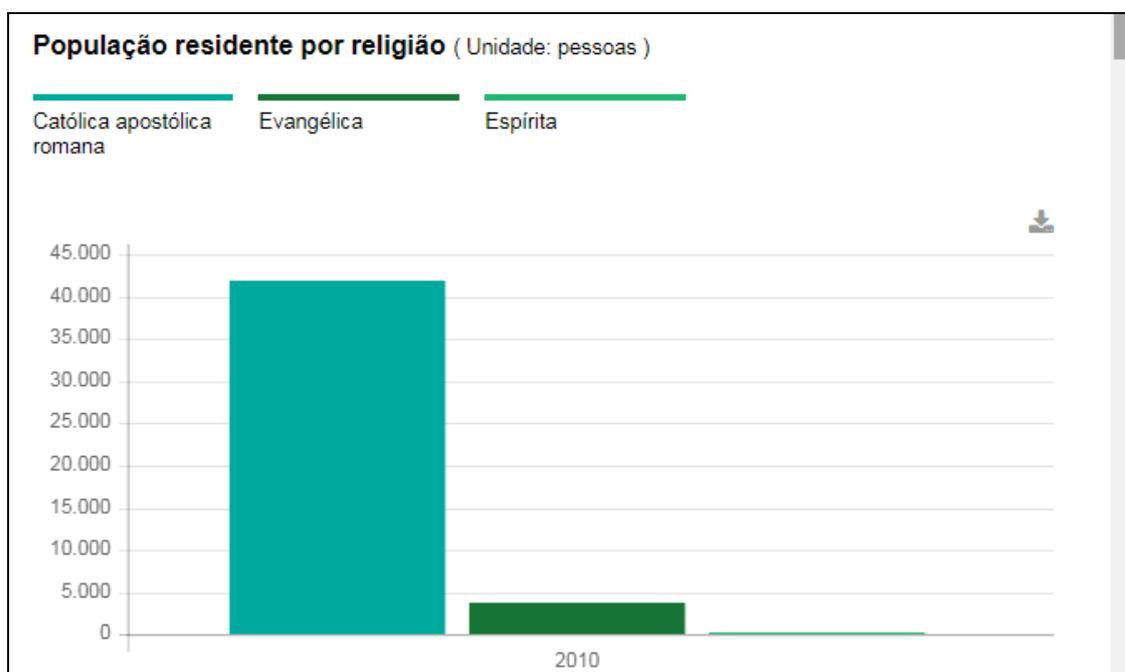


Figura 22: Índice religioso do município de Guanambi.
Fonte: Atlas Brasil (2013).

O gráfico abaixo apresenta um quadro das últimas décadas. Pode-se notar que ocorreram sucessivas evoluções relacionadas aos indicadores socioeconômicos, que permitem qualificar a análise de desenvolvimento humano do município. O mapa abaixo aponta que o município de Caetité é de 0,625, em 2010, estando na faixa de desenvolvimento médio nacional que varia entre 0,600 e 0,669. De acordo como IBGE a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,801, seguida de renda, com índice de 0,631, e de educação, com índice de 0,484.

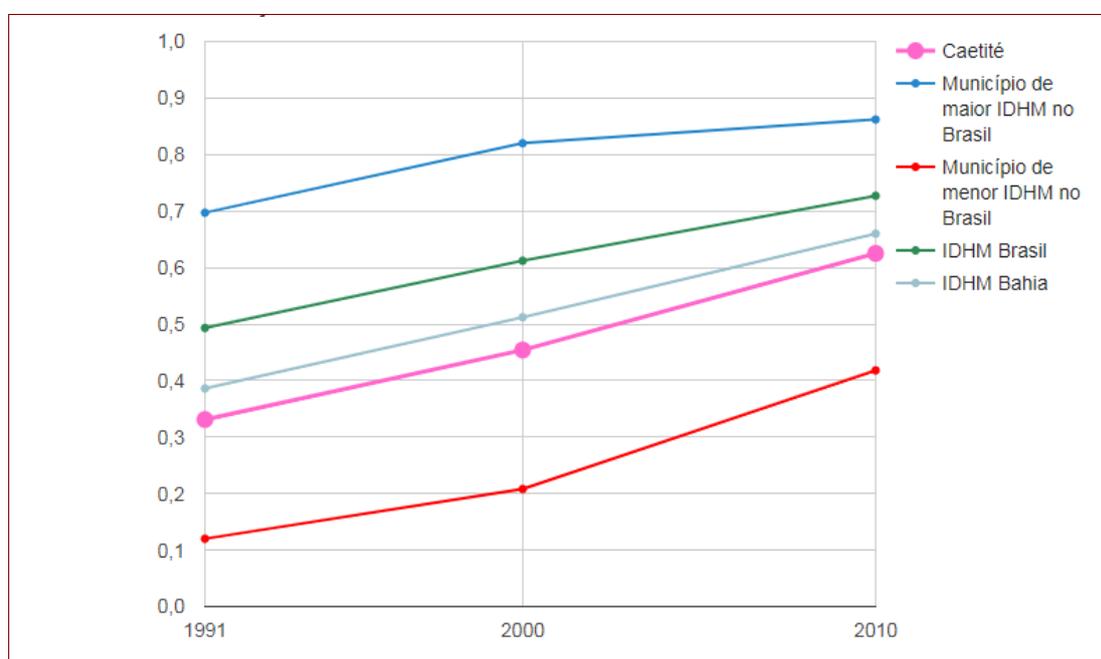


Figura 23: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Caetité.
Fonte: Atlas Brasil (2013).

A situação de desenvolvimento contemporâneo do município de Caetité advém de um processo histórico que o coloca em situação de destaque aos municípios circunvizinhos. Dados históricos apontam que Caetité foi um dos primeiros municípios do Alto Sertão da Bahia, denominado em 1754 como Vila Nova do Príncipe, passando à condição de cidade pela Lei Provincial nº 995, de 12 de novembro de 1867.

De acordo com Helena Lima Santos (1997) a formação de Caetité deriva dos agrupamentos indígenas que habitaram o território. A denominação “Caetité”, segundo senso comum local, originou-se devido à habitação dos povos Caetés que possui uma derivação da língua tupi que significa “mata da pedra grande”, pela junção dos termos *ka'a* (mata) e *itá* (pedra) e *eté* (verdadeiro). A etimologia atribuída faz referência a uma formação rochosa existente na região leste da cidade conhecida como “Pedra Redonda”.

Essa afirmação é, também, utilizada pelo antropólogo Carlos Ott (1945), que vai além ao atribuir a uma linhagem indígena Jê (Tupinaens e Pataxós) e ao apontar autores do século XVI que supõe a “existência dos índios Maracás (ou Paiaíás)”, que ocupavam a “região entre a serra do Sincorá e a Serra de Caetité”, e que no século seguinte a região “era ocupada pelos índios Aracapás”. Sobretudo, existem especulações que contradizem a existência dos povos Tupi dessa região, justificando que a origem da palavra Caetité, deve-se a língua Tupi utilizada pelos jesuítas para se comunicarem com os silvícolas que viviam nas matas. Acredita-se que os habitantes dessa região pertenciam à tribo Mongoió-Camacã, que habitavam a região sul da Bahia.

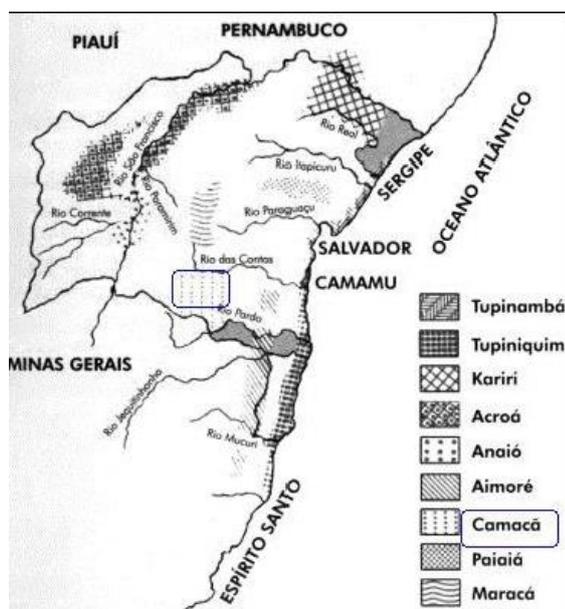


Figura 24: Habitação dos povos Camacã na região entre o Rio Pardo e o Rio de Contas.
Fonte: Caderno de Cultura Caetiteense.

Outra questão a ser considerada sobre a constituição histórica do município de Caetité são as pesquisas arqueológicas, que, constatam a existência de centenas de sítios históricos e arqueológicos que evidenciaram sítios da tradição arqueológica Tupi, quanto Aratu. Dentre os sítios arqueológicos que foram identificados na região, um deles se destaca por sua imponência visual. Trata-se do sítio arqueológico Moita dos Porcos também conhecido como Toca do Tapuio, se constitui como um abrigo rochoso com inscrições rupestres em baixo relevo.

Louise Prado Afonso descreve em sua tese de doutorado que sítio arqueológico Moita dos Porcos “foi submetido a estudos por duas equipes de Arqueologia: a primeira coordenada por Carlos Alberto Etchevarne (FFCH/Ufba), e a segunda sob a coordenação da Maria Beltrão (Museu Nacional/ UFRJ)” (AFONSO, 2012, p. 249).

A formação da cidade como um “ponto de permanência de tropeiros que passavam pela região” de Caetité tomou impulso devido os fatores climáticos, que por apresentar temperaturas amenas que flutuam numa média de 18 a 23°C e a “quantidade abundante de água” existente na região. A cidade se constituiu um dos “primeiros núcleos de povoamento da região”, que, teve uma origem de formação de jesuítica conhecida como “postos de catequese já no século XVII” (IBGE, 2010).

Luis Felipe Baêta afirma que esse tipo de formação jesuítica era conhecida como uma espécie de aldeamento que partia de uma região central onde se constituía uma igreja e uma praça e as demais construções eram dispostas em seu entorno associado a isso se projetava uma suposta formação cultural doutrinada pelos jesuítas que pode ser comparada como um “grande projeto pedagógico” (NEVES, 1978, p.162). Para Erivaldo Fagundes Neves, o processo de desenvolvimento do município de Caetité teve um rápido crescimento em sua constituição enquanto cidade. Esse desenvolvimento estava atrelado crescimento agropecuário fazendo com que:

Caetité, Alto Sertão da Serra Geral da Bahia, emancipou-se de Rio de Contas em 1810, constituindo-se importante centro econômico regional, principalmente por situar-se na saída baiana para Minas Gerais e se conectar com Goiás, articulando-se, portanto, com o Sudeste e o Centro-Oeste do Brasil. No final do século XIX, projetava-se no Estado da Bahia pela dimensão territorial, densidade populacional e dinâmica agropecuária (NEVES, 2000, p. 97).

Neves aborda a formação do comércio de escravos, ao longo do século XIX, numa rota que se estabelecia do Alto Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista, mais especificamente em São Carlos o Pinhal, conhecido como “empreendimento de *sampauleiros*” que resultou na formação de uma sociedade escravista na região (NEVES, 2000, p. 97).

Além das referências arqueológicas, históricas e culturais, o município de Caetité se tornou referência internacional de produção de urânio, desde o ano de 1976 quando se começou a exploração desse elemento químico encontrado na natureza. A exploração desse minério é realizada pela estatal, Indústrias nucleares do Brasil – S.A. (INB), vinculada as Indústrias Nucleares da Ciência, Tecnologia e Inovação. A empresa foi fundada no ano de 1988 com o objetivo de “[...] o ciclo de produção do combustível nuclear – desde a mineração até a montagem e entrega do elemento combustível, a INB foi idealizada para impulsionar a produção da energia nuclear no país”¹⁶ (INB, 2017).

Outra questão relevante para o município de Caetité é a manifestação de comunidades negras e rurais quilombolas, que desempenham a figura de resistência na defesa de seus territórios. Dentre as ações afirmativas destaca-se o Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas de Caetité, evento que acontece desde o ano de 2010, no mês de novembro, em homenagem ao Dia da Consciência Negra, que reúne comunidades negras e quilombolas do município de regiões circunvizinhas. O evento conta com apoio da Secretaria Municipal de Educação, do Movimento de Mulheres Camponesas e do Centro Territorial de Educação Profissional de Caetité. Durante o encontro são realizadas exposições de objetos históricos pertencentes aos moradores locais, manifestações culturais das comunidades como o Terno de Reis, Samba de Roda, Dança de Crioula, Capoeira, Maculelê, entre outros.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.inb.gov.br/pt-br/A-INB/Quem-somos/História>>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

2.5 Uma comunidade quilombola como objeto de estudo

A escolha de uma comunidade quilombola como objeto de estudo dessa dissertação, decorre de um quadro de discussões que coloca em evidência a territorialização quilombola. Segundo Petrônio Domingues e Flávio Gomes “o debate sobre a reforma agrária tem se articulado com as temáticas da questão racial, em particular das comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo” (DOMINGUES & GOMES, 2013, p. 2). As discussões sobre o tema tomaram uma proporção maior que a dimensão política, por estarem associadas a uma história de reivindicações e conquistas dos movimentos negros organizados, desde a década de 1980.

Kabenguele Munanga define o significado de “quilombo” como sendo uma organização sociopolítico militar, cuja estrutura ficou conhecida na África Central, principalmente na região constituída pela República Democrática do Congo (Zaire) e Angola. O autor explica que a palavra “quilombo” origina de “ochilombo”, que no dialeto angolano significa tenda/ acampamento (MUNANGA, 2004). De forma análoga, no âmbito dessa discussão, mas de forma mais próxima dos contextos identificados no Brasil, nos informa Itamar Gomes Amorim e Guiomar Inez Germani:

O conceito Comunidades Negras Rurais Quilombolas incorpora as chamadas terras de preto, terras de santo, mucambos ou quilombos. São comunidades formadas predominantemente por negros e ocupam terras na área rural. São os laços de consanguinidade e de familiaridade que permitem a utilização de áreas de forma individual e coletiva. Trata-se de estratégias desenvolvidas no processo histórico de adaptação ao ambiente, concomitante com práticas de proteção aos recursos naturais disponíveis. A maioria das comunidades não possuem registros escritos, sua história é pautada na tradição e transmitida oralmente, podendo ser enterrada com a morte de um ancião. Este conceito se torna funcional por ter a especificidade de incorporar Comunidades Negras Rurais e articular-se com o conceito referendado na constituição de 1988, que denomina-as de Remanescentes das Comunidades dos Quilombo (AMORIM & GERMANI, 2005, p. 2)

Dentre as conquistas do movimento negro organizado no Brasil, é válido destacar os avanços na Constituição Federal de 1988, que ao aprovar o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garantiu “aos remanescentes das

comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL. Constituição, 1988). Esse ato de reconhecimento à propriedade e a titulação dos territórios quilombolas foi um alicerce aos debates em torno dos direitos étnicos (MONTEIRO & GARCIA, 2010, p. 4). Sobre a aprovação do artigo nº 68 da Constituição Federal, podemos observar que:

O artigo nº 68 ensejou diversas discussões no meio acadêmico a respeito de quem são os sujeitos de direito que se beneficiarão com essa lei, uma vez que o artigo se referia aos “remanescentes”, ou seja, aos resquícios dos quilombos formados por negros cativos, que fugiram durante o período da escravidão ou negros libertos para formar esse tipo de sociedade. Contudo, existem inúmeras comunidades quilombolas no Brasil que não foram formadas a partir desse contexto. Assim, foi a partir desse debate iniciado com a emergência da territorialização quilombola que o conceito de quilombo foi ressemantizado, passando a não se remeter mais exclusivamente a conceitos históricos/ clássicos criados pelo regime escravista (MONTEIRO & GARCIA, 2010, p.3-4).

Além dos movimentos sociais que impulsionaram a conquista de direitos, as discussões acadêmicas passaram a analisar os povos quilombolas, numa visão democrática e culturalista¹⁷, passando a reconhecê-los enquanto unidade social, classificada enquanto comunidade e grupo étnico. Os estudos sobre as relações étnicas no Brasil tem tido como importância a desmistificação do imaginário quilombola. De acordo com João José Reis e Eduardo Silva (1988) uma importante contribuição para tema foi à desconstrução do imaginário do Zumbi do Palmares – o rebelde líder quilombola e Pai João – escravo. Ambos tiveram sua imagem estereotipada de forma negativa na história da escravidão no Brasil. Assim, podemos comparar com a história da formação dos grupos étnicos no Brasil.

De acordo com Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1968), grupos étnicos “são categorias de atribuição e identificação” que podem ser definidas por: “perpetuação biológica”, “valores culturais”, “campo de comunicação” e “relações de identidade”. Os pontos mencionados foram abordados por Frederic Barth como componentes essenciais para formação de grupos étnicos, são pontos trabalhados pelo

¹⁷ A visão culturalista advém de uma visão antropológica que busca descrever a sociedade sob a perspectiva combinada da antropologia e da psicanálise. Ruth Benedict, Ralph Linton, Abram Kardiner e Magaret Mead, foram percursores desse movimento.

autor para caracterizar formas de “organização social” e “relações de fronteiras” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 194).

Ao tratar das relações de organização social de grupos étnicos, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2011) falam das diferenças sociais e sua interação em um sistema social de contato interétnico. Para os autores, essa característica se dá por meio da “auto atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica”, para os autores:

Os traços culturais que demarcam a fronteira podem mudar, e as características culturais de seus membros podem igualmente se transformar – apesar de tudo, o fato da contínua dicotomização entre membros e não membros permite-nos especificar a natureza dessa continuidade e investigar a forma e o conteúdo da transformação cultural (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 195).

O reconhecimento legal da auto atribuição dos remanescentes de quilombo no Brasil, se deu por meio do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal Brasileira. Este decreto fortaleceu o critério de auto definição como sendo essenciais ao gozo de direitos fundamentais à memória das comunidades remanescentes de quilombos. Sobre o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas Rosana Lacerda Monte Alto afirma que:

Dentro dos critérios estabelecidos para que a comunidade seja reconhecida como remanescente quilombola e regularizarem a titulação de suas terras, a comunidade deverá cumprir o novo Estatuto, que tem por finalidade representar as famílias Remanescentes de Quilombolas preservando a identidade e o patrimônio cultural e arqueológico da comunidade negra, bem como promover atividades sociais e assistenciais diversas, trabalhando pelo desenvolvimento da agropecuária, pela melhoria das condições de vida, pelo bem-estar da região, divulgando sua cultura e o Esporte, protegendo o Meio Ambiente, proporcionando melhores condições de vida quanto aos meios de capacitar, habilitar, reabilitar com os benefícios conseguidos e aplicados junto ao mercado de trabalho, visando o crescimento por meio de atividades produtivas, do bom convívio e da interação entre os moradores da comunidade (MONTE ALTO, 2012, p. 65).

A valorização das memórias de comunidades remanescentes de quilombos possui uma relação de formação identitária a partir das memórias coletivas e da história oral. Para Halbwachs “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória

coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p.51). Michael Pollak (1989) analisa as contribuições da história oral e da memória coletiva como sendo situações interligadas, onde a memória coletiva funciona como uma espécie de produto das “memórias subterrâneas”, ou seja, das memórias individuais compartilhadas através das relações de contato conseguem reconstruir acontecimentos, que por vezes esquecidos, remontam sobre numa definição com base no senso comum.

Kabengele Munanga ao falar sobre identidade negra denota o contexto em que tal ideia surge e ganha força. O autor, após dissertar sobre identidade e identidade coletiva, justifica a necessidade de uma identidade negra em contraponto a uma identidade coletiva negativa que fora atribuída aos negros pela história, como sempre vítimas e incapazes de contribuição nas sociedades para as quais foram levados, em especial o Brasil. Para o autor, a negritude, ainda que se tome inicialmente como um fator biológico distintivo – a cor da pele – não se trata disso, mas:

Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é, como parece indicar o termo negritude, a cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada à existência dessas culturas (MUNANGA, 2012, p. 13).

A preservação do patrimônio cultural, em todos os seus aspectos, fortalece a ideia de “pertença” de um sujeito a um grupo social. Para tanto, é necessário proteger as diversas manifestações culturais¹⁸, respeitando as singularidades e peculiaridades de cada uma, e, em especial demonstrar a necessidade de sua proteção em relação a uma determinada minoria, como as comunidades remanescentes de quilombos.

É papel dos museus mediar o debate sobre a condição de proteção a uma determinada minoria, na medida em que estas tenha um histórico de opressão e desigualdade. No universo dos museus existem diversos exemplos de promoção e valorização de minorias. No âmbito internacional pode-se citar o esquema da *Diversify da Associação de Museus*, na Inglaterra que “tornou as carreiras de museus mais

¹⁸ O entendimento dessas manifestações culturais está relacionado interação humana, presentes nas relações com o ambiente e nos laços sociais criados entre os homens.

acessíveis às pessoas de minorias étnicas que são representadas no museu na força de trabalho e nas galerias” (SHAW, 2013, p. 11).

Nesta direção, refletimos sobre a relação entre a construção de memórias e identificações étnicas com a musealização da cultura material, entendendo os objetos como “parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo alcance ultrapassa esses limites empíricos e cuja função, mais do que a de ‘representar’, é a de organizar e constituir a vida social” (GONÇALVES, 2007, p. 21).

3. O Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)

“Longe de ser apenas um lugar onde se guardam coisas velhas, os museus brasileiros, na sua diversidade, são agentes que inter-relacionam múltiplas políticas, estéticas, formas de fazer, de saber, de conhecer”.

Juca Ferreira (2010).

O Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb) se classifica numa tipologia contemporânea de museu, que se diferencia dos modelos tradicionais. Ele possui em seu íterim características de museu de território e arqueológico. A sua estrutura física é representada por uma Casa Sede, composta por um casarão em estilo colonial com demais prédios anexos¹⁹. Possui uma formação arquitetônica no estilo de uma praça, ou seja, que não tem portas em suas áreas coletivas que deveriam estar disponíveis em tempo integral à população.

Durante o processo de implantação do Masb foram constantes as atividades de formação, tanto da estrutura de gestão, representadas por um corpo técnico do museu²⁰ e pela Associação de Amigos do Masb (Amasb)²¹, como também, nos núcleos museológicos representados por Agentes Culturais. Desse processo de formação que se enquadra o foco de análise dessa pesquisa, que tem como objeto estudo o projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’ que teve por objetivo a construção de um inventário do patrimônio cultural e a construção de roteiros turísticos.

As ações de formação cultural priorizaram a participação coletiva da população local. É sob esse ponto de vista que são observadas características de uma atividade museológica direcionada ao desenvolvimento humano, científico e territorial. De acordo

¹⁹ Os prédios anexos são compostos por uma área administrativa, laboratório, reserva técnica, sala multiuso, café, lojinha e uma área aberta ao público em tempo integral, numa espécie de praça.

²⁰ O corpo técnico do Masb é composto de professores da Universidade Estadual da Bahia e por uma museóloga (formada pela Universidade Federal da Bahia) contratada por tempo determinado para integrar a equipe de profissionais que, atuam na gestão administrativa do museu e trabalham de forma integrada com comunidade, com ações direcionadas aos setores de documentação, salvaguarda e conservação, comunicação e exposição.

²¹ A Associação de Amigos do Masb (Amasb), composta por representantes locais, se constitui numa organização sem fins lucrativos, autônoma em relação à administração municipal e regida por um estatuto. Atua com o intuito de criar mecanismos de sustentabilidade financeira para o museu como um todo.

com as discussões museológicas contemporâneas, pode-se alinhar a produção documental de um inventário museológico, que possui um caráter técnico, com ações de integração da comunidade que deram subsídios para uma ação coletiva de caráter participativo, tendo como vetor central a difusão e salvaguarda do patrimônio local.

3.1 Masb– síntese

Por meio da Lei municipal nº 761, de 15 de agosto de 2013, foi criado no município de Caetité o Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb), pelo então prefeito, José Barreira de Alencar Filho. Esta Lei constitui o ato de criação da instituição museológica e segue critérios estabelecidos pelo Estatuto de Museus, (Lei federal nº 11.904/2009) e na Política Nacional de Museus (PNM) de 2007. O documento apresentado à prefeitura de Caetité para a aprovação da lei foi construído de forma coletiva, com a participação de profissionais especializados e membros da sociedade local.

Dentre os termos estabelecidos pela lei de criação do Masb, destaca-se a sua constituição como pessoa jurídica e a contratação permanente de um corpo técnico interdisciplinar com funções descritas em Regimento Interno. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) essa documentação é imprescindível para o funcionamento de uma instituição museológica, pois estabelecem “normas de funcionamento, desde a sua finalidade, propósitos, objetivos, política institucional e formas de manutenção” (IBRAM, 2018).

O projeto de implantação do

Masb parte da construção de um diagnóstico museológico, realizado a partir de uma avaliação realidade local e das potencialidades do território. Seguindo os padrões normativos para a criação de um museu. O Masb elabora seu plano museológico ,antes da criação do museu, conforme Artigo 46º da Lei 11.904/2009, que constitui como instrumento essencial para manutenção da instituição. O planejamento museológico do Masb foi elaborado, por meio de um diagnóstico das realidades locais e revisão histórica do território e participação de atores locais para que se pudesse se definir a trajetória desse museu. O plano museológico foi construído em cinco volumes que consistem:

- **Volume I** – descrição do processo museológico;
- **Volume II** – planejamento arquitetônico da sede do museu;
- **Volume III** – síntese de conhecimentos arqueológicos e patrimonial da região;
- **Volume IV** – referências e bens culturais do Alto Sertão da Bahia;
- **Volume V** – inventário turístico como ferramenta de desenvolvimento e compreensão do território.

Segundo Maria Manuelina Duarte Cândido, em seu livro ‘Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento’ (2013), o planejamento estratégico de museus deve ser baseado num diagnóstico da instituição para que a partir deste se estabeleçam caminhos que atendam aos anseios da população local. Segundo o Plano Museológico do Masb, no processo de construção do documento foram envolvidas mais de 2300 pessoas, que atuaram numa proposta coletiva e democrática de elaboração do documento.

O planejamento participativo estabelecido no processo de constituição do Masb teve como base a dialogicidade, um dos conceitos trabalhados por Paulo Freire, no seu livro ‘Pedagogia do oprimido’ (2011 [1968]) que rejeita uma “educação do tipo bancária”, ou seja, se opor a uma “educação assumidamente ideológica”. Nesse contexto, foram realizados diversos encontros no território como objetivo de criar subsídios para construção do plano museológico, tendo suas atividades pautadas em ações dialógicas que estimularam a criticidade dos voluntários.

Segundo Camila Azevedo de Moraes Wichers a constituição do Masb parte de uma proposta de construção coletiva, elaborada com base em um planejamento museológico abrangente. Para Wichers o plano museológico funciona não apenas como uma ferramenta de gestão, mas como um documento feito de forma processual capaz de relacionar ações museológicas com as memórias dos sujeitos que habitam um determinado território (WICHERS, 2013). Por sua vez, acredita-se que o plano museológico deve ser constantemente alimentado de forma permanente e com a participação das comunidades envolvidas.

Ainda no contexto museu/comunidade Zamana Brisa Souza Lima e Hilda Bárbara Cezário, argumentam no texto “Museu do Alto Sertão da Bahia: os processos comunitários na formação de núcleos museológicos” que os processos comunitários de

implantação dos núcleos museológicos Masb, podem ser considerados como “espaços de diálogo com os diferentes grupos sociais” (LIMA & CEZÁRIO, 2017). A relação dialógica apontada pelas autoras pode ser considerada como estratégia fundamental, para relação da instituição com seu público, sendo que este lida com o patrimônio coletivo e com a responsabilidade de preservar essa herança cultural para as futuras gerações.

Zamana Brisa Souza Lima (2016) defende em sua dissertação de mestrado intitulada “Museu do Alto Sertão da Bahia: diálogos entre museu de território e cultura digitais²²” a existência de elementos complementares a prática social museológica, como uso de tecnologias que favorecem a integração de produção museal com a prática digital.

Enquanto a Hilda Bárbara Cezário (2016), também em sua dissertação de mestrado, intitulada “Gestão de Museus: Estratégias com base na Participação Comunitária e na Identidade Cultural²³” aponta estratégias de gestão baseadas em iniciativas museológicas de caráter participativo integradas a uma perspectiva gerenciamento sustentável dessas ações.

Dialogando com as duas autoras supracitadas, este trabalho possui consonâncias quanto à atribuição do caráter coletivo e democrático das práticas museológicas, características indispensáveis ao processo de construção estratégica do Masb. como pode ser vista em sua missão institucional, que objetiva:

[...] preservar o patrimônio cultural do Alto Sertão, adotando esse território como campo de pesquisa e de intervenção social. Para tanto, o Masb visa integrar diversos agentes, instituições e segmentos sociais, cuja participação é fundamental para que as diferentes memórias, histórias e identidades sejam contempladas nesse museu. Busca-se construir uma instituição de excelência, onde os processos educativos propiciem diferentes leituras do mundo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região a partir de uma ação descentralizada (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 107).

²² Dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, orientada pela professora Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa (Doutora em sociologia pela Universidade do Quebec de Montreal, França).

²³ Dissertação de mestrado profissional defendida pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Gestão da Universidade Federal da Bahia, tendo como orientador o professor Eduardo Davel (Doutor em *Ph.D. em management – École des Hautes études commerciales*) e co-orientada pela professora Lorena Sancho Querol (Doutora em Museologia Social – Universidade Lusófona de Lisboa).

Uma análise estratégica desses elementos inseridos na missão institucional se dá por meio de um planejamento estratégico, que analisa questões internas e estabelece metas para implantação de ações que casem com a missão do museu. Dessa forma, o planejamento institucional se tornou um documento analítico e propositivo, que proporcionou subsídios para a elaboração de projetos com base nos interesses coletivos dos moradores dessa região.

De acordo com o Plano Museológico do Masb, a elaboração desse documento “ocorreu no bojo de um processo de construção coletiva com diversos segmentos sociais” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 21). Essas ações foram estrategicamente elaboradas com base na realidade local de cada grupo. Dentre as atividades desenvolvidas no processo de elaboração do plano, destacam-se as “Rodas de Conversa nas comunidades, Exposição Itinerante Museu na Escola, Reuniões e Oficinas do Inventário Turístico”. Além dessas atividades, outras ações foram elaboradas por um “Grupo de Trabalho (GT) formado especificamente com a finalidade de discutir de forma participativa cada um dos itens do plano” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 21).



Figura 25: Visita do Grupo de Trabalho do Masb ao museu comunitário Mãe Mirinha do Portão, em Lauro de Freitas, Bahia. A visita foi acompanhada pela equipe técnica da Zanettini Arqueologia e pelos museólogos convidados Hugues de Varine e Maria Célia Santos.
Fonte: Plano Museológico do Masb (2012, p. 102).

As ações de visita a outros espaços museológicos fizeram parte do plano de formação do Grupo de Trabalho do Masb, que além de atividades práticas, participou de uma série de encontros de formação, com profissionais da área e regido por uma extensa relação bibliográfica. Nesse processo de construção implantação do Masb foram se definindo os objetivos para os próximos cinco anos seguintes. Nesse conjunto de ações os atores locais demonstraram o desejo de se tornar “referência como Museu de Território, para o contexto brasileiro” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p.109).

A designação Museu de Território foi dada por se tratar de uma “expressão do território” devido à inter-relação dos contextos, culturais, geográficos, históricos e sociais a serviço do desenvolvimento. (VARINE, 2012, p. 185). O sentido de territorialidade atribuído à região conhecida como Alto Sertão possui uma forte carga simbólica e representativa dos costumes e tradições culturais, da qual o próprio museu se apresenta como parte integrante deste processo de construção.

A pedagogia libertadora de Paulo Freire dá subsídios para uma construção dialógica entre o museu e a educação, de forma que educadores e educando aprendam juntos. Carla Gilbertone Carneiro aponta essa relação como base para o desenvolvimento da Nova Museologia, e com ela, uma nova educação para o patrimônio cultural inserida no âmbito museal (CARNEIRO, 2009). Essa nova visão dos museus, proporciona um entendimento da museologia a enquanto processo, nesse cenário de democratização da memória, transformação social, e difusão de conhecimento em prol do desenvolvimento local. Paulo Freire acredita que:

enquanto a ação cultural para a libertação se caracteriza pelo diálogo, ‘somo selo’ do ato de conhecimento, a ação cultural para a domesticação procura embotar as consciências. A primeira problematiza; a segunda “sloganiza”. Desta forma, o fundamental na primeira modalidade de ação cultural, no próprio processo de organização das classes dominadas, é possibilitar a estas a compreensão crítica da verdade de sua realidade (FREIRE, 1976, p.81).

Hugues de Varine trata a relação de museologia da libertação como “libertação da confiança em si, da criatividade, da capacidade de iniciativa, mas também de uma libertação das dependências culturais” (VARINE, 2014, p.192). A quebra de

paradigmas dos museus tradicionais aproxima o museu da comunidade, de forma que os sujeitos locais passam a ser protagonistas de sua própria história e assim passam a “moldar o seu desenvolvimento e o futuro de acordo com suas culturas e seu patrimônio” (VARINE, 2014, p. 33).

É nesse viés de investigação participativa, que o Masb constrói um projeto que busca representar a realidade do território. Embasados pelo programa de Ação Educativa, o projeto, se alicerça numa “pedagogia museológica” ou “educação da memória”, como forma de “construção e/ou problematização da memória individual e coletiva” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 237).

A relação pedagógica dos museus com a comunidade proporciona uma releitura do patrimônio, pois com ela é possível compreender a relação de significados intrínsecos aos objetos. Dessa forma, é possível refletir sobre a relação entre a construção de memórias e a musealização da cultura material, entendendo os objetos como “parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo alcance ultrapassa esses limites baseados na experiência e tem a função, mais do que a de ‘representar’, é a de organizar e constituir a vida social” (GONÇALVES, 2007, p.21).

3.2 A estrutura do MASB

O Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb) é uma instituição cultural sem fins lucrativos, voltado à pesquisa, conservação e comunicação do patrimônio, das histórias e memórias do território do Alto Sertão baiano. Sua estrutura de gestão é compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Caetité, Bahia, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e Associação de Amigos do Masb (Amasb). Essas instituições tem o objetivo comum de disseminar o uso sustentável e responsável do patrimônio cultural do Alto Sertão da Bahia. Possui sede localizada na Rua da Chácara, 245, no Bairro da Chácara, zona urbana do município de Caetité.

O Masb se configura como Museu de Território, mas nasceu das pesquisas arqueológicas “realizadas desde 2009, no âmbito do licenciamento ambiental dos parques eólicos da Renova Energia” que inicialmente abrangia os municípios baianos de Caetité, Guanambi e Igaporã (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012 p. 8). Possui

sede localizada no município de Caetité e núcleos museológicos distribuídos na zona rural e urbana dos municípios supracitados.

A sede do museu abriga um casarão histórico, com características arquitetônicas típicas da metade do século XIX, cedido em termo de comodato pela família do último morador o Sr. Deoclides Pereira de Aguiar, com o intuito de disponibilizar o espaço para o desenvolvimento e preservação da memória e cultura regional. Dessa forma a Casa da Chácara passa a integrar a sede deste museu de território, pautada na sua importância estrutural que dialoga com o processo histórico da região e com o “patrimônio arqueológico advindo das pesquisas que enfocam as comunidades rurais do Alto Sertão” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, p. 40).

A escolha da Casa da Chácara compõe mais um item da história do Masb. Esta, também, passou por etapas de pesquisas arqueológicas realizadas dentro do casarão e no seu entorno. Realizada empresa Zanettini Arqueologia, as escavações nesse sítio, tiveram o intuito de contextualizar a história de um casarão tipicamente rural que com o tempo, passou a integrar a paisagem urbana do município de Caetité, conservando a sua estrutura arquitetônica original. Essa ação foi imprescindível para que se pudesse dar continuidade com a construção dos prédios anexos e com a ação de restauro do casarão, realizadas com o objetivo de conservar a integridade originalidade da construção inicial e devido a sua inserção estratégica na paisagem local.

3.3 Os núcleos museológicos – o compromisso com a sociomuseologia

O estudo sistemático do patrimônio cultural do Alto Sertão da Bahia tem em consideração a história do próprio Museu do Alto Sertão da Bahia. O Masb se insere como objeto de estudo num contexto processual da sociomuseologia, e possui a missão de preservação e valorização das histórias e memórias do território, condicionado a “adequação das estruturas museológicas contemporâneas” da sociedade contemporânea (MOUTINHO, 2007, p.1).

A constituição dos núcleos museológicos foi dada de forma integrada e participativa, iniciada junto às ações de Educação Patrimonial, realizadas pela empresa

Zanettini Arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental das pesquisas arqueológicas. A formação desses núcleos é uma das múltiplas iniciativas de compreender as realidades diversificadas de um território, que estão latentes ao papel da museologia. Uma atitude de preservação e cuidado face ao património local exige um carácter particular, que tem por objetivo dar visibilidade à cultura material e imaterial que por vezes permanecem esquecidos.

Em continuidade as ações de planejamento institucional, o Masb estabeleceu estratégias metodológicas tendo como instrumento o “processo museológico” como intervenção social (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, p. 16). Segundo Maria Célia Teixeira Moura Santos:

A análise do processo museológico pressupõe a explicitação de que a sua aplicação se dá em contextos, os mais diferenciados, na relação do homem com o mundo; portanto, esse processo está impregnado, marcado, pelos resultados da própria ação, imerso na realidade concreta, cultural, na qual estão inseridos os sujeitos sociais; assim, a aplicação das ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, a partir da qualificação do fazer cultural, está condicionada histórico-socialmente (SANTOS, 1999, p. 1).

A autora pressupõe no texto acima que o processo museológico se constitui na relação do “do homem com o mundo”, uma reflexão que pode ser aplicada ao contexto do museu e das práticas museológicas. Assim, podemos justificar que os critérios estabelecidos, para a escolha dos núcleos museológicos foram elaborados com o objetivo de estreitar a relação do museu com o território e estabelecer um diagnóstico dos patrimônios envolvidos.

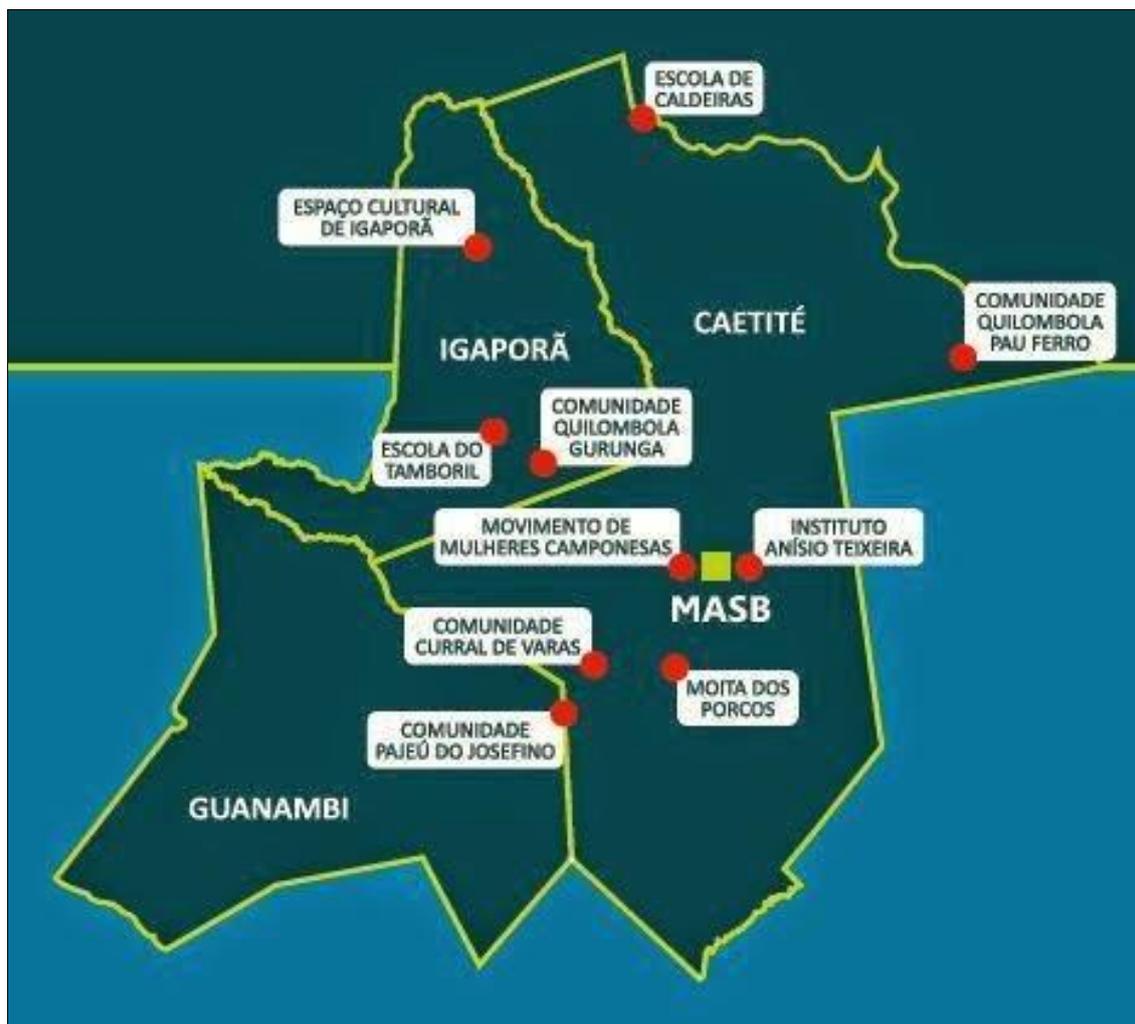


Figura 26: Localização geográfica dos núcleos museológicos do Masb.
Fonte: Plano Museológico do Masb (2012, p.188).

3.3.1 Escola Emiliana Nogueira Pita (Caetité)

De acordo com o Plano Museológico do Masb (2012) “A escola Emiliana Nogueira Pita está localizada no distrito mais distante da sede de Caetité, chamado Caldeiras”. Trata-se de uma escola pública e municipal localizada na zona rural que, atende aos alunos da zona rural do distrito de Caldeiras e regiões vizinhas. A escola oferece a população recurso para de educação básica para o ensino fundamental e de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Realiza em sua grade curricular atividades de estímulo ao desenvolvimento cultural local com atividades como a gincana de comemoração dos festejos de São João e os jogos escolares que desenvolvem atividades de educação física baseadas em costumes e tradições locais. Além das atividades culturais desenvolvidas pela escola, ela conta com um acervo fotográfico com registros das atividades culturais desenvolvidas em tempos passados. Nessas fotografias destacam-se a intensa participação dos moradores da comunidade e a valorização dos saberes e fazeres da região.

De acordo com Plano Museológico do Masb (2012) o processo de mediação das ações de implantação do núcleo museológico na escola de Caldeiras aconteceu com auxílio da Secretaria de Educação de Caetité, que sugeriu a escola e mediou o diálogo entre os professores. A escola foi escolhida como núcleo museológico devido a sua inserção em um distrito cuja história nos remete aos primórdios do município de Caetité, quanto à distância que está da sede, sendo pouco atendida por projetos culturais.

3.3.2 Centro de Cultura (Igaporã)

O Centro Cultural “é um local de desenvolvimento de atividades culturais, sociais e de lazer do município, associado à Secretaria de Educação de Igaporã” (PLANO

MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 122). Possui uma sede localizada na zona urbana do município de Igaporã, mas também desenvolve ações culturais na zona rural do município, com o auxílio das escolas, associações de moradores e moradores locais que colaboram com o exercício de atividades culturais. O Centro Cultural de Igaporã funciona como uma espécie de satélite as ações comunitárias desenvolvidas no município de Igaporã e em seus distritos.

A sede contempla um espaço multiuso, com biblioteca, laboratório de informática sala de dança, entre outros equipamentos e se localiza numa área central da cidade. Trata-se de um espaço público administrado pela prefeitura municipal. Possui uma infraestrutura que desenvolvem atividades artísticas e culturais. O desenvolvimento dessas ações culturais direcionadas a inclusão social e ao desenvolvimento local, compartilham com o ideal de missão do Masb de ser uma instituição sem fins lucrativos a serviço da sociedade.

3.3.3 Colégio Municipal do Tamboril (Igaporã)

O Colégio do Tamboril é uma escola pública municipal, localizado na zona rural do município de Igaporã, oferece serviços de educação básica de ensino fundamental. A escola “atende ao ensino fundamental I e II” que moram na região rural, onde suas famílias dependem das atividades do campo como forma de subsistência. (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 121).

Antes de se tornar núcleo museológico a escola participou de uma “atividade intitulada Museu na Escola”, que foi desenvolvida durante o processo de implantação do Masb e proporcionou o contato com objetos arqueológicos encontrados na região e o diálogo sobre a relação desses objetos como patrimônio. Dessa ação de aproximação do museu com a comunidade foi possível os professores e alunos manifestarem interesse em desenvolver atividades educativas ligadas aos patrimônios onde vivem. Como consta no Plano Museológico do Masb o envolvimento nessa atividade, tanto dos alunos quanto dos professores foi bastante participativo, o que demonstrou interesse no projeto.

Outro ponto importante desse núcleo é a questão de territorialidade, pois ele se encontra na divisa entre o município de Caetité e Igaporã, por esse motivo a escola possui “alunos oriundos de outras comunidades”, como por exemplo, da “Comunidade Quilombola da Gurunga, que também é um núcleo museológico”.

3.3.4 Comunidade Quilombola Gurunga (Igaporã)

A comunidade quilombola Gurunga está localizada, entre os municípios de Igaporã e Caetité. Segundo relato de moradores locais a comunidade teve seu processo de formação iniciado com a organização de moradores que se reuniam embaixo de uma grande árvore conhecida como ‘Pé de Quixaba’, com o objetivo de alinhar as ideias e se organizar pela reivindicação da posse daquelas terras.

A comunidade foi envolvida no projeto do Masb através das pesquisas arqueológicas realizadas na região, que resultaram no mapeamento de diversos sítios arqueológicos e no diálogo a fim de “conhecer as histórias da comunidade, seus patrimônios e expressões cultura”, como por exemplo, o reconhecimento de uma Estrada Real²⁴, como um patrimônio local (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 124).

A relação que o museu estabelece com a comunidade se dá através do contato com moradores locais que representam a comunidade e por meio da liderança das atividades da Igreja católica e da escola Quilombola de Gurunga, locais estratégicos de comunicação com outros moradores. Além disso, o Centro Cultural de Igaporã realiza ações culturais na comunidade. A integração museu/ comunidade é realizada com o intuito de valorizar a cultura local e no reconhecimento da identidade quilombola, através do “registro e preservação das práticas culturais locais”. (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 124).

²⁴ Estrada Real e Caminho Real é a nomenclatura dada aos caminhos de domínio da coroa portuguesa, porém a comunidade do quilombo de Gurunga costuma chamar este caminho de “Calçada de Pedra”.

3.3.5 Comunidade Pajeú do Josefino (Guanambi)

Inserida na zona rural do município de Guanambi a comunidade Pajeú do Josefino, teve a sua inserção no projeto Masb devido às ações de educação patrimonial, desenvolvidas com os moradores da comunidade por conta das pesquisas arqueológicas realizadas antes da implantação dos parques eólicos. Essa comunidade se destaca por possuir suas residências bem próximas aos aerogeradores. Nessa região houve uma intensa implantação de torres eólicas devido à constância dos ventos que circulam em velocidade ideal para a rotação dos aerogeradores.

As ações de mediação patrimonial aconteceram na “associação de moradores, lugar destinado para reunião e encontros da comunidade”. A princípio as reuniões tiveram o “objetivo de socializar as pesquisas arqueológicas conversando sobre a diversidade dos patrimônios, aproximando a comunidade do projeto Masb” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 130). Essa ação possibilitou o diálogo com os moradores de puderam compartilhar suas memórias, dessa forma, iam tecendo a história da comunidade.

Durante os encontros moradores como Sr. Areldo, antigo morador da comunidade, falava sobre a importância de manter as tradições que segundo ele, “estão se perdendo”. Com o intuito de preservar essas memórias, o núcleo foi se formando. Ações como a produção de a do projeto ‘Percurso’, possibilitaram o registro documental das referências mencionadas por esses moradores.

3.3.6 Movimento de Mulheres Camponesas (Caetité)

O Movimento de Mulheres Camponesas é uma organização de mulheres trabalhadoras “agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra,

assentadas...²⁵”. O Movimento de Mulheres Camponesas nasce na década de 80 numa conjuntura de transformação “política e estrutural” e tem sua criação oficializada “em 2004 como resultado da união de vários movimentos de mulheres do campo”. Composto por mulheres “negras, indígenas, descendentes de europeus” esse grupo representa o multiverso étnico nacional que luta pela causa feminista de transformação social. (BONI, 2023, p.68)

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) possui sede representativa na no município de Caetité. O MMC se constitui como uma organização nacional que possui origem religiosa e assume um papel social direcionado a figura da mulher na organização da estrutura familiar. A história dessa organização tem como objetivo refletir sobre a desvalorização do trabalho feminino no campo, buscando que esta figura seja representada na sociedade e na luta por direitos numa sociedade predominantemente machista.

A sede do Movimento de Mulheres Camponesas no município de Caetité constitui-se como um espaço de apoio as mulheres do campo para a organização de ações coletivas e o suporte ao desenvolvimento de projetos em diversas comunidades da região. O MMC, também se destaca na “luta contra a discriminação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, na preservação da cultura local, na conquista da soberania alimentar e fixação dos homens e mulheres no campo” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 126).

O Movimento de Mulheres camponesas além de se constituir como núcleo museológico, impulsionou a identificação de outros núcleos, como a comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro que foi apresentada pela D. Lira, representante do MMC em Caetité.

Relacionar o Movimento de Mulheres Camponesas como núcleo de um museu abre um leque de possibilidades de temas a serem trabalhados pela instituição, uma vez que “A Museologia, então, não apenas estuda a relação entre o homem e a realidade, entre o homem e o objeto, mas procura, também, atuar sobre esta relação e transformá-la”. (BARBUY, 1989. p. 37).

²⁵Fonte: <<<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>>>

3.3.7 Instituto de Educação Anísio Teixeira (Caetité)

O Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT) é uma instituição de ensino secundário do município de Caetité, Bahia. Ele teve suas origens na extinta Escola Normal ²⁶ que deu lugar ao instituto que recebe o nome do pedagogo Anísio Teixeira, original de Caetité, que acreditava numa forma de educação pública a voltada para o desenvolvimento local.

Enquanto núcleo museológico, o IEAT representa uma ferramenta de formação educacional, com potencial capaz de mudar uma realidade local. A constituição de uma escola enquanto núcleo de um museu se encaixa numa relação de paridade com o objetivo de estimular as práticas sociais e trocas culturais auxiliadas por um potencial didático e pedagógico. A integração do IEAT como núcleos do Masb “ocorreu diante da importância do IEAT enquanto instituição educacional e os trabalhos que desenvolvem na área de preservação da memória da educação” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 127).

Para Maria Célia Teixeira Moura Santos, as instituições educacionais que se estruturam numa configuração colaborativa com os museus “devem ser alimentadas pela aplicação do processo museológico”, tendo em vista que as ações educativas são “passíveis de serem aplicadas no interior do museu ou fora dele”, considerando que as ações entre elas devem ser constantemente atualizadas de acordo com as necessidades da população (SANTOS, 2001, p. 2).

3.3.8 Sítio arqueológico Moita dos Porcos (Caetité)

²⁶ Escola Normal é o nome que se dava ao que consideramos hoje como Ensino Médio, o estilo normativo de ensino tinha por objetivo formar professores habilitados a lecionar no ensino elementar.

O sítio arqueológico Moita dos Porcos, também conhecido como Toca do Tapuio foi registrado pelo arqueólogo Carlos Alberto Etchevarne no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como parte do patrimônio cultural protegido pela Lei federal nº 3.924/1961, que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos existente no território nacional. Classificado como um sítio pré-colonial de arte rupestre, com vestígios de gravuras realizadas com sulcos largos nas paredes da gruta, onde foram trabalhados grafismos com motivos com sulcos, muito marcados e profundos, são todos geométricos, predominantemente retos e verticais, havendo alguns curvos e outros côncavos semiesféricos (ETCHEVARNE, 2007, p. 243).

Quanto às pesquisas arqueológicas desenvolvidas nesse sítio é importante destacar que posterior ao trabalho realizado por Etchevarne, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, do Museu Nacional/UFRJ, cadastrou o sítio como Toca do Tapuio. Fernando Tavares e Maria Beltrão definem a composição desse sítio como “um complexo cultural organicamente inter-relacionado (cosmologia própria e comum)”, caracterizado por uma escrita numérica ou um sistema de contagem aparentemente lógico (BELTRÃO & TAVARES, 2009, p.147).

O sítio foi novamente abordado nas pesquisas oriundas do licenciamento ambiental arqueológico, necessários para implantação dos parques eólicos na região, iniciadas no anos de 2009. Nesse contexto foram realizadas pesquisas no interior do sítio arqueológico Moita dos Porcos, que levaram “a reflexão acerca da ocupação indígena no território, sua dinâmica e mobilidade, incursionando sobre a presença de grupos indígenas na região” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 128). Partindo dessas constatações formulou-se uma proposta de musealização do sítio arqueológico, em parceria com moradores locais, com o objetivo de desenvolver práticas de turismo comunitário na região.

Atualmente a família do Sr. João Custódio atua como parceira do projeto realizado a recepção e mediação com os visitantes, instruindo-os quanto ao acesso, contando histórias locais e disponibilizando as instalações implantadas para recepção dos visitantes, como: banheiros, abrigo coberto e informando o caminho de acesso ao sítio.

3.3.9 Comunidade Curral de Varas (Guanambi)

A comunidade do Curral de Varas, localizada no distrito de Morrinhos, na zona rural o município de Guanambi compreende uma região com poucos domiciliados que tem a agricultura como base de desenvolvimento econômico e se tornou referência na produção de derivados de mandioca.

Essa comunidade está inserida numa região onde foram realizadas pesquisas arqueológicas e ações de Educação Patrimonial durante a implantação dos parques eólicos da empresa Renova Energia. A mediação com a comunidade partiu das ações de Educação Patrimonial realizadas no âmbito do licenciamento ambiental arqueológico. A partir de daí pode-se manter um diálogo com moradores da comunidade que durante os encontros relataram histórias e memórias relacionadas aos artefatos materiais encontrados nos sítios arqueológicos. Dos encontros realizados durante a fase de educação patrimonial, pode-se notar o “[...] interesse da comunidade em preservar a suas histórias e expressões culturais querendo agrega-las as atividades do Masb (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 129)”.

No decorrer do processo de implantação núcleo do Curral de Varas, a comunidade passou a denotar cada vez mais o interesse em preservar as tradições locais. Eles trouxeram moradores locais que representam determinadas tradições, como os Reiseiros, Violeiros, Paneleira, Benzendeira, Raizeiro, entre outros. Essa conotação foi importante para dar início as pesquisas sobre essas tradições locais.

3.3.10 Comunidade Quilombola Pau Ferro do Joazeiro (Caetité)

A comunidade Quilombola do Pau Ferro do Joazeiro está localizada na zona rural do município de Caetité-Bahia, entre os distritos de Maniaçu e Lagoa Real. Formada por agricultores e familiares que sobrevivem da subsistência rural e auxílios governamentais.

A sua inserção no projeto Masb aconteceu por indicação do Movimento de Mulheres camponesas e pelo afinco dos moradores que, segundo Plano Museológico do Masb, desenvolveram desde o primeiro encontro “uma exposição com objetos que fazem parte de suas histórias, com apresentações de músicas e intensas trocas” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 125). Nesse contexto de mediação destacam-se as figuras de liderança da comunidade como o Sr. José Rodrigues (Seu Zé), Dona Maria Cândida das Neves e Ivanete de Jesus Santos Matos.

A comunidade obteve seu reconhecimento como quilombola no ano de 2010, devido à políticas de reconhecimento desenvolvidas pela Fundação Cultural Palmares. Nesse contexto atesta-se o processo de autodeclaração dos moradores da comunidade, como sendo remanescentes de quilombo e, sua comprovação histórica como território quilombola. De acordo com o Plano Museológico do Masb, o reconhecimento se deu graças à mediação do Movimento de Mulheres Camponesas.

O local onde esta comunidade está inserida é também reconhecido como área de adjacência de usina de urânio, pois na década de 70 do século XX, devido à descoberta da alta concentração do minério urânio no território a região tornou-se conhecida. No ano de 2000 foi instalada em suas imediações uma mina de energia nuclear, que comporta uma das maiores reservas de urânio do mundo. A extração desse minério na região é realizada pela Indústria Nuclear do Brasil (INB), que se responsabiliza pela extração, beneficiamento e produção de concentrado de urânio.

O processo de implementação dessa comunidade como núcleo museológico teve sua trajetória marcada por ações participativas, onde a comunidade mantinha constante presença. Num dos encontros de implantação a comunidade pode receber museólogo, professor e poeta Mário de Souza Chagas, que visitou a comunidade durante o ‘II Ciclo de Debates do Masb’. Esse encontro foi marcado por um diálogo poético/ filosófico, tanto por parte do convidado como dos moradores da comunidade.



Figura 27: Visita do museólogo e professor Mário de Souza Chagas ao núcleo museológico da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.
Fonte: Relatório Masb nº 12 (2014, p.40).

4. Projeto ‘Percursos Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’ na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro

“O homem tem de se reinventar todos os dias”

Jean-Paul Sartre (1944).

4.1 A relação com patrimônio o patrimônio local

O projeto ‘Percursos Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’, consiste numa atividade desenvolvida pelo Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb), nos anos de 2014 e 2015, em nove dos dez núcleos museológicos do Masb. O projeto teve como meta a produção de um inventário do patrimônio cultural, realizado de forma participativa com grupos integrantes aos núcleos museológicos. Essa atividade foi baseada no ‘Caderno de Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos’ elaborado pelo Iphan (2014), que fala sobre a construção de Percursos Históricos” e ações de Educação Patrimonial.

A produção do inventário museológico do Masb constitui numa ferramenta técnica composta por uma base de dados sobre os patrimônios de um território. A produção desse inventário está relacionada ao reconhecimento desses patrimônios locais, e a organização sistemática das informações sobre os mesmos. A constituição do projeto preliminar serviu como uma espécie de ‘espinha dorsal’, composta num conjunto de ações integradas aos programas museológicos do Masb. Portanto, podemos considerar que:

Os programas de formação museológica devem oferecer oportunidades de formação que visem o preenchimento das necessidades imediatas e das expectativas da comunidade museológica para muni-la de uma programação proativa em vez de uma instrução reativa; (...). Os programas de formação museológica devem preparar formandos, a todos os níveis, para desempenharem mais elevados papéis de liderança, estimulando a investigação intelectual, a interação imaginativa, e soluções corajosas para aplicar a práticas e atividades museológicas, bem como transmitindo um

senso de responsabilidade ética, profissional e social (DECLARAÇÃO DE LISBOA, 1994, p.1).

O projeto se legitima a partir da relação da instituição com o patrimônio local, reconhecendo que “o patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações.” (IPHAN, 2016, p. 9). A relação de patrimônio atribuída ao projeto é entendida como sendo uma seleção de bens²⁷ reconhecidos como elemento de integração intergeracional. Isso acontece quando o indivíduo ou um grupo reconhece um objeto, ou referência a uma manifestação que represente uma ideia de apropriação de valor, seja ela individual ou coletiva.

Compreendemos que o patrimônio cultural é uma construção social em transformação ao longo da história, considerando essa construção depende daquilo que um determinado grupo humano, em dado momento, considera digno de ser legado às gerações futuras (DANTAS, 2010, p. 32). Entender o conceito de patrimônio como uma construção social, representa uma intensão da sociedade em tornar algo relevante, ou seja, construir significado sobre ele.

Ao abordar a relação de construção do patrimônio cultural sob um ponto de vista crítico e marxista Ian Woodward, defende a teoria de personificação do esforço humano na produção de um objeto, denotando sua relação de significados a uma conjuntura política e econômica, essencial à construção de signos de um “trabalho cultural” (WOODWARD, 2007, p. 84).

As relações de poder e patrimônio cultural no século XX eram consideradas como instrumentos de representação de classes, por isso “obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo, associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil”, (BARRETTO, 2000, p. 9-11). Essa concepção de patrimônio está associada à ideia de consolidação de uma identidade nacional, reforçando uma noção de cidadania (DIAS, 2006, p. 79).

²⁷ O termo “bem” aqui utilizado está relacionado ao bem cultural, que consta no dicionário do Iphan, como sendo uma “substância concreta da coisa dotada de significado patrimonial e que integra o rol do patrimônio coletivo, herança selecionada por um povo para referenciá-lo e constituir o conjunto que atravessa a temporalidade de suas gerações”. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br> > Acesso em: 21 ago 2018.

A realização do projeto se consistiu num trabalho de campo, realizado nos núcleos museológicos do Masb, sendo que cada núcleo possui características culturais específicas. O projeto teve que ser elaborado de forma que abrangesse diversos aspectos da produção humana, como os saberes, as expressões, a religião, a arquitetura etc. Dessa forma, analisá-lo significa tratar a diversidade, nas reflexões acerca do patrimônio cultural e entendê-lo nas mais variadas formas de manifestações da cultura.

4.2 A documentação museológica

A documentação museológica compreende um conjunto de ações ligadas à preservação da informação que constitui legitimidade ao objeto museológico. Compreendida como um procedimento essencial a qualquer instituição museológica, Helena Dodd Ferrez aborda o conceito de documentação denotando que “[...] estão voltados basicamente para a preservação, a pesquisa e a comunicação das evidências materiais do homem e do seu meio ambiente, isto é, seu patrimônio cultural e natural” (FERREZ, 1991, p. 1). Ao destacar a documentação museológica como uma atividade relevante ao enriquecimento dos objetos musealizados tanto no seu uso como na comunicação, Helena Dodd Ferrez considera que:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções de museus de fonte de informação em fonte de pesquisa científica ou em instrumento de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1991, p. 1).

Evanise Pascoa Costa acredita que, a documentação museológica consiste nas informações referentes ao acervo do museu, que reverbera em etapas de aquisição, arrolamento, registro, classificação e pesquisa (COSTA, 2006, p. 52). As etapas citadas consistem em ações prévias a criação de um sistema de documentação museológica, que segundo Suely Cerávolo, tem por objetivo fornecer informações sobre a coleção para

que se possam realizar procedimentos de registro desses acervos (CERÁVOLO, 1998, p. 9).

De acordo com o Código de Ética do Icom para Museus (2009), o processo de gestão de acervos museológicos está relacionado ao registro, à preservação e ao acesso. Elaboradas dentro dos princípios éticos de salvaguarda e exposição do acervo, as informações divulgadas devem ser fundamentadas e precisas levando em consideração as crenças e grupos nelas representados. Para tanto, Lourdes Novaes considera que:

Um museu que não possui suas coleções devidamente documentadas não poderá cumprir suas funções de gerador, comunicador e dinamizador de conhecimento junto ao patrimônio e à sociedade, enfim não será útil a seu público (NOVAES, 2000, p. 44).

No que tange a organização de acervos de um museu, Renata Cardozo Padilha, considera que “[...] cada museu, possui autoridade para adotar e tornar público um documento relativo à política de aquisição, proteção e utilização de acervos” (PADILHA, 2014, p. 25). Esse tipo de política esclarece a situação do acervo ou da referência musealizada, e dá autonomia a instituição de trabalhar em “cooperação com as comunidades de onde provem seus acervos” (PADILHA, 2014, p. 25). Ainda de acordo com Padilha, a política de gestão de acervo adotada por uma instituição lhe “serve como um documento de orientação para os profissionais do museu, e como documento público que esclarece como o museu assume a responsabilidade de salvaguarda do seu acervo” (PADILHA, 2014, p. 28).

No caso do Museu do Alto Sertão da Bahia que foi classificado como museu de território, tipologia diferenciada aos museus tradicionais, seu sistema de documentação possui características diferenciadas aos museus tradicionais. Considerando que “[...] os museus, tradicionalmente, lidam com objetos de cultura material”, um museu de território alarga as possibilidade de classificação de seus acervos, devido o compromisso de pesquisa, documentar, interpretar e comunicar o processo de transformação territorial (BOTTALLO, 2010, p. 52).

Sendo assim, o Masb ultrapassa “as portas do domínio patrimonial”, como salienta Mário de Souza Chagas, ao citar Façoise Choay, para reportar a amplitude da dimensão sociocultural do patrimônio (CHAGAS, 2003, p. 30). Para Silvia Nathaly

Yassuda o alargamento do conceito de patrimônio reverbera ao museu aspectos específicos da organização “da informação” e da “informação museológica” (YASSUDA, 2009, p. 40).

4.3 Sistematização das informações documentais

Refletindo sobre a abrangência semântica da sistematização de informações documentais, que levam a compreensão de fenômenos e processos, é que se busca compreender o contexto organizacional do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’.

Considerando que a interdisciplinaridade museológica permite uma variante de diretrizes tipológicas intrínsecas à formação documental dos museus na sociedade contemporânea, como o processo constitutivo de inventário de bens culturais, que proporciona a identificação de cada bem integrado a uma condicionante documental do museu a que pertence. Nessa ótica, é possível analisar a sistematização de informações interdisciplinares da museologia, considerando que a importância do seu papel atrelado a outras disciplinas do conhecimento, como sendo elementos referenciais os artefatos culturais ligados aos cultos e aos rituais, formadores que foram das primeiras coleções de arte que se tem registro (POMIAN, 1984, p. 51-83).

No que tange a elaboração de um sistema de documentação museológica, não há um sistema padrão oficial a ser seguido. As diretrizes e normativas são elaboradas por cada instituição, de forma a atender as necessidades organizacionais de identificação e classificação dos bens de cada instituição museológica. Para Maria Inês Cândido um sistema de documentação museológica deve:

[...] garantir, ainda, que certos dados sobre os objetos sejam documentados antes ou concomitantemente à sua entrada no museu evitando-se o risco de perdê-los [...]. Desta forma, considerando-se a complexidade informativa dos objetos conservados num museu, especialistas destacam algumas medidas de natureza técnica, consideradas essenciais para a eficácia do sistema de documentação museológica (CÂNDIDO, 2006, p. 36).

Ainda de acordo com Maria Inês Cândido, a constituição de um inventário “adota um modelo único de planilha, cujo preenchimento dos campos obedece a orientações prescritas em manual próprio” (CÂNDIDO, 2006, p. 37). No caso do projeto do inventário de bens culturais do Alto Sertão da Bahia, a organização das informações se consistiu por uma compilação de documentos tidos como referências, dentre eles destacam-se:



Considerando o vocabulário técnico museológico das publicações supracitadas, o projeto ‘Percursos’ aponta outras referências culturais, específicas ao território do Alto Sertão da Bahia. Para tanto, foi necessário criar um roteiro específico, tendo os núcleos museológicos como pontos de referência a identificação do patrimônio cultural. A produção desse inventário consistiu num levantamento de coisas importantes para sujeitos das comunidades relacionadas aos núcleos museológicos, levando em conta a sua formação histórica e noções de referências culturais.

O projeto ‘Percursos’ que teve por objetivo efetivar o mapeamento de referências patrimoniais pode ser associado a diversas compreensões. Quando relacionado ao patrimônio cultural, o mapeamento faz menção à prática de levantamento sistemático de referências culturais e está relacionado a uma das práticas de preservação adotadas para o patrimônio imaterial adotada pelo Iphan.

A relação entre referência cultural e mapeamento advém de uma estrutura política nacional, que na década de 70 do século XX trouxe a ideia de preservação dos bens culturais, orientados pelo discurso da Unesco que propunha “alimentar um diálogo transversal entre culturas, com base no respeito e na valorização da diversidade cultural” se consolidando na política nacional contemporânea (QUEROL, 2011, p. 297).

Nesse levantamento foram pontuadas as seguintes questões relativas a representatividade, reconhecimento coletivo comunitário, estado de preservação e acesso ao bem identificado como referência. O processo de seleção dos patrimônios a

serem pesquisados seguiu padrões normativos instituídos pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que levam em conta a delimitação de um determinado território. As definições das categorias de bem culturais, foram estabelecidas no Decreto federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Seguindo, os termos estabelecidos no Decreto federal nº 3.551/2000, o projeto ‘Percurso’ utilizou as seis categorias de referências patrimoniais estabelecidas pelo Iphan: ofícios, saberes e modos de fazer; celebrações; formas de expressão e lugares. As definições de categorias patrimoniais possibilitou classificar os bens reconhecidos coletivamente de maneira consensual, bem como, constituir a padronização documental dos bens pesquisados.

Durante a seleção das “referências culturais” foram considerados os valores históricos e artísticos dos bens atribuídos pelos próprios detentores. Essa preocupação constituiu uma reflexão sobre turismo e sustentabilidade, numa dimensão “simbólica daquele espaço e para os seus habitantes, necessariamente plural e diversificada” (FONSECA, 2000, p. 14).

Estas informações não constituem necessariamente uma análise técnica do objeto físico, mas nas informações extrínsecas, obtidas através de outras fontes permitindo conhecer os contextos de criação/produção, a(s) sua(s) função(ões) e significado(s). É este tipo de informação que possibilita a contextualização da referência numa determinada cultura, tornando-os seu testemunho, e dotando-o de um valor histórico, estético, científico, simbólico e até económico.

Nesse sentido critérios foram pré-definidos institucionalmente, compatibilizando o processo de seleção participativa, quando os moradores das comunidades integradas aos núcleos museológicos, foram responsáveis pela definição da noção de valor a estes bens musealizados. Dessa forma a instituição acompanhou a escolha dos bens, comprometendo-se, apenas, com a sistematização das informações.

A normatização do inventário museológico do Masb constitui-se num sistema de informações organizadas de maneira a suprir a necessidade de registro e normatização dos procedimentos práticos. As normas de classificação do inventário do museológico

do Masb foram padronizadas de acordo com as categorias de referências patrimoniais pré-estabelecidas durante o arrolamento das referências.

A organização dessas informações seguiu uma estrutura de documentação museológica é composta por uma ordem de classificação numérica ou alfanumérica, que de acordo com Padilha esses sistemas de numeração podem variar entre “bipartido” e “tripartido” (PADILHA, 2014, p.43). Essa organização permitiu relacionar os patrimônios documentados, incorporados ao acervo do museu, à documentação museológica processada, dentro dos padrões e normas técnicas estabelecidas. O número de registro, que remete a uma única referência patrimonial é, portanto item indispensável na sua identificação:

[...] entendemos por numeração a atribuição de um número a cada espécie de uma coleção [...] instituições como arquivos e museus têm absoluta necessidade de numerar as suas coleções, por questões de segurança, de inventário e de organização espacial. Nestes casos, a numeração também é fundamental para a informatização, para a indexação de informação e para a referência dos próprios leitores (PAVÃO, 1997, p. 271).

A organização numérica adotada pelo Masb foi constituída pela equipe técnica da Zanettini Arqueologia durante a elaboração do projeto. O sistema de classificação obedece uma lógica determinada, segundo Marilúcia Botallo “implica em hierarquizações” (BOTTALLO, 1995, p.5). A adoção inicial de um sistema de documentação numérica normatiza um padrão a ser seguido em futuros trabalhos. De acordo com as fichas de documentação a sistematização documental obedece ao seguinte padrão:

Sistema de numeração das fichas documentais:

MASB + (sigla do tipo de ficha a ser preenchida. Ex.: Território) + (sigla do núcleo. Ex.: Pau Ferro) + (Numeral arábico progressivo iniciado em 1 *ad infinitum* Iphan²⁸).

Exemplo: MASB T PF 01

As fichas podem ser classificadas nas seguintes categorias:

²⁸ No caso das Fichas de Território todas terão o número 01, pois será preenchida uma Ficha por Território/ Núcleo.

a) Fichas Básicas

Território: Trás informações sobre o território estudado, desde informações técnicas como georeferenciamento, como descrições livres apontadas por moradores locais;

Geral de referência: Descreve o bem cultural que será pesquisado e a qual categoria de bens culturais a qual ele pertence.

b) Fichas de aprofundamento

Ofícios: Registra os passos (ou cadeia operatória) de um processo, técnica ou arte, como por exemplo, etapas da construção de uma casa, da produção de um alimento, ou de um determinado plantio;

Celebrações: Documenta festas, reuniões, comemorações, momentos críticos, etc. Deve servir a registrar experiências e a lógica subjacente a um determinado acontecimento, por intermédio da narrativa e ponto de vista de seus protagonistas.

Formas de expressão: Registra manifestações artísticas importantes para o grupo, como músicas, danças e narrativas orais.

Lugares: Registra aspectos de um lugar onde são realizadas ações importantes para a união do grupo e/ou comunidade.

Edificações: Registra informações sobre obras humanas mais ou menos efêmeras, móveis ou imóveis (como a decoração de uma festa popular, cercas, casas, feiras, etc.), documentando suas características nos termos e expressões utilizados pelos entrevistados.

Naturais: Registra aspectos da paisagem – que não tenham sido construídos pelo homem, que são importantes para a comunidade, como, por exemplo: serras, rios, lajedos, caldeirões, animais e plantas. O conjunto desses aspectos importantes também pode compor uma paisagem específica, como, por exemplo, a caatinga e o cerrado.

c) Fichas complementares

Mestre da cultura popular: Documenta pessoas importantes para a comunidade, detentoras do conhecimento associado a uma ou mais referências documentadas nas fichas básicas;

Objeto: Sistematiza informações sobre ferramentas, objetos do cotidiano (utilizados para transporte ou vestuário, por exemplo), entre outros. A ficha deve possuir campos que permitam registrar os diferentes contextos do objeto, incluindo no momento do inventário;

Tradição oral: Detalha uma tradição oral mencionada em uma Ficha de Formas de expressão;

Equipe: Contém informações sobre os Agentes Culturais, ou seja, pessoas integradas ao núcleo museológico que atuaram no processo de pesquisa e preenchimento das fichas.

Nº MASBT PEJ01

Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB

Ficha de Território

Núcleo Museológico: *comunidade quilombola do Pau-Ferro de Joazeiro*

Data de preenchimento: *16/03/14*

Identificação do(s) responsáveis pelo preenchimento:
Marcia Rodrigues de Jesus

Identificação do(s) informantes:
Seu Francisco da Silva
Maria Candida

Denominação do Território (nome da localidade, comunidade, grupo, escola, entre outros)
comunidade quilombola do Pau-Ferro de Joazeiro

Onde se localiza?
município de castelinho Bahia

Zona Rural Zona Urbana Coordenadas: *513 53.120 W 42 13.256*

Distância do ponto zero do município (km): *34,8 Km*

História
*Os primeiros moradores da comunidade chegaram
fora do ano de 1926 até 1932 inicialmente
te todos as celebrações acontecia em joazeiro
e tempos depois passaram a ser na própria*

Figura 28: Exemplo de Ficha de Território preenchida pelos Agentes Culturais do núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro.

Fonte: Arquivo interno do Masb (2015).

Outra etapa importante do processo de documentação museológica foi a registro fotográfico. Esse procedimento ampliou interpretação sobre o “objeto” inventariado e serviu de apoio para produção da exposição dos bens catalogados. O registro de informações teve um sentido abrangente, pois nem todas as referências catalogadas possuíam uma constituição material. Tratando-se de um patrimônio imaterial ou uma referência já extinta, o indicado era que fosse feito o registro de um objeto que tivesse relação com as referências pesquisadas. No caso de uma referência extinta ou inativa no período da pesquisa, foi instituído que poderia ser feito o registro de objetos relacionados à referência.

4.4 O inventário do patrimônio cultural do Alto Sertão da Bahia

Um inventário do patrimônio cultural é uma ferramenta de proteção legal aos bens culturais brasileiros, como consta na Constituição Federal de 1988. De modo geral, o inventário, consiste numa listagem dos acervos ou no arrolamento de bens culturais. O artigo nº 216 da Constituição Federal de 1988 em seu § 1º indica o inventário como um instrumento jurídico destinado à preservação do patrimônio cultural, de natureza material ou imaterial, determinado por formas de acautelamento e preservação do mesmo.

O inventário do patrimônio cultural é tecnicamente uma ferramenta prática de organização de informações, baseadas na identificação e registro. O levantamento das informações é baseado em características específicas do bem pesquisado, considerando os processos históricos de relevância cultural relacionado a ele. Marcos Paulo de Souza Miranda definiu inventário como sendo um instrumento de:

[...] identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc. (MIRANDA, 2008, p. 2-3).

Miranda (2008) definiu o Inventário como sendo uma ferramenta fundamental para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação e gestão do patrimônio cultural (MIRANDA, 2008, p. 3). O conceito de inventário possui variante em seu sentido. Nessa pesquisa utilizamos a definição de inventário participativo descrita por Lorena Sancho Querol:

Defino o conceito de inventário participativo, como uma variante democrática do inventário, que consiste na intervenção de pessoas e comunidades na identificação e documentação de seus recursos culturais, o que inclui seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, ou seja, como Patrimônio Cultural (QUEROL, 2011, p. 319-320).

Hugues de Varine (2013) compara a produção de um inventário participativo com a produção de um inventário tecnocrático, demonstrando que “[...] o inventário participativo é a forma mais acabada de inventário local, mas é difícil, metodologicamente exigente, longa” e que “o inventário tecnocrático é insuficiente porque executado na maior parte das vezes por amadores em matéria de patrimônio” (VARINE, 2013, p. 55-56).

A normatização do inventário possui variantes de acordo com o sistema de documentação da instituição que o realiza. As normas de um inventário são consideradas como um mecanismo autônomo de proteção aos bens culturais. A realização do inventário do patrimônio cultural do projeto ‘Percurso’, foi definida com base em princípios éticos e participativos que auxiliaram a normatização e orientação do trabalho.

Um planejamento preliminar de um inventário ordena e prioriza as ações a serem desenvolvidas pelo museu para que este cumpra a sua função social (TRINDADE, 2010, p. 7). Nessa fase são definidos os princípios éticos e pedagógicos que normatizam e orientam a realização do inventário.

Outra questão relevante à realização do inventário no projeto ‘Percurso’ foi à relação das fontes disponíveis instituições, documentos escritos e imagéticos, mapas e recursos pessoais. Essas informações auxiliaram o embasamento da pesquisa, pois através delas pode-se fazer o levantamento preliminar dos lugares – registrando-os nos

mapas disponíveis. Assim, foi possível elaborar itinerários que cobriram o território e planejamento dos meios disponíveis para os deslocamentos.

O inventário museológico desenvolvido pelo Masb se enquadra na condição de objeto e justifica o processo de comunicação com a comunidade, surgindo a partir dele uma gama de narrativas ligadas ao contexto de memórias locais. Sendo assim, o inventário cumpre a função de condutor das relações culturais de um território.

Como a produção desse inventário assumiu um caráter participativo, foi imprescindível a mobilização de grupo de agentes locais, e a formação desse grupo para trabalhar com os instrumentos do inventário. O papel desses agentes contribuiu com a realização do projeto de forma que eles puderam efetuar os registros através da observação e estudo empírico. Os agentes locais compuseram um “retrato” do território.

Essas medidas serviram como subsídios metodológicos para implementação do inventário de bens culturais, entendidos como importantes instrumentos de afirmação identitária, pois através deles é possível: classificar os objetos da cultura material; tratar questões relativas à identidade; valorizar tradições e costumes da cultura local; estimular o diálogo entre gerações, entre outros. O inventário de bens culturais realizado pelo projeto ‘Percurso’ representa hoje, uma tentativa de dar visibilidade e conotação positiva na teoria social, através dos "patrimônios culturais não-consagrados" (FONSECA, 1996, p. 159).

O processo constitutivo de inventário de bens culturais proporciona a identificação de cada bem integrado a uma condicionante documental da instituição a qual pertence. Nessa ótica, o Masb criou uma classificação específica correspondente a um registro permanente e a ficha descritiva que avalia a situação dos bens culturais catalogados.

As atividades de implementação do inventário tiveram com foco as comunidades envolvidas no território de intervenção do Masb, representadas pelos núcleos museológico, nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã. As ações foram realizadas visando o conhecimento dos lugares, práticas e saberes do Alto Sertão, assim como a formação continuada dos agentes locais, promovendo ainda discussões acerca do uso turístico dos recursos mapeados.

O suporte metodológico foi de indiscutível importância para desenvolver o trabalho de produção desse inventário. O conjunto de procedimentos se configurou numa cadeia operatória, ligada aos processos técnicos museológicos e numa reflexão

sobre as práticas e experiências dos núcleos museológicos. A aplicação do inventário proporcionou a ampliação diálogo com as comunidades, colocando esses sujeitos como protagonistas na construção de discursos patrimoniais das suas localidades. Nesse processo foi se qualificando os saberes e tradições, utilizando-os como indicadores de referências patrimoniais a serem musealizadas, por meio da avaliação dos valores afetivos, históricos, estéticos, econômicos e de identidade, a fim de promover a apropriação desses mesmos como recursos turísticos.

Em suma o projeto 'Percurso' buscou fortalecer as relações entre o museu e a população, considerando o patrimônio local como atrativo turístico. As medidas de valorização desse patrimônio se estabelecem através de ações de salvaguarda e gestão, implícitas na responsabilidade da instituição, do indivíduo e da coletividade. O processo de gestão do patrimônio compreende uma sequencia de fases que se aplica desde a conscientização da importância das práticas pedagógicas de caráter coletivo, até a atualização permanente do inventário.

A partir da valorização intrínseca ao patrimônio, podemos considerar elementos de proteção, organização como compositores de identidade do território. A bagagem que constitui o patrimônio inventariado pode ser considerada como um potencial cultural e social, capaz de promover a potencialização econômica do território e contribuir com o desenvolvimento da qualidade de vida. Consideramos que as práticas culturais ligadas ao patrimônio, tangível e intangível se transformam ao longo do tempo. Portanto, é imprescindível que haja continuidade nas ações de pesquisa e constante atualização das informações do patrimônio inventariado.

4.5 Delimitação do território

A delimitação do território de intervenção do projeto 'Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia' está relacionada, aos municípios de Caetitê, Guanambi e Igaporã. Porém para o desenvolvimento do projeto essa delimitação está associada ao contexto de mapeamento das referências patrimoniais. O exercício de mapeamento das

referências patrimoniais foi realizado em duas etapas: a construção de um ‘mapa afetivo’ e o ‘georeferenciamento’.

A construção do ‘mapa afetivo’ consistiu numa atividade didática realizada de forma coletiva nos núcleos museológicos. Tratava-se da construção de um desenho coletivo, elaborado numa perspectiva de leitura psicossocial do território integrando a relação da memória cognitiva com as referências patrimoniais selecionadas.

O ‘georeferenciamento’ consistiu numa atividade técnica de marcação de pontos de coordenadas geográficas com um Sistema de Posicionamento Global (GPS). Apesar de essa atividade ter sido realizada pela equipe técnica do museu, a localização dos pontos era indicada pelos moradores da comunidade. Essa ação contribuiu para a criação dos roteiros turísticos propostos no projeto.

A construção de referências espaciais discute a pertinência e a atualização de novas abordagens de intervenção museológica, estas abordagens revelam-se como propostas inovadoras ao introduzirem uma abertura do espaço museológico a comunidade, capaz de incorporar as referências mapeadas no inventário e expô-las virtualmente em redes de comunicação.

Abordamos essa experiência como uma tentativa de refletir sobre a introdução de tecnologias virtual ao processo museológico em comunidades ditas como ‘isoladas’. No caso específico da comunidade Pau Ferro do Joazeiro, o uso da internet coincidiu no mesmo período de realização do inventário, pois antes disso não havia comunicação de rede. A experiência de contato dessas comunidades com tecnologias permite uma abordagem de estudo de caso sobre o processo de comunicação popular, conceito que está associado ao “conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, ideias, opiniões e atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e de meios direta ou indiretamente ligados ao folclore” (BELTRÃO, 1980, apud BENJAMIM et. Al., 2008, p. 24).

A pertinência do tema é relevante aos padrões contemporâneos e como exemplo dessa realidade, destacamos o trabalho desenvolvido por Zamana Brisa Souza Lima, em sua dissertação de mestrado intitulada ‘Museu do Alto Sertão da Bahia: diálogos entre museu de território e culturas digitais’ em que se refere à abordagem multidisciplinar da museologia e sua relação com a memória e o patrimônio.



Figura 29: Mapa afetivo do núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro.

Fonte: Relatório Masb nº 24 (2014, p. 81).

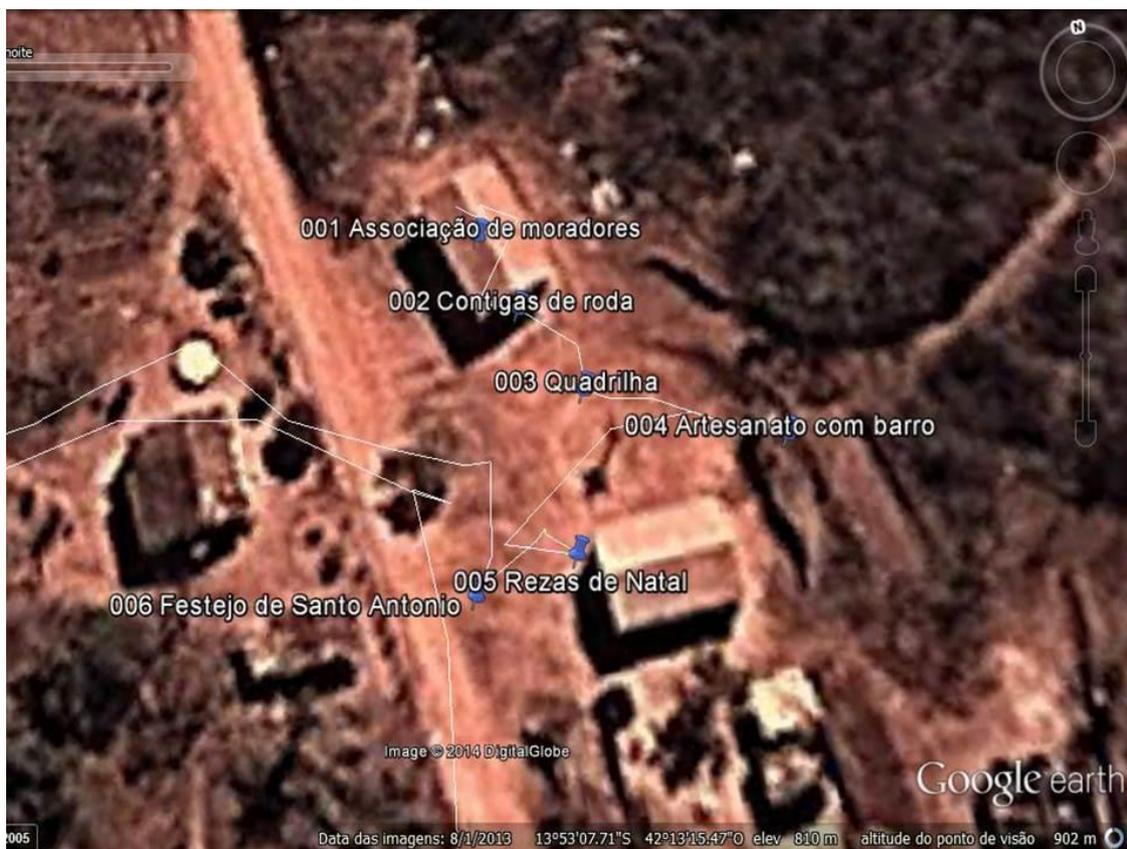


Figura 30: Imagem de satélite com georeferenciamento dos patrimônios culturais do núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro.

Fonte: Imagem Google Earth (2013). Inserção de coordenadas (2015).

4.6 Perspectiva de desenvolvimento turístico

A inserção do turismo no projeto ‘Percurso Patrimoniais do Alto Sertão da Bahia’ está vinculada ao programa de Ação Social, que, por vez, confunde-se com o programa de Comunicação, por conta do seu caráter dialógico e educativo. Esse tipo de intervenção possui um caráter sustentável das suas ações, pois promove uma visão responsável do turismo cultural, como considera a turismóloga e doutora em arqueologia Louise Afonso. A autora considera que:

“O Turismo Cultural Sustentável tem promovido a divulgação do patrimônio, sua identificação pela população local, sua valorização e reconhecimento, gerando ações de preservação e possibilidades de melhorias socioeconômicas (ALFONSO, 2012, apud PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, p. 10)

O Programa de Ação Social auxilia na dinamização de núcleos museológicos e no fortalecimento das identidades locais. A proposta de desenvolvimento turístico já vinha sendo realizada no território, alinhadas com as ações de educação patrimonial, realizadas âmbito do licenciamento ambiental arqueológico como medida obrigatória da implantação de parques eólicos na região.

A atuação da Educação Patrimonial aliada às pesquisas arqueológicas tem por objetivo tornar público os conhecimentos produzidos, como forma de valorização e preservação do patrimônio cultural, em especial do patrimônio arqueológico. Uma das ações realizadas nesse processo é a exposição do patrimônio arqueológico nos museus. Por essa razão a realização do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’ deu continuidade as ações do programa de Educação Patrimonial desenvolvidas pela Arqueologia.

É válido ressaltar que no processo de implantação do Masb não existiu apenas, com o objetivo de expor os achados arqueológicos. Houve uma preocupação em contextualizar a tríade sociológica homem, objeto e sociedade. Essa conjunção refletiu no processo de musealização e comunicação da instituição, tendo em vista que a função social do museu, que constrói sentidos patrimoniais sobre o seu acervo, a pluralidade das vozes deste território museal.

A proposta de turismo teve como objetivo fomentar uma infraestrutura de caráter comunitário, demonstrando uma preocupação além das condições estruturais da sede do museu, voltada às transformações sociais do território. O projeto foi conduzido visando à valorização do turismo cultural participativo, ou seja, “como forma de atrair olhares para o patrimônio local” buscando o desenvolvimento das comunidades envolvidas (AFONSO, 2012, p. 260).

A promoção do turismo nos núcleos museológicos tem como base os patrimônios a valorização das referências e bens culturais catalogados no inventário do patrimônio cultural, podendo estar disponível em plataformas de comunicação digital, ou de forma presencial, com o recurso expositivo e multimídia resultantes do projeto. Ainda que público que visite os núcleos museológicos seja da comunidade local ou circunvizinha, tal comportamento se torna um atrativo essencial para o desenvolvimento do fazer museológico.

Um dos resultados esperados pelo projeto é a promoção do turismo local, que não se limita a um circuito fechado ou ao passeio com rotas específicas. É preciso um entendimento e uma relação de proximidade com os moradores locais, de forma que o turista deixe de ser turista e se insira na comunidade de forma participativa. Como por exemplo, participar dos festejos locais ou em ações integradas com outras comunidades.

4.7 Mediação e formação de Agentes Culturais

Analisando o contexto de defesa da memória como fator determinante, consideramos que os museus são espaços de transformação que podem provocar a construção de novas ideias e ressignificar o olhar sobre a cultura, na medida em que estes são considerados como espaço de encontro e mediação entre a hegemonia e o efêmero (NORA, 1993).

Nora caracteriza esta situação em que o passado cede lugar à ideia do eterno presente, de modo que preservar traços e vestígios é a maneira de não se perder a rapidez das informações contemporâneas. É nesse sentido que analisamos a o processo de mediação e formação dos Agentes Culturais que por meio da construção de

narrativas discursivas sobre os patrimônios locais conseguiram produzir materiais para uma exposição.

O processo de formação dos Agentes Culturais nos núcleos museológicos Masb, foi elaborado segundo conceitos contemporâneos do ‘fazer museal’, que segundo José Nascimento Júnior e Mário de Souza Chagas (2008), estão atrelados aos processos de inovação e criação de novos conceitos adequados à realidade de cada instituição. Nascimento e Chagas consideram que:

[...] os museus são reconhecidos por seu poder de produzir metamorfoses de significados e funções, por sua aptidão para a adaptação aos condicionamentos históricos e sociais e por sua vocação para a mediação cultural. Eles resultam de gestos criadores que unem o simbólico e o material, que unem o sensível e o inteligível. Por isso mesmo, cabe-lhes bem a metáfora da ponte lançada entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes; ponte que se constrói com imagens e que tem no imaginário um lugar de destaque. (NASCIMENTO & CHAGAS, 2008, p. 59)

Entendemos que o Masb atua no sentido de cumprir a sua função social ao criar oportunidades de ampliar o conhecimento, através de ações que possam estimular o senso crítico de produção do conhecimento. O processo de formação dos Agentes Culturais aconteceu com o intuito de “instrumentalizá-los” para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas a produção do inventário do patrimônio cultural.

A participação dos Agentes Culturais na produção de um inventário do patrimônio cultural foi realizada de maneira sistemática, pois considera o registro e a informação como sendo fator condicionante a preservação dos patrimônios locais. Essa perspectiva vem noção de preservação do bem cultural, já utilizada por Mário de Andrade para tratar dos processos de narrativas que proporcionam o registro do patrimônio cultural e ampliação do conceito de cultura (ANDRADE, 1981, p.85).

O desafio do Masb nesse projeto é romper com a linearidade da relação museu/comunidade, utilizando a ação educativa como alternativa para equilibrar o diálogo. Como enfatiza Maria Célia Santos superar as dificuldades operacionais e compreender o todo, num sentido de coletividade (SANTOS, 2002, p. 4). A valorização e a participação coletiva da comunidade nas atividades do projeto ‘Percursos’ podem ser consideradas como um princípio norteador pelo qual o Masb se estabelece enquanto museu, independente da sua sede, pois essas atividades envolvem o saber e o conhecimento do território.

Conhecer o território de intervenção museológica é um objeto de conhecimento capaz de ampliar a leitura e compreensão cultural, capaz de produzir diálogos e valorizar a troca de saberes. O objetivo maior do processo de mediação está associado à percepção que o sujeito da comunidade tem da sua realidade e aos desejos de desenvolvimento do universo cultural já praticado.

A formação dos Agentes Culturais se enquadra como uma fase de troca de entendimento desses desejos, pois envolve uma série de atividades voltadas ao aperfeiçoamento do pessoal com o campo museológico. No processo de avaliação das atividades realizadas no projeto ‘Percurso’, pode-se perceber que os encontros de formação eram pautados nas ideias de preservação da diversidade cultural. Esse norte de valorização da diversidade contribuiu com a consolidação dos núcleos museológicos, tendo em vista que eles compõem um conjunto múltiplas referências sobre o território do Alto Sertão.

A seleção da equipe de Agentes Culturais se deu de forma livre e espontânea, sem que houvesse restrições de escolaridade, ou qualquer outro tipo exigência. A formação partiu da perspectiva pedagógica “libertadora” segundo Paulo Freire, por considerar o compromisso com “o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa” (FREIRE, 2007, p. 22).

As ações de mediação e formação dos Agentes Culturais aconteceram em todos os núcleos museológicos do Masb, exceto o sítio arqueológico Moita dos Porcos, pois este se configurou numa proposta de musealização e adequação de acessibilidade ao sítio arqueológico.

O projeto se caracterizou como uma ação educativa extraescolar de caráter não formal, que teve por objetivo instrumentalizar e capacitar os Agentes Culturais, a fim de desenvolver ações culturais em suas comunidades. Para que essa experiência fosse possível foi necessária à atuação de um profissional ligado ao museu exercesse esse papel de mediador, e que ele tivesse um “saber com dimensões peculiares: o saber da mediação”, como abordam Glória Queiroz e colaboradores, ao tratar das peculiaridades da mediação humana e seus aspectos do território inter-relacionando ao espaço do museu (QUEIROZ, 2002, p. 77).

A utilização de métodos de Educação Patrimonial estabelecidos mediante as experiências desenvolvidas no projeto ‘Percurso’, pode ser considerada como “esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (MOUTINHO, 1993, p. 5). Nessa conjuntura contemporânea é possível perceber que não existem modelos engessados para o desenvolvimento de ação cultural, mas exemplos de boas práticas e métodos são estabelecidos por meio da observação, acompanhada da mediação e da exposição. O modelo de mediação utilizado pelo Masb se constituiu em quatro etapas fundamentais: formação, pesquisa, entrevistas, e documentação (física e digital).

A fase de ‘formação’ do projeto se constituiu numa série de encontros com os Agentes Culturais, que tiveram como objetivo proporcionar um ambiente museal na “[...] sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo” (MOUTINHO, 1993, p. 5). Nessa etapa, foram realizadas oficinas de formação para preenchimento das fichas documentais.

Na primeira fase do processo de formação dos Agentes Culturais, foi feita uma breve descrição do projeto, abordando todo o seu desenvolvimento, suas principais ações e a metodologia de trabalho. Em seguida foi traçado um perfil sociológico dos jovens que poderiam se voluntariar para atuar no projeto. Após a formação desses grupos, começou a se trabalhar as perspectivas de reflexão sobre patrimônio e recurso turístico, para os jovens Agentes Culturais fossem inseridos no contexto das referências patrimoniais escolhidas pela comunidade.

A fase de ‘pesquisa’ consistiu no levantamento de informações sobre a comunidade e sobre as referências patrimoniais selecionadas. Os dados foram coletados a partir de depoimento de moradores da comunidade e de pessoas que possuem conhecimento da comunidade, como a D. Lira e Maria Preta, lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas que atuaram no processo de reconhecimento da comunidade Pau Ferro do Joazeiro, como local de reminiscência quilombola.

Durante a fase de pesquisa foram trabalhados alguns conceitos de patrimônio e as categorias de referências patrimoniais, como por exemplo, o conceito utilizado por Cecília Londres Fonseca (2005), que trás uma ideia mais ampla de patrimônio, para a autora:

Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (FONSECA, 2005, p. 295)

Após a fase de pesquisa, constitui-se a realização das 'entrevistas', etapa fundamental para sintetização de informações sobre o território de pesquisa, como para as referências selecionadas. Considerando que não existiam publicações que sintetizassem a história do território, foi preciso construir textos com base nas narrativas de antigos moradores que detém o conhecimento de fatos relevantes à constituição sócio/ cultural da comunidade.

Na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro foram arrolados 57 bens culturais desses foram selecionados 10 para aprofundamento das pesquisas. Nessa etapa 7 jovens participaram como voluntários da etapa de formação e pesquisa do projeto Percursos. Eles entrevistaram vinte e uma pessoas na comunidade e preencheram 38 fichas de documentação. Os jovens da comunidade que participaram do projeto foram:

1. Rosana Santos Silva
2. Rosiane Rodrigues de Jesus
3. Railson Santos Silva
4. Mar Lucia Rodrigues de Jesus
5. Silvana Sila de Jesus
6. Ivanete de Jesus
7. Renato Rodrigues Cândidos



Figura 31: Entrevista com o Sr. José Silva, reconhecido como mestre da cultura popular da comunidade de Pau Ferro do Joazeiro.

Fonte: Arquivo Zanettini Arqueologia (2015).

Mapa



Figura 32: Agentes Culturais da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.
Fonte: Arquivo Zanettini Arqueologia (2015).

Após a etapa de formação e pesquisa foi feito levantamento de dados que sintetiza a fase inicial de ‘documentação’ do projeto, que se caracterizou na organização das informações produzidas. Essa etapa consistiu a transcrição de depoimentos, preenchimento das fichas, documentação fotográfica da referência pesquisada e produção de material complementar. Nessa etapa foram pesquisados os seguintes patrimônios:

1) Festejo de Santo Antônio

O Festejo de Santo Antônio é uma celebração religiosa, comemorada no dia 13 de junho em homenagem a Santo Antônio, padroeiro local. Nessa celebração os moradores fazem um cortejo de reza na casa dos moradores e na igreja da comunidade. Para a realização dessa celebração reúnem-se um grupo de moradores organiza os preparativos com camisas temáticas, estandarte, instrumentos musicais e ensaio dos cânticos.



Figura 33: Festejo de Santo Antônio.

Fonte: Arquivo comunidade quilombola Pau ferro do Joazeiro (2015).

2) Mutirão

O mutirão é considerado como um bem imaterial para a comunidade, pois ele se configura na reunião de pessoas em um propósito comum. O mutirão acontece, por exemplo: quando é necessário “roçar” uma terra, fazer a colheita, construir uma casa, realizar os preparativos de uma celebração etc. Para os moradores da comunidade o mutirão significa “unir forças”.



Figura 34: Mutirão de moradores da comunidade para o roçado da terra.
Fonte: Arquivo comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro (2015).

3) Associação de moradores

O prédio da Associação de moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro é um lugar de congregação das atividades coletivas desenvolvidas na comunidade. São realizadas atividades de caráter religioso, social, de saúde e lazer. A associação foi classificada pelos moradores da comunidade nas categorias de Lugares e Patrimônio Edificado.

De acordo com o Manual de Aplicação de Educação Patrimonial do programa Mais Educação (2013), a categoria de Lugares está associada “à forma como o território é utilizado ou valorizado por um certo grupo; são as experiências dessas pessoas que dão sentido especial a um lugar” (IPHAN, 2013, p. 14).

A categoria de Patrimônio Edificado foi atribuída pela equipe técnica do projeto ‘Percursos’ a fim de denotar a diferença entre lugar e edificação. A diferença de sentido dessas categorias remete ao sentido de materialidade, associada à noção construtiva do espaço em questão.



Figura 35: Associação de moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.
Fonte: Arquivo Zanettini Arqueologia (2015).

4) Artesanato com barro

O artesanato com barro foi classificado pela comunidade na categoria de Saberes, pois se caracteriza pelo modo de fazer que envolve técnica e habilidade específicas. No Manual de Aplicação de Educação Patrimonial do programa Mais Educação (2013), a categoria de Saberes se aplica as “formas próprias de produzir algum bem ou realizar algum serviço” (IPHAN, 2013, p. 17).



Figura 36: Dona Maria Cândida ensinando ao grupo de moradores de Pau Ferro como se faz panelas de barro.

Fonte: Arquivo da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro (2015).

5) Artesanato bordado e crochê

O artesanato feito em bordado e crochê é prática intergeracional realizada por mulheres que aprenderam a arte de bordar com sua mãe, tias e avós. O bordado sempre esteve presente na comunidade, pois as mulheres realizavam essa atividade para compor o “enxoval” de suas casas. Essas mulheres produzem colchas de cama, roupas, panos de mesa, entre outros.



Figura 37: Artesanato em bordado e crochê exposto durante o evento da Semana Nacional de Museus do Masb, na comunidade Pau Ferro do Joazeiro.
Fonte: Zanetini Arqueologia (2015).

6) Artesanato com palha

O artesanato com palha é outra atividade laboral feita pelas mãos de mulheres da comunidade. Elas aprenderam o a arte do trançado com seus antepassados que utilizavam para fazer utensílios domésticos e decorativos. Hoje as mulheres da comunidade produzem objetos como cestas, esteiras, balaios, chapéus, vassouras e outros.



Figura 38: Artesanato com palha produzido por mulheres da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.

Fonte: Arquivo comunidade quilombola Pau ferro do Joazeiro.

7) Quadrilha junina

A quadrilha junina é dança típica, realizada por homens e mulheres durante o festejo de São João na comunidade. A dança acontece no terreiro ao lado da igreja. Anterior à realização da quadrilha são realizados ensaios e organizados os pares que dançarão juntos. A dança é embalada ao som do forró tradicional.



Figura 39: Apresentação da quadrilha durante o evento da Semana de Museus do Masb na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.

Fonte: Arquivo Zanettini Arqueologia (2015).

8) Reisado

O Reisado é uma celebração em homenagem aos “Santos Reis”²⁹, realizada no durante os meses de dezembro e janeiro, como forma de rememorar a passagem bíblica do nascimento de cristo. O ato de celebração do reisado se define junção de um grupo de homens que percorrem as a comunidade visitando as casas que aceitem a realização cantoria instrumentalizada, que emite orações em forma de melodia. O ato é organizado com a participação de seis homens que se agrupam numa sequência simbólica iniciada pelo estandarte do menino Jesus, seguida pela gaita³⁰, reco-reco, triângulo e bumbos.



Figura 40: Apresentação do grupo de Reiseros durante a Semana Nacional de Museus do Masb. Fonte: Arquivo Zanettini Arqueologia (2015).

²⁹ “Santos Reis” é uma expressão popular que faz referência aos três Reis Magos da Bíblia.

³⁰ A gaita utilizada na comunidade Pau Ferro do Joazeiro é instrumento musical feito de um pedaço de cano pvc, com furos sequenciais semelhantes a uma gaita profissional.

9) Rezas de natal

As rezas de natal acontecem com um intuito semelhante ao reisado, que se define nas orações realizadas em saudação ao nascimento do menino Jesus. Porém as rezas são realizadas por homens e mulheres, durante as celebrações do calendário litúrgico do nascimento de cristo. As pessoas se reúnem na igreja e no prédio da associação de moradores, que são ornamentados em homenagem ao Natal.



Figura 41: Ornamentação de Natal da Associação de Moradores do Pau Ferro do Joazeiro. Fonte: Arquivo comunidade Pau Ferro do Joazeiro (2015).

10) Cantigas de roda

As cantigas de roda são tradições locais passadas por gerações, que se constituem pelo costume “*jogar versos*”, que no costume popular está associado ao ato de cantar versos poéticos de forma ritmada e dançar em ciranda. As cantigas de roda são realizadas por mulheres, que entoam cânticos que denotam o sentido da paquera e do namoro.

Um exemplo dessa referência foi um material produzido pelos Agentes Culturais, que filmaram um momento de Cantiga de Roda na comunidade de Pau Ferro. A música cantada pelas mulheres foi “Meu Limão, Meu Limoeiro”, que ficou conhecida popularmente na voz da cantora e folclorista Inezita Barroso, porém as mulheres da comunidade utilizaram apenas o refrão da canção e para “jogarem” seus versos. Logo abaixo podemos comparar a versão da Inezita com a das mulheres de Pau Ferro.

Meu Limão, Meu Limoeiro (Inezita Barroso)

Meu limão, meu limoeiro
Meu pé de jacarandá
Uma vez tin-do-lelé
Outra vez tin-do-lalá

Morena, minha morena
Corpo de linha torcida
Queira deus você não seja
Perdição da minha vida

Meu limão, meu limoeiro
Meu pé de jacarandá
Uma vez tin-do-lelé
Outra vez tin-do-lalá

Quem tem amores não dorme
Nem de noite, nem de dia
Dá tantas voltas na cama
Como peixe n'água fria

Meu limão, meu limoeiro
Meu pé de jacarandá
Uma vez tin-do-lelé
Outra vez tin-do-lalá

A folhinha do alecrim
Cheira mais quando pisada
Há muita gente que é assim,
Quer mais bem se desprezada

Meu limão, meu limoeiro

Meu pé de jacarandá
 Uma vez tin-do-lelê
 Outra vez tin-do-lalá

Meu Limão, Meu Limoeiro
 (Comunidade Pau Ferro do Joazeiro)

*Meu limão, meu limoeiro
 Meu pé de jacarandá
 Uma vez tin-do-lelê
 Outra vez tin-do-lalá*

*Subi no pé naquela serra
 Pensando em ir pro outro lado
 Pra ir atrás do meu povo e
 A fazenda do meu gado*

*Meu limão, meu limoeiro
 Meu pé de jacarandá
 Uma vez tin-do-lelê
 Outra vez tin-do-lalá*

*Quem querer que canto goma
 Reuni minhas companheiras
 As meninas do Pau Ferro e
 As outras da Mangabeira*

*Meu limão, meu limoeiro
 Meu pé de jacarandá
 Uma vez tin-do-lelê
 Outra vez tin-do-lalá*

*Os meninos de hoje em dia
 Só conversam em casar
 Panha força e pra roça
 Cai aqui, cai aculá*

*Meu limão, meu limoeiro
 Meu pé de jacarandá
 Uma vez tin-do-lelê
 Outra vez tin-do-lalá*

*As meninas de hoje em dia
 Só conversam em casar
 Panha as panelas no fogo e
 Chama a mãe pra temperar*

*Meu limão, meu limoeiro
 Meu pé de jacarandá
 Uma vez tin-do-lelê
 Outra vez tin-do-lalá*

*Fui na fonte buscar água
 O capim cortou minha perna
 Dei um nó de fita dele
 Na cabeça de José*

*Meu limão, meu limoeiro
 Meu pé de jacarandá*

*Uma vez tin-do-lelê
Outra vez tin-do-lalá*

*Fui na fonte buscar águas
Capim verde me pegou
Também só foi capim verde
Que me pegou meu amor*

*Meu limão, meu limoeiro
Meu pé de jacarandá
Uma vez tin-do-lelê
Outra vez tin-do-lalá*

*Em cima daquela serra
Tem duas sandália de amarrá
Um sobe, a outra desce
Coisa boa é namorar*

*Meu limão, meu limoeiro
Meu pé de jacarandá
Uma vez tin-do-lelê
Outra vez tin-do-lalá*

*Diz que namoro é bom
Que nem carne de leitoa
Se namoro for pecado
Peço a Deus que me perdoa*

*Meu limão, meu limoeiro
Meu pé de jacarandá
Uma vez tin-do-lelê
Outra vez tin-do-lalá*

*Menino vamo mais eu
Que lá tem coisa pra tu
Na garrafa tem café e
Bandeja tem beiju*

*Meu limão, meu limoeiro
Meu pé de jacarandá
Uma vez tin-do-lelê
Outra vez tin-do-lalá*

*Quem querer que eu vou e vem
Mande varrer as estradas
Mode pedra miudinha e
Serenos da madrugada*

*Meu limão, meu limoeiro
Meu pé de jacarandá
Uma vez tin-do-lelê
Outra vez tin-do-lalá*

*Se soubesse de certeza
Que meu bem vinha aqui hoje
Eu subia a estrada toda
E sambicava pó arroiz*

*Meu barquim da pedra grande
Pedra grande eu fui escravo*

*Quando nois cabá essa festa
Eu vou mim bora pra São Paulo*

*Meu limão, meu limoeiro
Meu pé de jacarandá
Uma vez tin-do-lelê
Outra vez tin-do-lalá*

*Eu deixei meu nome escrito
Na porta do cemitério
Se não for pra me casar
Namorar também não quero*



Figura 42: Mulheres da comunidade Pau Ferro do Joazeiro dançando ciranda e entoando Cantigas de Roda.

Fonte: Arquivo da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro, 2015.

As referências selecionadas pela comunidade para serem trabalhadas no inventário serviram como instrumento de reconhecimento e identificação das práticas culturais locais. O processo de intermediação das informações que caracterizam essas referências compõe uma estreita relação de diálogo com a comunidade e reflexão sobre a “produção discursiva e classificadora” das referências catalogadas (CHUVA, 1998, p. 292).

A sistematização documental das informações produzidas, já descritas nessa dissertação, finaliza o trabalho de produção do inventário do patrimônio cultural, porém, o trabalho não se limita a conjunto de atividades realizadas, pois este é um vetor de possibilidades a serem desenvolvidas.

Finalizados os trabalhos, foram entregues os certificados de formação dos Agentes Culturais, com forma de atestar a participação da equipe. Além do certificado, o núcleo também recebeu os painéis com a exposição e o mapa com referências patrimoniais ilustradas num modelo de roteiro turístico.



Figura 43: Entrega dos certificados aos Agentes Culturais da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.

Fonte: Arquivo comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro (2015).

É válido ressaltar que as ações de mediação não se restringiu a comunidade Pau Ferro do Joazeiro. Todas as etapas foram realizadas nos demais núcleos, exceto no sítio arqueológico Moita dos Porcos, em que se estabeleceu outra proposta de musealização do espaço. Tais etapas podem ser observadas na compilação de imagens do processo de mediação em outros núcleos museológicos do Masb.



Figura 44: Compilação de imagens do processo de mediação e formação do projeto 'Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia'.
Fonte: Relatório Masb nº 24 (2015, p.105).

4.8 A exposição do projeto ‘Percursoos’

André Desvallées e François Mairesse definem o termo “exposição” como sendo o resultado da ação de exhibir algo, bem como à totalidade do que é exibido, e ao lugar onde é exibido (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2010, p. 34). Entendemos, o desenvolvimento de uma exposição como sendo uma ação de preservação de bens patrimoniais e indicadores de memória, sugestionados a ações de salvaguarda e comunicação.

A estrutura do projeto ‘Percursoos Patrimoniais do Alto Sertão da Bahia’, contemplava a montagem de uma exposição, que tinha por objetivo situar os materiais de pesquisas e documentação das referências patrimoniais de cada núcleo museológico. A princípio, a realização de exposição tinha sido planejada para ser realizada juntamente com o III Ciclo de Debates do Masb. Essa ação também envolveria a inauguração da exposição itinerante. Devido à suspensão dos recursos do BNDES ambas as ações foram postergadas para após normalização do fluxo financeiro (RELATÓRIO DO MASB, nº 27, 2015, p. 170). Antes da saída da equipe técnica da Zanettini Arqueologia foi feita a entrega da exposição aos núcleos museológicos.

A ideia de montagem de uma exposição associada aos resultados do projeto ‘Percursoos’, está associada à relação de educação patrimonial, referências de patrimônio e turismo cultural. O papel das “exposições” do Masb nos processos de comunicação e ação social estão de acordo com as áreas de “Comunicação e Ação Social”. (RELATÓRIO DO MASB, nº 28, 2015, p. 21). Essa percepção pode ser entendida como parte de um processo de construção de um museu integral, tendo em vista que:

As concepções de museu integral e de desenvolvimento comunitário, analisados no item anterior, estão pautadas em uma perspectiva pedagógica que busca a produção do conhecimento, com o objetivo de aumentar a consciência e a capacidade de iniciativa dos grupos, visando à transformação. Como na proposta de educação transformadora, o museu integral é constituído a partir do estudo da realidade vivida pelo grupo e da percepção que o grupo tem dessa mesma realidade (CHAGAS; PRIMO; ASSUNÇÃO & STORINO, 2002, p.120).

A proposta de museografia das exposições do projeto ‘Percurso’, está associada a uma estrutura de incorporação didática, aplicada ao tratamento do patrimônio junto à comunidade. Esse tipo de exposição utiliza de diversos recursos de ensino e conta com uma proposta de instalação adequada ao público e a realidade local, tendo como referência a publicação “museografia didática” de Joan Santacana Mestre e Nuria Serrat Antolí (RELATÓRIO DO MASB nº 28, 2015, p. 21).

Essa característica didática aplicada ao resultado de um projeto de inventário resultou na construção de um mapa ilustrativo das 10 referências patrimoniais escolhidas por cada núcleo, e de acordo com a localização geográfica, foi feito um trabalho artístico com ilustração desses bens culturais. Destacamos os resultados do projeto que culminou num projeto específico para cada núcleo museológico, que consistiu na produção de painéis com os seguintes temas:



A exposição sintetiza os resultados do projeto ‘Percurso’ como base de dados substancial da construção e ampliação das possibilidades de valorização do patrimônio tangível e intangível das comunidades envolvidas. O processo de construção coletiva dos painéis possibilitou ouvir à ‘visão futuro’ das comunidades enquanto núcleo museológico. Como exemplo dessa ação, Ivanete Silva, representante da comunidade Pau Ferro do Joazeiro, construiu o seguinte depoimento:

A comunidade Quilombola Pau-Ferro Joazeiro enquanto núcleo do museu espera acima de tudo que a sua cultura e tradição sobreviva por várias e várias gerações. Para isso almeja que todos os saberes sejam passados dos mais velhos para os mais novos. Para que assim a cultura permaneça sempre. Deseja também que os artesanatos até então feitos apenas para consumo próprio, seja agora algo para comercialização. Além disso, é de interesse da comunidade que outras referências além das 10 que já foram pesquisadas e registradas sejam alvo de pesquisa nos próximos anos, como por exemplo, a semana santa com a via-sacra velha, a queimada de Judas, os artesanatos de pano como fuxico entre outros, as superstições e crenças da população da comunidade. Enfim tudo que a comunidade quer é contar a sua história (RELATÓRIO MASB, nº 22, p. 41).

O depoimento da Ivanete Silva demonstra que a participação da comunidade nos processos de valorização das suas referências patrimoniais é um princípio orientador de reconhecimento das potencialidades do núcleo museológico. Assim pensar que a comunidade local assumiu uma responsabilidade de aplicação do projeto, num sentido de dedicação e responsabilidade da comunidade no desenvolvimento do inventário do patrimônio cultural.

A articulação do inventário museológico com a exposição está diretamente integrada com as ações de educação patrimonial, pois ambos permitem pensar o patrimônio cultural como um “exercício da cidadania e desenvolvimento social através do processo educativo” (JANEIRINHO, 2011, p. 68). Concluímos assim, que o exercício prático de reconhecimento do objeto patrimonial, possibilita que população se identifique com os resultados da pesquisa e se afirmem como tal.



Figura 45: Totem com sinalização do núcleo museológico.
Fonte: Arquivo comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro (2015).



Figura 46: Sr. José Silva segurando o mapa com as referências patrimoniais do núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro.

Fonte: Arquivo comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro (2015).

A composição dessa exposição contempla a perspectiva de comunicação e ação social Masb, tendo como foco a apresentação das realidades locais de cada núcleo museológico. A linguagem utilizada na exposição e os recursos ilustrativos e fotográficos intencionam uma forma de aproximar os sujeitos da comunidade que se veem representados na exposição, como parte integrante a uma realidade do território a que pertence.

4.9 Semana Nacional de Museus: café com os quilombolas

A Semana Nacional de Museus é uma ação de promoção e divulgação dos museus brasileiros, coordenada Ibram, em parceria com Icom. Esse projeto lança a cada ano um tema diferente para celebração do dia internacional dos Museus (18 de maio). Trata-se de uma temporada cultural onde as instituições museais realizam atividades em suas instituições e contam com o apoio do Ibram para divulgação. O Ibram, por sua vez utiliza veículos de comunicação internacionais para divulgar as atividades que serão realizadas por essas instituições.

Em continuidade com as atividades de implantação, Museu do Alto Sertão da Bahia, se inscreve pela primeira vez na 13ª Semana Nacional de Museus do ano de 2015, que teve como tema “museus para uma sociedade sustentável”. Como parte dessa atividade o Masb inscreveu a seguintes atividades:

- 1) Visita ao Sítio Arqueológico Moita dos Porcos em Caetité.
- 2) Mesa-redonda Possibilidades de estágio em espaços não formais, promovida no campus XII da Uneb, em Guanambi.
- 3) Visita guiada à Calçada de Pedra na comunidade quilombola de Gurunga em Igaporã.
- 4) “Café com os Quilombolas”, atividade realizada na comunidade quilombola Pau de Ferro do Joazeiro em Caetité.

13ª SEMANA DE MUSEUS

18 a 24 MAIO 2015

MUSEUS PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA - MASB

Programação:

- 19/05/2015 09h às 11h
Visita ao Sítio Arqueológico Moita dos Porcos, também conhecido como Toca do Tapulo.
(Taxa de visitação R\$ 3,00 por pessoa)
- 20/05/2015 09h às 10h
"Possibilidades de Estágio em Espaços não Formais: Museu do Alto Sertão da Bahia".
Local: UNEB Campus XII Guanambi -BA,
- 23/05/2015 08h às 12h
Visita guiada a "Calçada de Pedra", também conhecida como "Estrada Real"
Local: Comunidade Remanescente do Quilombo de Gurunga.
- 24/05/2015 14h às 17h
"Café com os Quilombolas"
Apresentação das referências patrimoniais do núcleo museológico.
Local: Comunidade Quilombola Pau Ferro do Jorzeiro.

Confira a programação em www.museus.gov.br

#semanamuseus2015
museusbr

Apoio:

Realização:

BRASIL

Figura 47: Cartaz da Semana Nacional de Museu, com a programação do Masb, ano 2015.

Fonte: Instituto Brasileiro de Museus (2015).

A organização da Semana Nacional de Museus foi realizada com o apoio do corpo técnico do Masb, que se responsabilizou pela inscrição e organização do evento junto com a Amasb. Durante a fase de organização do evento, o corpo técnico do Masb entrou em contato com os responsáveis para viabilização dos eventos e visitou a comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro. Na visita a comunidade, pode-se apresentar as intenções da Semana Nacional de Museus e ouvir o que a comunidade pensava a respeito da realização do evento na comunidade.

Os eventos realizados durante a Semana Nacional de Museus tiveram um grande número de público, incluindo os representantes dos núcleos museológicos do Masb, os moradores das comunidades envolvidas, os alunos da Universidade Estadual da Bahia (Uneb/Campus VI), os alunos de colégios municipais de Caetité, e o público geral. O evento contou com a parceria da empresa Renova Energia e da Prefeitura Municipal de Caetité. Dados quantitativos referentes à 13ª Semana de Museus apontam que essa ação envolveu a participação direta de 262 pessoas, sendo que 150 dessas foram da visita à comunidade Pau Ferro do Joazeiro.

A comunidade se engajou na realização do evento, preparando o espaço para receber o público, no preparo de comidas para culminância do evento, na organização das apresentações das referências catalogadas no projeto ‘Percurso’. As apresentações foram feitas pelos moradores da comunidade, teve reisado, cantigas de roda, quebra-pote, forró e venda dos artesanatos. Essas informações podem ser visualizadas nas imagens abaixo:



Figura 48: “Latada”, estrutura de madeira coberta por palha, construída pelos moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro para recepção do público do evento ‘Café com os Quilombolas’.
Fonte: Zanettini Arqueologia (2015).



Figura 49: Apresentação dos bens culturais selecionados pela comunidade na realização do projeto 'Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia'.
 Fonte: Arquivo Zanettini Arqueologia (2015).



Figura 50: Apresentação da celebração do Reisado durante o 'Café com os Quilombolas'.
 Fonte: Relatório Masb, nº. 24 (p. 32, 2015).



Figura 51: Café produzido pelas mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas, para o evento 'Café com os Quilombolas'.
 Fonte: Arquivo Zanettini Arqueologia (2015).

4.10 Recurso e fomento

O desenvolvimento das ações do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’, se aplica ao planejamento de estratégias de capacitação estabelecidas no Plano Museológico do Masb. O programa de Financiamento e Fomento abrange o planejamento de “estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos dentro do museu” (IBRAM, 2016, p. 85).

O programa tem por objetivo identificar estratégias de captação de recursos para implementação das ações apontadas nos demais programas do Plano Museológico, recursos esses oriundos de diversas fontes, tais quais: orçamento próprio, patrocínio, convênio, parceria e leis de incentivo, entendendo-se o financiamento enquanto recurso captado, adquirido com as ações de fomento (IBRAM, 2016, p. 85).

Visualizando a autonomia dos núcleos museológicos no que se refere à continuidade dos processos museológicos e uso sustentável e qualificado do patrimônio como recurso de manutenção das atividades socioculturais, a Renova Energia, financiou o investimento em recursos tecnológicos específicos as necessidades de cada núcleo.

O investimento teve como teto o valor de cinco mil reais para cada núcleo museológico participante do projeto, que possibilitou a compra de materiais como: câmera fotográfica, aparelho de projeção de imagens, gravador profissional, caixa de som com microfone, computador portátil, mesa de trabalho, estante de ferro, entre outros. O investimento em equipamentos foi direcionado a princípio as pesquisas realizadas do projeto ‘Percurso’, mas podendo ser utilizado por qualquer outra atividade do núcleo museológico (RELATÓRIO MASB, nº. 12, 2014, p. 14).

4.11 Continuidade dos processos museológicos

A continuidade dos processos museológicos está relacionada as propostas desenvolvidas no projeto ‘Percurso’ aplicado aos aspectos epistemológicos da sociomuseologia. A operacionalização metodológica das atividades propostas no projeto está fundamentada na relação participativa com a comunidade, princípio fundamental ao exercício da sociomuseologia. Procuramos entender a continuidade dos processos a partir da investigação do desenvolvimento de atividades no núcleo Pau Fero do Joazeiro após a realização do inventário na comunidade.

A abordagem de entendimento consistiu na leitura dos relatórios do Masb e nas entrevistas realizadas na comunidade durante a pesquisa de campo. Buscamos compreender como a proposta da sociomuseologia e a operacionalidade dos processos, induziram a inovação e compartilhamento de novos conhecimentos.

Na estruturação do projeto ‘Percurso’, havia a intenção na continuidade das atividades previstas aos núcleos museológicos. Buscava-se “construir projetos culturais, visando à valorização das tradições locais” a partir do protagonismo de cada núcleo museológico e turismo local (RELATÓRIO DO MASB nº 28, 2015, p.30). A intenção inicial era que cada núcleo selecionasse duas referências patrimoniais para “elaborar seus projetos visando submissão de editais da área de cultura/museu” com apoio da Amasb (RELATÓRIO DO MASB nº 28, 2015, p. 61). No projeto preliminar consta o planejamento das seguintes ações:

- a) **Sistematização da informação** – fichas originais devolvidas aos núcleos; digitalizadas e digitadas nos núcleos e no Centro de Estudos do Alto Sertão da Uneb, assim como material audiovisual nos núcleos e centro;
- b) **Exposição em cada núcleo** – com resultados na pesquisa, visando também marcar o espaço do museu em cada comunidade;
- c) **Continuidade na formação dos Agentes Culturais** – após realização do inventário haveria a continuidade do processo de formação visando à capacitação dos Agentes Culturais para a elaboração de projetos culturais com base nas potencialidades das referências inventariadas;

d) Construção de projetos culturais e patrimoniais – elaboração de projetos e inscrição dos mesmos em editais de financiamento e fomento cultural.

Como resultado avaliação da metodologia aplicada no projeto, pode-se compreender que o compromisso com os núcleos museológicos foi se descaracterizando após a entrega da exposição. Considerando que a museologia como um campo de conhecimento que assume uma postura social competente perante a comunidade, deveríamos considerar como fundamental participação da comunidade nos processos museológicos.

A quebra do compromisso de continuidade dos processos museológicos coloca em “xeque” o diálogo entre museologia e a comunidade. Trata-se de assegurar a coletividade dos processos e tomadas de decisões. Para Boaventura de Sousa Santos, esse tipo postura compromete o enriquecimento mútuo das relações ente o museu e a comunidade, considerando que as relações fazem parte de um “universo epistêmico potencialmente infinito” (SANTOS, 1987, p. 46).

A análise das relações de continuidade dos processos museológicos pressupõe a explicitação de que houveram contextos, específicos que demandaram essa situação. Uma dessas questões se refere à interrupção do investimento financeiro do projeto, como veremos a seguir.

4.12 Interrupção financeira do projeto MASB

O planejamento estratégico do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb) foi realizado com incentivo privado do empreendimento eólico da empresa Renova Energia, que no ano de 2012 viabilizou recursos financeiros como Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), para execução de um grupo de projetos sustentáveis e de desenvolvimento socioambiental no Alto Sertão da Bahia. As ações financiadas pelo BNDES tiveram como objetivo o desenvolvimento sustentável e promoção da qualidade de vida das áreas impactadas pelos parques eólicos.

O Plano Museológico do Masb foi elaborado de forma participativa junto com atores locais e coordenado pela empresa Zanettini Arqueologia, que desde 2009 desenvolvia as pesquisas arqueológicas da empresa Renova Energia, atuando inclusive em ações de Educação Patrimonial no território em questão. O planejamento estratégico de implantação do Masb se enquadra na “dimensão cultural do programa, contribuindo para o desenvolvimento local através da valorização e preservação das referências e expressões culturais e patrimoniais” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 42).

Após a elaboração do Plano Museológico do Masb, o projeto de implantação do museu ganha visibilidade e se insere na fase de implantação, como projeto de sustentabilidade social da Renova Energia. Por se constituir como um museu de território o projeto de implantação do Masb passa a atuar de forma descentralizada a uma instituição sede, constituindo núcleos de representação de memória e cultura local. Esta fase se constitui como um processo “plural e participativo” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB, 2012, p. 42).

Nesse período foram contempladas cerca de 70% das ações previstas no plano museológico, como: a execução do projeto arquitetônico da sede; pesquisas de campo; tratamento técnico laboratorial dos acervos arqueológicos; formações e treinamento da equipe técnica local; fóruns de debates; projetos de valorização dos patrimônios locais, entre outros. Durante esse processo houve a interrupção e redução dos recursos financeiros do BNDES, acarretando na paralização das atividades de implantação do Masb (RELATÓRIO MASB, nº 32, 2016, p.4).

A redução de custos acarretou numa tomada de decisões e prioridades a serem executadas. Nessa conjuntura foram avaliadas as exigências do Iphan, para o cumprimento das normas de guarda e pesquisa dos acervos arqueológicos, que, até o momento de construção dessa dissertação, se encontram acondicionados no laboratório da empresa Zanettini Arqueologia no estado de São Paulo, impossibilitados de serem transportados de volta ao Alto Sertão, devido à inviabilização da reserva técnica do Masb.

Além da situação de guarda dos acervos arqueológicos o museu perde o assessoramento técnico da Zanettini Arqueologia e sofre impactos nos mais diversos setores como: na falta segurança da sede, a não finalização do projeto paisagístico da sede, falta da exposição de longa duração, não finalização de detalhes arquitetônicos e de comunicação, interrupção das atividades de formação e desenvolvimento de projetos do corpo técnico e dos núcleos museológicos. Contudo, o Masb foi se adequando com as possibilidades de recursos humanos e financeiros disponíveis.

Nessa etapa o museu já contava com: a adesão dos núcleos museológicos; exposição itinerante do projeto 'Percurso'; documentação dos patrimônios materiais e imateriais catalogados no projeto 'Percurso'; suporte técnico dos profissionais contratados pela Uneb e pela prefeitura de Caetité, ressaltando a presença de duas museólogas no corpo de trabalho; entrega dos equipamentos técnicos e eletrônicos nos núcleos museológicos e etc.

5. Pesquisa em campo e resultados obtidos

A pesquisa, em curso, desenvolvida no mestrado de Museologia da Universidade Federal da Bahia, teve como objeto de pesquisa o Museu do Alto Sertão da Bahia, e seu campo empírico direcionado a aplicação de princípios da sociomuseologia, em um estudo de caso técnico de aplicação de um inventário do patrimônio cultural.

Os recursos utilizados para a coleta de dados foram elaborados com o intuito de promover a participação dos moradores da comunidade e de pessoas ligadas ao processo de execução do projeto. Os métodos qualitativos baseiam-se na comunicação direta com os membros da comunidade Pau Ferro do Joazeiro e de atores locais que estiveram envolvidos no projeto. Os resultados desse método se concentram numa visão específica do que em generalizar todos os envolvidos ao projeto Masb. Os métodos quantitativos partem de uma análise quantitativa dos resultados do projeto 'Percurso' e dos dados coletados em campo, as entrevistas, os depoimentos e os questionários.

A metodologia baseou-se numa dinâmica de entrevista coletiva, centrada na abordagem das experiências que os sujeitos daquela comunidade tiveram ao serem atores da sua própria história. Considerando que o estudo antropológico necessita uma prática pedagógica estruturada, buscou-se discorrer sobre a relevância do projeto em questão e sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade.

5.1 Encontro com os moradores da comunidade

O encontro aconteceu no dia 10 de junho de 2018, estavam presentes 27 pessoas como consta na lista de presença (apêndice 1). O encontro aconteceu na Associação de Moradores do Pau Ferro do Joazeiro. A princípio foi explicado que esse encontro se tratava de uma pesquisa independente sobre o projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’, relacionando-o a minha pesquisa de mestrado do Programa de Pós Graduação da Universidade federal da Bahia e que não havia nenhuma espécie vínculo com o Masb, a Zanettini Arqueologia e Renova Energia.

Essa etapa da pesquisa foi dividida em dois momentos que consistiram na apresentação do projeto de mestrado, seguida da dinâmica “Teia da Vida”. Ao final foi feita a entrega de um questionário para Agentes Culturais, uma espécie de dever de casa, que continham questões que avaliavam a opinião dos Agentes sobre a sua participação no projeto ‘Percurso’. Nesse dia também foi feita uma visita a casa da D. Maria Cândida, que não pode ir ao encontro por está sentindo dores na coluna.

O encontro teve início com a apresentação do projeto de pesquisa, utilizando o recurso de projeção adquirido pela comunidade durante a implantação do núcleo museológico. Nesse momento foram apresentados o título da pesquisa e a estrutura que compôs o projeto de mestrado até a sua fase de qualificação. A apresentação foi feita numa linguagem simples de forma que todos pudessem compreender a estrutura da pesquisa. Os moradores demonstraram familiaridade com tema apresentado, tendo em vista que eles participaram diretamente com o projeto.



Figura 52: Apresentação do projeto de mestrado para moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.
Fonte: Arquivo pessoal. Imagem: Naira Sacramento (2018).

Durante a apresentação relembrou-se a trajetória de implantação do núcleo museológico e o desenvolvimento do projeto ‘Percursos’. Foram apresentadas as principais etapas do projeto que consistiram no arrolamento das referências patrimoniais da comunidade, na delimitação do território, na documentação fotográfica a formação dos Agentes Culturais, na organização do material – integrado ao inventário patrimonial e no preenchimento das fichas documentais. Relembrou-se, também, os recursos utilizados na pesquisa, as referências selecionadas e ao final foi feita uma análise comparativa dos resultados produzidos pela comunidade e pelos outros núcleos museológicos.

Em continuidade foi proposto à realização de uma dinâmica coletiva chamada “Teia da Vida”. Essa dinâmica consiste na construção simbólica de uma teia de aranha. Para a realização desta dinâmica, utilizou-se apenas um novelo de barbante, que foi passado nas mãos dos participantes, que estavam sentados em um círculo.

O objetivo de circular o novelo entre os participantes foi com o intuito de promover um momento de fala de cada um dos presentes, uma espécie de comunicação interna, já que na maioria dos encontros realizados durante a implantação do projeto muitos ficavam calados.

Assim, estabeleceu-se que no momento em que participante estivesse com o novelo em mãos, ele se apresentaria e falaria qual a impressão que ele teve sobre o ‘Percursos’ realizado na comunidade, citando aspectos positivos e negativos. Dessa dinâmica surgiram os seguintes depoimentos:

01. Mário José da Silva

*“Considero muito importante esse trabalho que vocês tão fazendo, por que a gente arranja muita amizade, e todos que chegam aqui sempre tem muita consideração pela gente, se não fosse esse trabalho isso não teria acontecido. **Pena é que quando vai embora deixa saudade**”.*

02. Eujacio Rodrigues dos Santos

“Sou morador aqui da comunidade e tô achando o trabalho de vocês muito bom, foram embora e a gente ficou com saudade, é um prazer urgente ter vocês aqui de novo”.

03. Edivaldo Rodrigues dos Santos

“Achei esse trabalho muito bom, só isso”.

04. Ivanete de Jesus Santos Matos

*“Como todos aqui me conhecem, eu sou Ivanete participei do projeto junto com o grupo de jovens e nós fizemos algumas entrevistas aqui na comunidade, isso foi muito importante pra mim. Eu aprendi coisas que eu nem sonhava e que a gente não sabia, pois a gente tá dentro de uma comunidade, um lugar que a gente não conhece a própria história do que tem ali. Esse projeto foi muito interessante, teve, por exemplo, o dia que a gente foi na casa do Seu Almerindo pesquisar e eu pude descobrir tantas coisas sobre a minha origem, de onde eu vim, quem eu sou... **Eu achei tudo muito interessante, mas como ponto negativo eu achei que faltou continuidade.** Faltou alguém pra dá aquele empurrão você dava pra gente. Isso é importante pra gente conseguir continuar, por que quando a gente fica sozinho a gente acaba se acomodando. Na época do projeto todo mundo se envolveu foi atrás pesquisou e agora a gente acabou parando, porque faltou aquele empurrãozinho”.*

05. Railson Santos Silva

*“Moro aqui mesmo em Pau Ferro e eu vou começar pelos pontos positivos. Foi muito bom pra gente, a gente aprendeu bastante conversando, descobrindo as coisas, os jovens foram muito engajados. Isso foi muito bom! Quanto aos pontos negativos é que agora a gente tem tudo aí, por exemplo o notebook, a câmera, a impressora... mas a gente não sabe como usar, fica tudo guardado. A gente tem vontade mas não tem qualificação. **Tivemos as oficinas, mas a gente aprendeu muito pouco, não foi o bastante pra gente continuar indo pra frente”.***

06. José Rodrigues Sobrinho (Zé Bigode)

*“É um prazer muito grande tá aqui hoje, é uma alegria muito grande pra nois, por que a gente tava sentindo falta. A gente sempre perguntava: Cadê o pessoal do museu que não veio mais? Mas Deus trouxe, levou de novo e torna trazer. Então, é como o pessoal falou, a gente perdeu muitas coisas, mas tudo isso tem uma explicação e se Deus quiser de agora em diante a gente vai aprender muitas coisas e vai ficar bom. **Por que a gente espera que não vá ficar só nessa vez não que isso se repita muitas vezes**”.*

07. Adelsona Neves Rodrigues

“Sou aqui mesmo de Pau Ferro, tô gostando muito dessa reunião aqui nossa hoje, é muito importante, por que sempre que você vem à gente faz a nossa reunião, é muito bom”.

08. Marluci Matos dos Santos,

*“Sou moradora aqui de Pau Ferro, fui agente cultural. Achei o projeto muito bom, achei muito legal. Como ponto negativo eu concordo com o que Railson falou, **pra mim faltou continuidade**, pois a gente precisa de orientação”.*

09. Idalice Maria de Jesus

“Sou da região de Riacho da Vaca e me mudei pra aqui, e gosto muito daqui. Eu gostei muito do projeto, os povo lá de Caetité também gostou muito do que a gente fez aqui. A gente já tava com saudade, por que vocês sempre nos procurava e depois não teve mais, mas a gente espera que como você apareceu agora, torne a aparecer de novo”.

10. Maria Aparecida de Jesus

*“Sou nascida aqui em Pau Ferro e vou morrer aqui. Quando o Bernardo e a Camila chegou aqui com o projeto e falou do museu, a gente só conhecia o museu através da televisão, porque aqui não tem e a gente não participava lá pra vê. Quando chegou aqui com o Plano, falando do Masb, o pessoal ficava aqui falando, ‘mas eu já sou museu’, dizendo que era coisa velha, que não queria entrar no grupo pra fazer isso aí. **O povo pensava diferente, que museu lugar de coisa velha, que não era uma coisa***

*que vinha da comunidade. Quando tudo aconteceu e você continuou com as pesquisas, do que foi apresentado, a gente entendeu na verdade que tudo vem das coisas velhas, dos pessoal mais velho e das palavra que diz o que é museu. Depois que você saiu, deixou pra gente a palavra do museu, então foi importante isso pra nois e por poder acreditar que a partir dessa pesquisa, daquela vinda do pessoal de Caetité pra cá, que veio e confirmou que a palavra museu não é coisa velha que acabou, mas que daquele tempo pra hoje muita coisa mudou por aí... **Museu é uma coisa que dá continuidade que trás benefícios e tem a demonstração do pessoal.** Muito obrigada!”.*

11. Valdete Silva de Jesus

“Eu morava em Maniaçu, hoje to morando aqui. Eu não sei muitas coisas, por que lá não usava essas negoça, depois que eu mudei pra aqui, que tá aparecendo. Eu gostei muito e to gostando desses saber, to achando muito bonito aprender muitas coisas”.

12. Aparecida Silva Santos

“Tô achando muito importante, sempre que vocês vêm aqui”.

13. Roseane Rodrigues de Jesus

“Eu gostei muito do projeto, pois trouxe muitas coisas, muitos conhecimentos. Gostei muito de ter participado lá da equipe. Os pontos negativos pra mim foi ter parado, seria bom se pudesse ter umas aulas a mais pra agente aqui”.

14. Aurea Rosa dos Santos

“Morava no Baixão, casei e mudei pra aqui, sou mãe dessa mulherada toda aqui, que trabalharam no negócio do museu e eu gostei muito. Por que tem muitas coisas que eu já tinha esquecido. Quando você mostrou as coisas aí, me alembrou muita coisa aqui, eu pude ver a foto da minha mãe e naquele momento a gente relembrou tudo. Sempre que vocês vem a gente vai relembando as coisas, pois se ficasse do modo que era eu já não tava alembando mais. Tanta coisa que tinha ali e eu recordei, que o coração

chega dói de vê meus antepassado ressurgir assim... Era bom quando a gente tava todo mundo trabalhando, era mais alegre”.

15. Letícia da Silva Bonfim

“Eu acho muito importante a gente conhecer o lugar bom, eu gosto daqui e achei o projeto muito bom, pois a gente aprende a conhecer o lado baiano”.

16. Osvaldo Pereira dos Santos

“Eu já andei mundo por aí e agora não consigo andar mais, mas quando eu vejo que é reunião das coisas que tinha antes eu sempre venho e fico muito feliz”.

17. Jaice Vitória Oliveira

*“É bom quanto tem as reunião aqui, quando vocês vem são muito bem vindos, pois mudou a vida da gente. A gente aprendeu mais daquilo que a gente não sabia muito. Eu não participei junto com os meninos, por que não tinha idade, mas **o pessoal das escolas já veio fazer pesquisa aqui**”.*

18. José Carlos da Silva

*“Desde quando eu fui criado aqui nunca vi uma coisa igual nois tamo vendo hoje. Aqui pra gente era tudo atrasado, quando a gente via uma pessoa de fora a gente até se escondia com medo. Eu dou graças a Deus, por que depois que vocês chegou desacanhou todo mundo e a gente pode aprender coisas que a gente não sabia. **Infelizmente vocês pararam, mas se tivesse continuado a gente tava bem mais adiantado.** Seria bom vocês voltar, pra nois continuar, mas um dia a chega lá se Deus quiser”.*

19. Nayra Sacramento,

“Sou estudante do curso de história da Universidade Estadual da Bahia em Caetité, já cursei o curso de letras com Inglês, fui colega da Ivanete e pude acompanhar um pouco

da história de vocês por conta da minha amizade com Carine, que quando trabalhou na Zanettini, fazia questão de chamar o pessoal da universidade pra acompanhar os projetos. Eu pude vir aqui em alguns momentos e um deles foi à época da Semana de Museus e uma das coisas que eu percebi foi engajamento da comunidade no projeto, a participação e o pessoal envolvido no processo, entre outras coisas. De certa forma, vocês apresentaram a comunidade de vocês nesse projeto, eu pude vê as entrevistas, que os jovens fizeram na comunidade e isso trouxe elementos particulares de vocês”.

Ao final da dinâmica, foi explicado que a ‘Teia da Vida’ é uma construção de sentidos simbólicos, que nos coloca interligados no exercício de ouvir uns aos outros. Nesse momento, foi passado para eles o conceito de “diálogo” utilizado pelo antropólogo indiano Arjun Appadurai, que aborda as múltiplas interações da vida social, política e cultural, tendo como foco os “riscos do diálogo”. Appadurai fala sobre “os mal entendidos da comunicação humana” e trás elementos necessários para a compreensão da fala, como a o exercício da “sinceridade”. Para ele é preciso “ouvir com a mesma atitude mental, de forma a minimizar os riscos de mal-entendido ou falta de comunicação”. (APPADURAI, 2009, p.24)

Os conceitos apontados por Appadurai vieram à tona no exercício da dinâmica, tendo em vista que os participantes foram convidados a compartilhar de forma livre, os seus pensamentos e ouvir o outro as opiniões dos outros. Com isso pode-se enfatizar que o exercício de ouvir o outro, é por vezes cansativo, porém existe uma importância nisso, tendo em vista que o exercício do diálogo em grupo permite perceber elementos em comum nas falas, isso trás uma ideia de pensamento coletivo.



Figura 53: Momento de explicação da dinâmica Teia da Vida com os moradores da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro.

Fonte: Arquivo pessoal. Imagem: Naira Sacramento (2018).

A dinâmica Teia da vida se estendeu até quase o final da tarde, como havia ainda um questionário que deveria ser preenchido pelos Agentes culturais, foi pedido que a Ivanete Matos, representante da comunidade repassasse o material aos jovens que aturam como Agentes Culturais para que eles respondessem as questões e entregasse no outro dia.

5.2 Questionário com os Agentes Culturais

No outro dia Ivanete Mattos entregou os questionários respondidos pelos Agentes Culturais da comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro. As perguntas do questionário eram relacionadas a participação deles no projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’. Os jovens Agentes Culturais preencheram os questionários (apêndice 2) e o documento de autorização para utilização acadêmica dos depoimentos. Antes do preenchimento do questionário, houve um bate papo com os Agentes Culturais, explicando o conteúdo do questionário. Explicando que se trata do entendimento acerca da experiência de formação e execução de um inventário museológico, pelos jovens Agentes Culturais em sua comunidade.

As perguntas do questionário foram elaboradas como objetivo de compreender a percepção dos jovens Agentes Culturais, tiveram sobre o processo de formação e aplicação do projeto ‘Percurso’ no núcleo museológico Pau Ferro do Joazeiro. Elaboradas com base na metodologia de trabalho, as perguntas delineiam uma compreensão sobre os significados das experiências dos Agentes Culturais e da comunidade nas experiências culturais desenvolvidas no núcleo. As perguntas e respostas descritas abaixo foram preenchidas por quatro Agentes Culturais, que se encontravam na comunidade no momento da pesquisa de campo. O questionário foi preenchido a punho e as perguntas e respostas foram transcritas abaixo:

1) Descreva o que você achou do processo de implantação do núcleo museológico na comunidade.

Rosiane Rodrigues de Jesus

“Achei um processo muito interessante, pois aprendemos muitas coisas, mostrou que a comunidade possui muitas coisas de valores que devemos preservar e valorizar”.

Railson Santos Silva

“Foi um processo muito bom, trouxe muito reconhecimento para todos da comunidade, para as crianças, jovens, idosos e até para aqueles que moram em outras comunidades”.

Marlúcia Rodrigues de Jesus

“Foi um processo muito importante pra comunidade, além disso, a gente desenvolveu muitas coisas. Os mais velhos passaram ensinamentos para os mais novos”.

Ivanete de Jesus Santos Matos

“Eu achei muito importante, principalmente porque ajudou a própria comunidade a se conhecer. Além disso, deu uma visibilidade maior para a comunidade”.

A pergunta nº 1 foi elaborada com objetivo de compreender a percepção dos Agentes Culturais sobre o processo de implantação do núcleo museológico e das experiências pedagógicas aplicadas.

2) Como você colaborou com o projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’?**Rosiane Rodrigues de Jesus**

“Colaborei com pesquisas, entrevistas com os moradores da comunidade, preenchemos fichas”.

Railson Santos Silva

“Colaborei como agente e como morador da comunidade, preenchendo as fichas, fazendo entrevistas e aprendendo com os mais velhos”.

Marlúcia Rodrigues de Jesus

“Minha colaboração foi nas pesquisas, entrevistas, com os artesanatos de palha, barro, crochê e etc”.

Ivanete de Jesus Santos Matos

“Eu participei da equipe dos Agentes Culturais, fazendo entrevistas com os moradores da comunidade e preenchendo as fichas propostas”.

A questão nº 2 foi elaborada com objetivo de compreender o sentido de espelhamento, ou seja, como os Agentes Culturais se veem mediante o processo de trabalho e a consciência sobre as ações executadas no projeto.

3) Como foi a reação da comunidade com os resultados do projeto?

Rosiane Rodrigues de Jesus

“Foi uma reação surpreendente, gostei muito dos resultados, tivemos muitos recursos, orientações que ajudou muito a comunidade a se sentir mais forte e mais confiante”.

Railson Santos Silva

“Foi uma reação surpresa, ficaram todos admirados e com muita alegria por causa do empenho dos jovens”.

Marlúcia Rodrigues de Jesus

“Uma reação super maravilhosa! Uma alegria imensa no rosto de cada pessoa que realmente está participando das reuniões em nossa comunidade”.

Ivanete de Jesus Santos Matos

“O resultado foi bem satisfatório, a comunidade ficou bem empolgada por participar de um projeto como esse. Além de surpreenderem com algumas descobertas, que o projeto pode proporcionar através das pesquisas”.

Durante a elaboração do inventário, os Agentes Culturais passaram pela etapa de entrevistas com os moradores da comunidade, nessa etapa eles puderam colher depoimentos e efetivar os registros áudio visuais da pesquisa.

4) A linguagem e os recursos utilizados foram adequados?

Rosiane Rodrigues de Jesus

“Sim, porque através da linguagem e dos recursos desenvolvi bem todos os trabalhos”.

Railson Santos Silva

“Sim, desenvolveu bastante. Aprendemos muitas coisas”.

Marlúcia Rodrigues de Jesus

“Sim, porque conseguimos realizar a pesquisa e expor os resultados”.

Ivanete de Jesus Santos Matos

“Sim, pois aprendemos muitas coisas, tivemos mais conhecimentos, orientou com muita paciência”.

A questão nº 4 remonta a necessidade de adequação da linguagem e metodologia de aplicação do projeto, tendo em vista que ele foi uniforme a todos os núcleos museológicos. Porém, a abordagem utilizada durante o processo de formação teve que ser moldada a fim de possibilitar práticas, relações e símbolos aos jovens, por meio das quais eles criaram uma linguagem própria, com autonomia relativa na produção de narrativas.

5) Outras comunidades demonstraram interesse em participar do projeto?

Roseane Rodrigues de Jesus

“Sim, principalmente as vizinhas vieram participar e ficaram impressionadas com trabalho e o empenho de todos como a comunidade de Joazeiro, Sumidouro, Baixão etc”.

Railson Santos Silva

“Sim, muitas comunidades vieram e gostaram dos resultados obtidos. Em todos os eventos que tiveram e tem as pessoas de fora que animam muito pra vir”.

Marlúcia Rodrigues de Jesus

“Outras comunidades participaram do “Café com os quilombolas”, que foi um evento realizado na comunidade de Pau Ferro, dentro da Semana de museus e a partir daí muitas outras se interessaram, tanto pelo projeto, quanto pela comunidade em si”.

Ivanete de Jesus Santos Matos

“Sim. Muitas comunidades circunvizinhas vieram participar de muitas apresentações que foram realizadas, tiveram interesse de participar”.

A questão nº 5 engloba uma temática além da execução do projeto ‘Percurso’, ela intui uma resposta acerca da visão que outras comunidades tiveram sobre a aceitação de núcleo museológico e nos trás o questionamento da possibilidade de ampliação dos núcleos ou mesmo da possibilidade de sazonalidades das atividades em outras comunidades. Seria talvez pensar na integração com outras comunidades visando o fortalecimento das atividades.

6) Quais os aspectos positivos e negativos do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’?

Roseane Rodrigues de Jesus

“Os positivos são: deu vida a comunidade, reconhecimento, principalmente para os jovens e as crianças. Os negativos são: depois que o projeto afastou deu uma desanimada na comunidade, os jovens afastaram mais dos trabalhos, pois não tiveram um incentivo”.

Railson Santos Silva

“Positivos: é que a comunidade se desenvolveu muito através das reuniões e fizeram coisas que realmente teve resultados bons. Negativos: é a falta de orientação para sabermos mexer com os equipamentos”.

Marlúcia Rodrigues de Jesus

“Os pontos positivos foram vários, o primeiro deles foi que deu subsídio para que a própria comunidade fosse atrás da sua história, além de envolver os jovens nesse projeto. Como ponto negativo, cito apenas a falta de continuidade, pois durante o projeto todos se engajaram, seja como pesquisador ou informantes”.

Ivanete de Jesus Santos Matos

“Os pontos positivos foram que tivemos mais conhecimentos, demos mais valor aos nossos patrimônios, tivemos bons resultados. Os negativos que não deu continuidade com os projetos, muitos dos equipamentos estão parados porque não tivemos mais orientações”.

A questão nº 6 é uma pergunta estratégica de percepção das forças e fraquezas do projeto, visando com isso uma avaliação das oportunidades e ameaças para a continuidade e atualização do projeto.

7) Outros trabalhos surgiram devido à realização desse projeto? Se sim, quais?

Roseane Rodrigues de Jesus

(sem resposta)

Railson Santos Silva

“Não”.

Marlúcia Rodrigues de Jesus

“Não”.

Ivanete de Jesus Santos Matos

“Não”.

A questão nº 7 induz uma resposta a um dos pontos críticos estabelecidos no projeto, que era a continuidade na formação dos Agentes Culturais para que eles estivessem aptos para elaboração de projetos culturais.

Quanto ao processo de formação dos Agentes Culturais é evidente que os jovens que participaram do projeto, tiveram uma percepção positiva das atividades desenvolvidas, ao expressar o impacto do projeto em suas vidas. O principal aspecto percebido com os resultados do projeto é o fortalecimento da autoestima de cada jovem que participou do projeto e das crianças que nos anos de 2014 e 2015 brincavam junto ao grupo durante os encontros de formação. Esse resultado nos trás uma percepção do reconhecimento do sujeito sociocultural e da construção positiva de múltiplas identidades: juvenil, negra, quilombola, rural e etc.

A formação dos Agentes Culturais deveria ser um processo contínuo nos núcleos museológicos, por isso é preciso reconhecer que ainda há muito pra ser feito e a formação dos jovens que integraram o projeto proporcionou significativos avanços, abriu portas de diálogo dentro e fora da comunidade, revigorou expectativas de crianças e jovens em relação a preservação das práticas culturais na comunidade.

5.3 Entrevistas

A etapa de entrevista buscou evidenciar preocupações relacionadas ao desenvolvimento do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’, no sentido de reiterar ideias, críticas e discussões sobre o processo museológico. A solicitação das entrevistas foi realizada via telefone e o retorno foi feito via e-mail.

A entrevista foi estruturada como objetivo de compreender e analisar o papel do projeto ‘Percurso’ sob a organização epistemológica da museologia, enquanto agente de transformação social. Em seguida, aparecem às reflexões ligadas ao desenvolvimento territorial sustentável sob a perspectiva histórica, cultural e patrimonial.

Trata-se de um estudo de cunho exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa sobre a constituição do Masb e a relevância do projeto ‘Percurso’. A escolha dos entrevistados aconteceu durante o encontro com a comunidade do Pau Ferro, que espontaneamente identificaram a D. Lira e a Fernanda como agentes que integraram de forma participativa na articulação das atividades de implantação do núcleo museológico e do desenvolvimento do projeto ‘Percurso’. Eles também mencionaram a participação Movimento de Mulheres Camponesas, que colaboraram para realização da Semana Nacional de Museus e tiveram a comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro como comunidade de referência patrimonial, que fizeram a pesquisa sobre o ‘artesanato com barro’.

Após a comunidade de Pau Ferro mencionar alguns agentes participativos do projeto, entramos em contato com eles e solicitamos que eles fizessem um depoimento sobre a atuação deles no processo.

Como representante do núcleo museológico do ‘Movimento de Mulheres Camponesas’ a **Aneli Rodrigues de Oliveira (a Dona Lira)**, que em agosto de 2018 prestou o seguinte depoimento:

“Nós do Movimento de Mulheres Camponesas e as comunidades quilombolas, temos muito apreço por toda a equipe do Masb. Vocês trouxeram pra nós o aprendizado e o interesse de conhecer a nossa vida, essa luta de mulheres sofridas aqui

do sertão. Vocês deixaram pra nós um legado que é um patrimônio, que a história da gente é o que fica registrado. O Masb tá nesse caminho do registro das coisas das nossas coisas que vocês levantaram, não só os objetos materiais, mas o imaterial, que muitas vezes é mais difícil de ser trabalhado e ser preservado. Nós só temos a agradecer a vocês. Eu teria muito mais coisas pra falar, mas nesse momento eu acho importante falar que nós estamos muito satisfeitos com o trabalho que foi feito. Nós continuamos aqui, na medida do possível, dentro das nossas possibilidades, na luta pra preservar o que a gente pode”.

Após a coleta do depoimento da D. Lira, entramos em contato com Fernanda Mattos Oliveira, membro do corpo técnico do Masb e representante da Amasb, acompanhou todo o processo de implantação da instituição, desde quanto era membro do Grupo de Trabalho (GT), tanto nas atividades realizadas na sede, junto com outros membros do corpo técnico e Amasb, quando em campo. Em agosto de 2018 a **Fernanda Oliveira**, prestou o seguinte depoimento:

“O projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’ foi uma importante ação executada nos e pelos núcleos museológicos do Masb, onde seus integrantes tiveram a oportunidade de desenvolver pesquisas na sua própria comunidade e com seus integrantes. O resultado foi um interessante panorama cultural de cada um destes núcleos e a eleição dos seus dez principais patrimônios. Presenciar um pouco da execução das atividades desenvolvidas foi muito interessante, verificar como a comunidade, principalmente alguns jovens, se envolveu na aplicação dos questionários e se identificou com as respostas dadas foi muito gratificante. Com essa atividade, presenciamos como a pesquisa saiu da academia e chegou de forma muito significativa à comunidade, gerando um conhecimento muito significativo para cada envolvido”.

Podemos concluir através desses depoimentos que o projeto de implantação do Museu do Alto sertão da Bahia foi bem sucedido na ocasião de participação da equipe técnica no processo de implantação, mas apresentou sérias limitações após interrupção financeira do projeto. O projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’ se caracterizava pelo forte poder de articulação entre os atores locais, sendo um exemplo

prático de construções estratégicas coletivas para a superação obstáculos e desenvolvimento de gestão do patrimônio local, contemplando não só a força do território e de seus capitais sociais, mas também as oportunidades não anteriormente percebidas individualmente. A descontinuidade do projeto certamente causou prejuízos aos seus resultados continuados.

5.4 Análise do caráter participativo do projeto ‘Percurso’

O exercício dos direitos culturais e a democratização das fontes de cultura e memória são direitos previstos na constituição com forma de apoiar e difundir as práticas culturais. No entanto, sabemos que no Brasil essa realidade não é acessível a todos, por isso analisamos as potencialidades de desenvolvimento de um projeto social sob a perspectiva das práticas museológicas contemporâneas. Nesse caso analisamos um projeto de caráter social elaborado por uma instituição museológica que o qualifica como um instrumento de comunicação e reivindicação das projeções de futuro ligadas as manifestações culturais locais.

Para que se possa analisar o caráter participativo do projeto se fez necessário desenvolver um diagnóstico das atividades coletivas, identificando pontos positivos e negativos, para obter um prognóstico estruturado da constituição do projeto. Desta maneira, foi possível formular dados hipotéticos sob o ponto de vista da realidade desse projeto.

A avaliação do projeto se configurou como etapa de campo da pesquisa do mestrado, ela se constituiu na descrição das atividades realizadas no retorno a comunidade Pau Ferro do Joazeiro. Sob o ponto de vista da comunidade significou os resultados do impacto do projeto, considerando que por meio dessa avaliação é possível formular soluções mediante a realidade comunitária.

Durante a pesquisa de campo foi possível notar na fala dos Agentes Culturais e dos demais membros da comunidade que a “falta de continuidade das ações previstas no do projeto” foi um os maiores agravantes no contexto da sua aplicação. Buscaremos refletir melhor esse aspecto nas considerações finais, na tentativa de responder nosso problema de pesquisa.

O processo de avaliação implicou na realização de uma dinâmica de grupo onde foram coletos depoimentos da maioria dos presentes. Em seguida, foi feita a transcrição das informações coletadas e por fim uma análise comparativa dos discursos.

A avaliação do projeto pode ser considerada como uma condição necessária para o uso adequado das informações coletadas no inventário bem como na definição de novos parâmetros para uma possível reformulação do projeto. Sendo assim, cabe aos

gestores e tomadores de decisão usar a informações geradas e comparadas, para fazer julgamentos e reformular possíveis aperfeiçoamentos ao projeto.

O caráter social do projeto 'Percurso' está de acordo com os conceitos contemporâneos da museologia e a função social dos museus. Dessa forma é preciso salientar a importância da estrutura de comunicação estabelecida entre o museu e o território para que se possa fazer correções e direcionar recursos para o cumprimento do objetivo geral do projeto.

Consideramos que em todo o final de qualquer processo museológico deveria ser feita uma avaliação continuada, para que se possa ter uma abrangência comparativa do que foi feito, fazer uma análise dos pontos positivos e negativos e fazer propostas de continuidade baseadas na avaliação. Esse tipo de avaliação poderia fornecer informações que auxiliem na construção de uma avaliação dos impactos sociais do projeto.

Porém, o foco dessa pesquisa não se estende a todos os núcleos do Masb, mas a constituição dos patrimônios quilombolas ligados na comunidade Pau ferro do Joazeiro, por considerar as suas circunstâncias históricas, a localização geográfica, e parâmetros étnico-raciais. Essa escolha infere na visão prática de desenvolvimento de projetos sociais ligados a valorização da cultura em comunidades quilombolas.

Nessa etapa de avaliação é válido considerar a unidade de coerências das ações planejadas (objetivos e metas), para que se possam comparar os impactos da realização do projeto em cada núcleo museológico. Essa comparação é importante no sentido de pautar as mudanças e adequações de acordo com a realidade de cada núcleo para que os objetivos do projeto fossem alcançados.

É válido ressaltar que as mudanças implementadas no projeto possuem especificidades em cada núcleo, considerando sua estrutura sociocultural e esquema organizacional dos processos de implantação dos núcleos museológicos. Dentre as especificidades de cada núcleo se faz necessário observar a relação dos integrantes do projeto (Agentes Culturais) ao conjunto de ações desenvolvidas no processo de implantação do núcleo museológico, com foco para as ações de interação e capacitação. Tendo esse conhecimento é possível certificar-se se o projeto está realmente atendendo às pessoas pertencentes ao grupo.

Para que se possa avaliar o nível de integração de cada núcleo é preciso avaliar dados quantitativos e qualitativos com informações numéricas objetivas, esse tipo de informação pode ser obtida por meio de um padrão previamente definido no projeto preliminar. Enquanto os indicadores qualitativos podem ser baseados em respostas abertas, subjetivas, como foi feito na dinâmica de grupo durante a pesquisa de campo. Considerando a natureza subjetiva das respostas qualitativas é preciso interpretar as respostas considerando diversos aspectos.

Sendo assim, o projeto o projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’ envolveu uma produção sistemática de informações, que pode ser avaliada de maneira quantitativa. Os atributos do projeto puderam ser avaliados, considerando os conceitos de participação como medida desses atributos.

A análise quantitativa pode ser mensurada pelo número de Agentes Culturais que participaram do processo, pelo quantitativo de fichas preenchidas e pelo número de pessoas entrevistadas durante a coleta de informações. A tabela abaixo apresenta o resultado comparativo de dados em todos os núcleos museológicos.

Tabela 1: Dados comparativos dos núcleos museológicos.

NÚCLEO MUSEOLÓGICO	Nº DE AGENTES CULTURAIS	Nº DE FICHAS	Nº DE PESSOAS ENTREVISTADAS
Comunidade Quilombola da Gurunga	5	33	9
Comunidade Curral de Varas	16	46	16
Colégio do Tamboril	14	30	18
Escola de Caldeiras	23	37	21
Espaço Cultural de Igaporã	25	70	14
Movimento de Mulheres Camponesas	4	46	21
Comunidade Pajeú do Josefino	1	27	21
Comunidade Pau Ferro do Joazeiro	7	38	21
Instituto de Educação Anísio Teixeira	19	44	22
RESULTADOS	112	271	217

Fonte: Fichas documentais do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’(2015).

Os indicadores avaliados no projeto possui relação uma relação direta com a produção do inventário museológico. O quadro acima avalia todos os núcleos, exceto o sítio arqueológico Moita dos Porcos que não se encaixa na proposta do projeto. Dos critérios avaliados podem-se comparar os núcleos que obtiveram maiores e menores resultados.

Outro ponto quantitativo a ser analisado foi o a quantidade de pessoas que participaram do encontro na comunidade Pau Ferro do Joazeiro que soma um total de 27 pessoas e 19 depoimentos na dinâmica Teia da Vida. Esses trazem a percepção de participação e envolvimento dos atores locais em assuntos que se refiram ao Masb e o Núcleo Museológico.

A observação que se fez é que das informações mais relevantes permitiu perceber que existem indicadores qualitativos que não são transformados em quantitativos. Cita-se isso como indicativo o desejo de continuidade dos encontros de formação dos Agentes Culturais, essa é uma informação que não pode ser mensurada e ela coloca em cheque o limite das ações de intervenção do museu na comunidade.

A análise qualitativa das informações coletadas em campo ampliou a percepção do impacto do projeto, nos adjetivos utilizados nos depoimentos. Dentre eles destacamos alguns trechos da transcrição em negrito, cujas falas denotam a percepção que a comunidade teve sobre a função social do museu. Algumas falas impactaram a reflexão do entendimento do projeto, uma delas foi a da Maria Aparecida de Jesus (conhecida como D. Cida) e a outra do da Agente Cultural Railson Santos Silva.



Figura 54: Railson Santos Silva na roda de conversa com a comunidade
 Fonte: Arquivo pessoal (2018).

“Moro aqui mesmo em Pau Ferro e eu vou começar pelos pontos positivos. Foi muito bom pra gente, a gente aprendeu bastante conversando, descobrindo as coisas, os jovens foram muito engajados. Isso foi muito bom! Quanto aos pontos negativos é que agora a gente tem tudo aí, por exemplo o notebook, a câmera, a impressora... mas a gente não sabe como usar, fica tudo guardado. A gente tem vontade mas não tem qualificação. Tivemos as oficinas, mas a gente aprendeu muito pouco, não foi o bastante pra gente continuar indo pra frente”.

Railson Santos Silva



Figura 55: D. Cida durante na roda de conversa com a comunidade.
Fonte: Arquivo pessoal (2018).

*“Sou nascida aqui em Pau Ferro e vou morrer aqui. Quando o Bernardo e a Camila chegou aqui com o projeto e falou do museu, a gente só conhecia o museu através da televisão, porque aqui não tem e a gente não participava lá pra vê. Quando chegou aqui com o Plano, falando do Masb, o pessoal ficava aqui falando, ‘mas eu já sou museu’, dizendo que era coisa velha, que não queria entrar no grupo pra fazer isso aí. **O povo pensava diferente, que museu lugar de coisa velha, que não era uma coisa que vinha da comunidade.** Quando tudo aconteceu e você continuou com as pesquisas, do que foi apresentado, **a gente entendeu na verdade que tudo vem das coisas velhas, dos pessoal mais velho e das palavra que diz o que é museu.** Depois que você saiu, deixou pra gente **a palavra do museu**, então foi importante isso pra nois e por poder acreditar que a partir dessa pesquisa, daquela vinda do pessoal de Caetité pra cá, que veio e confirmou que a palavra museu não é coisa velha que acabou, mas que daquele tempo pra hoje muita coisa mudou por aí... **Museu é uma coisa que dá continuidade que trás benefícios e tem a demonstração do pessoal.** Muito obrigada!”.*

Maria Aparecida de Jesus

5.4.1 Análise do depoimento do Railson Santos Silva

Ao analisar os depoimentos descritos acima, percebemos que a opinião do Railson Santos Silva resume pontualmente os aspectos positivos e negativos do grupo. Ao citar os aspectos positivos Railson fala que *“a gente aprendeu bastante conversando, descobrindo as coisas, os jovens foram muito engajados”*, nesse trecho podemos perceber que o projeto cumpriu princípios da sociomuseologia que coloca a função educativa como elemento fundamental a condição de existência do museu.

Ao apontar os aspectos negativos ele fala sobre os equipamentos eletrônicos que a comunidade recebeu como parte do projeto ‘Percurso’, que objetivava o fomento ao registro das atividades culturais da comunidade e o desenvolvimento de projetos a partir dos mesmos. Em sua fala ele diz que *“agora a gente tem tudo aí, por exemplo o notebook, a câmera, a impressora... mas a gente não sabe como usar, fica tudo guardado”*. A análise diacrônica do processo nos permite perceber que a comunidade sentiu necessidade mais oficinas capacitação de uso de equipamentos.

Uma das atividades previstas no projeto ‘Percurso’ foi a ‘Continuidade na formação dos Agentes Culturais’, essa meta previa que após realização do inventário haveria a continuidade do processo de formação visando à capacitação dos Agentes Culturais para a elaboração de projetos culturais com base nas potencialidades das referências inventariadas.

Ao final do seu depoimento ele fala que *“Tivemos as oficinas, mas a gente aprendeu muito pouco, não foi o bastante pra gente continuar indo pra frente”*. Contudo percebemos que a falta de continuidade das oficinas de capacitação, inviabiliza que os mesmos elaborem projetos capazes de concorrer em editais de financiamento e fomento, outra questão que era prevista ao projeto.

5.4.2 Análise do depoimento da D. Cida

No depoimento da D. Cida, destacamos o entendimento do que é museu pois como ela disse as comunidade acreditava que *“museu é lugar de coisa velha, que não era coisa que vinha da comunidade”*. Entendemos que o comentário da D. Cida mostra uma noção comum atribuída aos museus, que utilizam “coisas” para objetificar a relação de tempo histórico. Porém ela continua sua fala afirmando *“que tudo vem das coisas velhas, dos pessoal mais velho e das palavra que diz o que é museu”*. A percepção que a ela teve tempo associada a ideia de herança cultural trouxe o entendimento de alguns significados do quem vem a ser um museu.

Logo em seguida ela fala sobre a saída da equipe técnica da Zanettini Arqueologia denotando que os encontros com a comunidade trouxeram um novo entendimento da *“palavra museu”*, ao reconhecer que uma das características do museu é a pesquisa. A D. Cida fala com entusiasmo sobre a *“vinda do pessoal de Caetité pra cá, que veio e confirmou que a palavra museu não é coisa velha que acabou, mas que daquele tempo pra hoje muita coisa mudou por aí”* se referindo ao evento Café com Quilombolas, realizado na comunidade de Pau Ferro durante a 13ª Semana Nacional de Museus no ano de 2015. Esse evento teve grande repercussão para a comunidade, pois eles puderam apresentar aos visitantes de fora e das comunidades vizinhas que as suas tradições estão vivas e que fazem parte do Museu.

No final do seu depoimento ela conclui que o conceito que *“Museu é uma coisa que dá continuidade que trás benefícios e tem a demonstração do pessoal”*. Nessa fala a D. Cida aborda a ideia de continuidade e a participação coletiva, que foi amplamente discutida na Carta de Santiago (International Council of Museums [ICOM], 1972).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção dos desdobramentos que envolvem as ações de sociomuseologia constitui o *corpus* desta pesquisa. O caminho percorrido para a elaboração do problema foi determinado pelas especificidades do desenvolvimento do projeto ‘Percurso Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia’, com foco para as ações desenvolvidas na comunidade quilombola Pau Ferro do Joazeiro. As reflexões apresentadas nesse projeto se estruturam numa sequência cronológica a construção de um processo.

O projeto ‘Percurso’ segue um esquema operatório de processos museológicos pautados nos programas de salvaguarda e comunicação do Plano Museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia. O programa de salvaguarda contempla ações direcionadas a documentação de conservação, enquanto o programa de comunicação é voltado para ações educativas e exposições. As ações de documentação e conservação utilizadas no projeto se referem à pesquisa e ao registro dos patrimônios inventariados. Já as ações de comunicação são ligadas aos projetos socioculturais e ao caráter pedagógico das exposições.

Os programas de documentação e conservação estabelecidos como base do projeto norteiam representam um conjunto de informações a serem analisadas.

Na descrição dos processos documentais do Masb é possível observar que a instituição segue padrões documentais *alpha* numéricos utilizados para o registro do acervo físico, proveniente da coleta de materiais arqueológicos e outro semelhante para o registro de bens culturais inventariados. Essa etapa se classifica como a fase técnica do projeto.

Observou-se que durante a realização dos procedimentos técnicos do projeto ‘Percurso’ houve uma postura engajada dos atores sociais, aliada a participação de outros moradores na construção das histórias da comunidade. Naquele instante, a percepção é de que as ações do projeto geraram a aglutinação de memórias e, ainda, o fortalecimento tanto da produção intelectual, como da consolidação da proposta de implantação do núcleo museológico.

Da mesma forma, durante a implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia a percepção da equipe museológica de articulação era de que a proposta de produção de conhecimento sobre as comunidades do território, realizada pelo projeto 'Percurso' ressaltava a percepção identidade e território, tendo em vista que o mapeamento das referências locais se constituía nas relações socioculturais de cada núcleo museológico.

A compreensão era de que a metodologia aplicada no projeto 'Percurso' conseguia atingir o objetivo de gestão sustentável dos patrimônios inventariados. O princípio era de que uma produção técnica desse nível tinha a missão de divulgar a cultura, comunicar os bens da memória social, além de educar e entreter os cidadãos.

Na etapa de campo da pesquisa, foi considerada uníssona dos entrevistados a descontinuidade das ações do Núcleo Museológico Pau Ferro do Joazeiro. Esse é um fator primordial para tentarmos responder a hipótese e problema de pesquisa. Essa descontinuidade nos levando a, no mínimo, levantar a reflexão sobre um dos pilares da sociomuseologia: o engajamento social. Do ponto de vista lógico, seria esperado que uma vez a equipe técnica museológica estivesse afastada do processo do Masb, as práticas sociomuseológicas desenvolvidas nos núcleos se mantivessem. Pelas entrevistas à comunidade do Pau Ferro do Joazeiro, restou demonstrado que isso que não ocorreu.

Reconhecemos vários fatores para que a descontinuidade das ações museológicas tenham ocorrido, dentre as quais disputas entre as equipes de gestão do espaço que levaram a novas concepções da noção de museu, a ausência financeira, processos históricos de negação social de direitos, distância entre os centros geradores de informação, exclusão programática do grupo social, fatores econômicos, históricos, político-administrativos, técnicos-acadêmicos, dentre tantos outros que poderiam ser considerados. Assim, seria pouco honesto imputar a descontinuidade desse processo exclusivamente a entraves epistemológicos derivados da aplicação prática dos princípios da sociomuseologia na experiência de implantação do Masb.

Apesar dessa ressalva, no caso em questão o que não podemos negar é que a sociomuseologia passa a ser considerada como um dos fatores a serem observados para entender as razões da descontinuidade, posto que ela de fato existiu como prática na comunidade de Pau Ferro. Assim, resguardadas as limitações e especificidades citadas, julgamos como imperativo evidenciar uma pergunta de natureza retórica reflexiva: as razões dessa descontinuidade decorrem por que a sociomuseologia não resulta de uma

necessidade e/ou de um interesse social? A mesma pergunta feita de outra forma: a sociomuseologia seria uma imposição acadêmica aos contextos sociais?

Não acreditamos que nossa pesquisa tenha conseguido responder essa indagação. Mas, certamente, os dados sugerem a necessidade de aprofundar essa questão sem paixões acadêmico/morais ou jargões socialmente justos, mas epistemologicamente enviesados. Por isso, contrastar a epistemologia da sociomuseologia com as suas práticas possibilitam tirar os postulados acadêmicos da ‘zona de conforto’ e colocar em cheque aquilo que praticamos enquanto museólogos. Essa postura nos permite caminhos para negar, revisar ou reforçar nossas convicções científicas. Por isso, a necessidade sistemática da crítica.

Em nossa investigação, concluímos que os dados levantados são insuficientes para responder a hipótese e problemas lançados. Terminamos esse percurso de investigação com mais dúvidas que respostas. Contudo, o que temos como “certo” é a necessidade de refletir sobre os princípios impostos aos contextos sociais pela sociomuseologia e os reais resultados delas advindos. A ideia não é buscar a desconstrução da sociomuseologia, mas a construção de princípios refletidos em processos práticos de apropriação do patrimônio cultural como herança sociocultural.

Ainda sobre o processo de descontinuidade, outra situação evidenciada nessa dissertação foi sobre a atualização informações documentais. Isto porque o inventário participativo documenta referências patrimoniais mutáveis, ou mesmo, aquelas que deixam o estado de evidência, dando espaço para outras. Identificamos que isso não ocorreu e que há a necessidade de atualização das informações e readequação da metodologia documental, de forma que supra as necessidades de registro dos patrimônios locais.

O processo documental e a metodologia de produção de um inventário do patrimônio cultural necessitam de constante atualização. Para que isso ocorra, segundo Hugues de Varine, há uma necessidade de “conscientização, educação, consulta e um trabalho coletivo de tantos membros da comunidade quando possível”, que por sua vez são indispensáveis para perenidade dos inventários realizados de forma participativa (VARINE, 2013, p.1).

O Museu do Alto Sertão da Bahia é constituído por um quadro de recursos humanos qualificados e treinados para ter autonomia na continuidade das ações previstas no Plano Museológico. A interrupção do investimento financeiro nesse processo de implantação museu impossibilitou a continuidade da formação do corpo

técnico de atores locais, inviabilizou a finalização da reserva técnica e o concomitante envio do material arqueológico, que se encontra na empresa Zanettini Arqueologia. Além disso, outros projetos foram paralisados, como por exemplo, a instalação da exposição de longa duração da sede do museu e a continuidade dos projetos culturais nos núcleos museológicos.

Apesar de todos os questionamentos feitos aos postulados da sociomuseologia, entendemos que o processo de constituição de inventário do patrimônio cultural implica numa questão determinante as possibilidades e limites da patrimonialização, de modo que o inventário implica na proteção dos arquivos no museu, condição indispensável às práticas documentação, mas não se condiciona a responsabilidade cultural de controle e gestão das práticas culturais. Consideramos que o inventário, utilizado como método de patrimonialização, está associado às deliberações da comunidade proprietária do “bem” inventariado, uma vez que o museu detém a prática de arquivamento de informações e a comunidade recebe os documentos originais, esta se insere como elemento essencial na dinâmica de gestão desses bens.

A gestão dinâmica e participativa dos bens inventariados pode ser considerada como uma postura responsável de conservação e gestão do patrimônio. Agindo assim, o museu divide a responsabilidade de gestão do bem comum. A participação da comunidade nas ações de gestão do bem patrimonial é um estímulo ao desenvolvimento de práticas diferenciadas. O inventário pode ser considerado como elemento propulsor dos processos de gestão responsável do patrimônio. As práticas de preservação são utilizadas como elementos de retorno ao patrimônio e de mobilização dos membros da comunidade inventariante. A concepção e validação dessas ações podem expostas e publicadas, cumprindo assim, o ciclo da função social do museu.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; SILVA, Rodrigo M. D. **Educação e processos de patrimonialização cultural**: À guisa de introdução. MOUSEION, n°. 23, Canoas, 2016.

AFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e Turismo**: sustentabilidade e inclusão social. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia do USP, 2012.

AFONSO, Louise Prado; MORAES WICHERS, Camila Azevedo. **Diálogos sobre o patrimônio cultural de Caetité, Guanambi, Igarorã e Pindaí**: “novos olhares”. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2013.

AMORIM, Itamar Gomes; GERMANI, Guiomar Inez. **Quilombos da Bahia**: presença incontestável. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.

ANDRADE, Mário de. **Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**. Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: SPHAN/FNPM, 1981.

APPADURAI, Arjun. **Podemos viver sem o outro?**: as possibilidades e os limites da interculturalidade. Lisboa: Tinta da China: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

ARAÚJO, Marcelo Mattos & BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Org.) **A memória do pensamento museológico contemporâneo**. Documentos e Depoimentos. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

BAHIA. **Atlas eólico da Bahia**. Org.: Camargo-Schubert Engenheiros Associados... [et al.]. Salvador: SECTI: SEINFRA: CIMATEC/ SENAI, 2013.

BARBOSA FILHO, W. P. **Impactos ambientais em usinas eólicas**. In: Congresso sobre Geração Distribuída e Energia no Meio Rural, 9., Itajubá, Minas Gerais, 2013.

BARBUY, Heloisa. **A experiência dos ecomuseus**. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 jan 1989.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. São Paulo: Papirus, 2000.

BELTRÃO, Maria; TAVARES, Fernando Bonetti. **Astronomia na pré-história da Bahia**. R. IHGB, Rio de Janeiro, 2009.

BENJAMIM, Roberto. **Folkcomunicação**: da proposta de Luiz Beltrão à Contemporaneidade. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, ano 5, nº 8 e 9, 2008.

BONI, Valdete. **Movimento de Mulheres Camponesas**: um movimento camponês e feminista. *Revista Grifos*, nº 35/35, 2013.

BORGES, Jorge Luís. *El elogio de la sombra*. Emecé. Argentina, 1969

BOTTALLO, Marilúcia. **Os museus tradicionais na sociedade contemporânea**: uma revisão. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 1995.

BRASIL. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br>> Acesso em: 4 out 2017.

BRUNO. Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1995.

_____. **Estudos de cultura material e coleções museológicas**: avanços, retrocessos e desafios. Artigo da revista *Cultura Material e Patrimônio de C&T* 14. São Paulo, 1999.

_____. **Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças**. *Cadernos da Sociomuseologia*, nº 17, 1999.

_____. **Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: avanços, retrocesso e desafios**. In: Marcus Granato e Marcio Rangel. (Org.). *Cultural Material e patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e ciências Afins-MAST, vol.1, 2009.

_____. **Diretrizes em Documentação museológica**. In: *Documentação e conservação De acervos museológicos: Diretrizes*. Brodowski: Associação Cultural de

Amigos do Museu Casa de Portinari; Secretaria da Cultura de São Paulo. São Paulo, 2010.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Org: José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. Brasília: MinC, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. **Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto**

CADERNO DE CULTURA CAETITEENSE. **Caetité Cultura**. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/caetitecultura/caderno4conclui.html>>. Acesso em: 11 fev de 2018.

CAMARGO MORO, Fernanda. **Museu: aquisição-documentação**. Rio de Janeiro, 1986.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2009.

CERÁVOLO, Suely Moraes. **Proposta de sistema de informação documentária para museus (SIDM): a organização da informação para o Museu de Anatomia Veterinária (FMVZ/USP)**. Dissertação. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1998.

CEZARIO, Hilda Bárbara Maia. **Gestão de Museus: Estratégias com base na Participação Comunitária e na Identidade Territorial**. Dissertação de Mestrado – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2016.

CHAGAS, Mário; PRIMO, Judite; ASSUNÇÃO, Paula & STORINO, Cláudia. **A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos**. Cadernos de Sociomuseologia nº 11, vol. 55, 2018.

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Tese de doutorado em Ciências Sociais/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (1930 a 1940)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal Fluminense, 1998.

COELBA - ANEEL. **Atlas do Potencial Eólico do Estado da Bahia – Creseb**. SECTI: SEINFRA: CIMATEC/ SENAI, 2013. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aneel>>. Acesso em: 16 jan 2018.

COGAN, A. **Plano museológico e estratégias de sustentabilidade para museus: estudo de caso – O Museu Histórico Municipal de Dois Irmãos, Rio Grande do Sul, Brasil, 2012**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais/ Centro Universitário La Salle, Canoas, 2012.

COSTA, Carlos Aberto Santos; COMERLATO, Fabiana. **Sugestões para educação patrimonial em arqueologia por contrato**. Canindé. Revista do Museu de Arqueologia do Xingo, nº 9. Xingó: MAX/UFS, 2007.

COSTA, Carlos Alberto Santos. **Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica**. In: Revista Arqueologia Pública, vol. 11, nº2[19], Campinas: Unicamp, 2017, p. 215-235. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br>>. Acesso em: 18 ago 2018.

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Coordenação do Sistema Estadual de Museus/ Secretaria de Estado da Cultura, Curitiba, 2006.

CURY, Isabelle. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

DANTAS, Fabiana Santos. **Direito Fundamental à Memória**. Curitiba: Juruá, 2010.

DECLARAÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR. 2007. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2010/02/DeclaracaoSalvador.pdf>>. Acesso em: 15 out 2018.

DECLARAÇÃO DE CARACAS. 1992. Disponível em:
<<http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-caracas.pdf>>.
Acesso em: 15 out 2018.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. Paris: Icom, 2010. Disponível em: <<http://icom.museum.pt>>. Acesso em: 02 set 2016.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DINIZ, Fernando Moreira. **Arquitetura Rural do Nordeste do Brasil. Séculos XVIII e XIX. Novos Conceitos e Novos Patrimônios**. In: Arqumemória, Anais do IV Encontro sobre Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador, 2013.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. **Histórias dos quilombos e memórias dos quilombos no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03**. In: Revista da ABPN, vol.5, 2013.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; MORAES WICHERS, Camila Azevedo. **Reflexões sobre museus e turismo e o compromisso público da arqueologia**. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, Alagoas, 2015.

CÂNDIDO, Maria Inez. **Documentação museológica**. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília/ MinC /Iphan /Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Ondas do Pensamento Museológico: balanços sobre a produção brasileira**. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira, NEVES, Kátia Regina Felipini (Coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**. São Cristóvão: Museu de Arqueologia do Xingó, 2008.

_____. **Gestão de museus, um desafio Contemporâneo: Diagnóstico Museológico e Planejamento**. 1ª ed. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática.** Trabalho apresentado no IV Fórum de Museus do Nordeste, Recife, 1991. Disponível em: <<https://meumuseu.files.wordpress.com>>. Acesso em: 26 ago 2018.

FIGURELLI, Gabriela Ramos. **O Público Esquecido pelo Serviço Educativo:** estudo de caso sobre um programa educativo direcionado aos funcionários de museu. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, vol. 44, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia.** São Paulo: Ática 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva.** Trad, de *Laurent Léon Schaffter*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais. 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 set 2017.

IBRAM. **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos.** 2016. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br>>. Acesso em: 01 set 2018.

_____. **Como criar museus.** Portal do Instituto Brasileiro de Museus, 2016. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br>>. Acesso em: 19 ago 2018.

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros:** cotidiano e representações. São Paulo: Humanistas FFLCH/USP, Fapesp: Educ., 2003.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. **Escrito na Pedra:** Cor, Forma e Movimento nos Registros Rupestres. Rio de Janeiro: Versal, 2007.

FERREIRA, Juca. **Vontade de Museu, vontade de memória.** In: Política Nacional de Museus. Relatório de gestão 2003/2010. Brasília-DF: Ibram, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio.** Brasília: IPHAN. INRC Manual de Aplicação, 2000.

_____. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC - Iphan, 2005.

_____. **Da modernização à participação:** a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: paz e terra, 2011 [1968].

_____. **Educação e mudança.** 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e terra, 2007.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011 [1976].

FUNARI, Pedro. Paulo Abreu. **Arqueologia.** Ática, 1988.

Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. *In:* FUNARI, Pedro. Paulo Abreu. (Org.). *Arqueologia Histórica e cultura material.* Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

_____. **A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial.** *In:* ZARANKIN, Andrés; SENATORE, María Ximena (Orgs.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul.* Buenos Aires: Ediciones Del Trindade, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Coleções, museus e teorias antropológicas:** reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. *In:* *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio.* Rio de Janeiro: Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007.

GOUVEIA, Inês & Pereira, Marcelle. **A emergência da Museologia Social.** *Pol. Cult. Rev.*, Salvador, vol. 9, nº. 2, jun/dez, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais:** entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). Versão ampliada de trabalho apresentado no Encontro Nacional da ANPUR, em Salvador, 2005.

HERBERTS, Ana Lucia. **Arqueologia do caminho das tropas:** estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em História/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez 2018.

ICOM – INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Código de Ética para Museus** (versão lusófona). 2009. Disponível em: <<http://www.icom.org.br>>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

INB – INDÚSTRIA NUCLEAR DO BRASIL. **Quem somos?**. Disponível em: <<http://www.inb.gov.br>>. Acesso em: 15 out 2017.

INPC – INSTITUTO NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL. **Instrutivo para fichas de registro e inventário: patrimônio cultural imaterial**. Quito: Instituto Nacional de Patrimônio Cultural, 2011.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. 2010.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade**. Organizadores: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro, SOUZA, Ismael Francisco de. Curitiba: Multideia, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 21 ago 2018.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): manual de Aplicação**. Departamento de Identificação e Documentação. Iphan. MinC, Brasília. 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 07 out 2017.

_____. Educação Patrimonial. **Manual de aplicação: Programa Mais Educação/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 07 out 2017.

JANEIRINHO, Raquel. **Educação Patrimonial: estratégias museológicas participativas no concelho de Peniche**. Paideia/ Revista da Escola Secundária de Peniche, 2011.

JULIÃO, Leticia. **Pesquisa histórica no museu**. In: Caderno de Diretrizes Museológicas 1. Brasília: Ministério da Cultura, Iphan, Departamento de Museus e Centros Culturais de Belo Horizonte, 2006 b.

LIMA, Zamana Brisa Souza. **MUSEU DO ALTO SERTÃO DA BAHIA**: diálogos entre museu de território e culturas digitais. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. 2016.

LIMA, Zamana; CEZÁRIO, Hilda. **Museu do Alto Sertão da Bahia**: os processos comunitários na formação de núcleos museológicos. Disponível em: <<https://siep3campus6.weebly.com>>. Acesso em: 03 mar 2018.

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. In: Revista de História, n°.115, 1983.

MENSCH, Peter Van. *Museology and the object as a data carrier*. Informatologia Yugoslavica, 1986.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**. Artigo publicado em revista eletrônica, 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br>> . Acesso em: 30 ago 2018.

MONTE ALTO, Rosana Lacerda. **Saberes e fazeres quilombolas**: diálogos com a educação do campo. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Educação/ Universidade de Uberaba. Uberaba, 2012.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo. **Três museus, uma mesma premissa**: o planejamento museológico como trabalho coletivo e de mudança social. Anais – V Semana Nacional de Museus na UNIFAL, Minas Gerais, 2013.

_____. **O Planejamento Museológico Participativo em Instituições com Coleções Arqueológicas**: Especificidades de um Diálogo Necessário. In: II Seminário Brasileiro de Museologia - SEBRAMUS, 2015, Recife. Caderno de Resumos do II SEBRAMUS, vol. 2. Recife: SEBRAMUS, FJN e EFPE, 2015.

MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton [et. all.]. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2007.

MOUTINHO, Mário Canova. (Coord.) **Sobre o Conceito de Museologia Social**. In: Cadernos de Sociomuseologia, nº1. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1993.

_____. **Definição evolutiva de Sociomuseologia**: Proposta de reflexão. Comunicação apresentada no XII Atelier. Internacional do MINOM. Lisboa, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente**: um racismo ao avesso?. In: Revista ABPN vol. 4, nº. 8, 2012.

Relatório Masb. **Relatório de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)**. nº. 11, 2014.

_____. **Relatório de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)**. nº. 12, 2014.

_____. **Relatório de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)**. nº. 17, 2014.

_____. **Relatório de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)**. nº. 22, 2015.

_____. **Relatório de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)**. nº. 24, 2015.

_____. **Relatório de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)**. nº. 27, 2015.

_____. **Relatório de implantação do Museu do Alto Sertão da Bahia (Masb)**. n°. 28, 2015.

_____. **Portal Masb**. <<https://www.portalmasb.com/centro-de-cultura-de-igapora>>. Acesso em: 16 ago 2018.

NASCIMENTO, Gildava Araújo da Silva; PEREIRA, Sofia Rebouças Neta. **A cidade de Guanambi-Ba: considerações sobre os fluxos populacionais gerados pela centralidade urbana**. GeoTextos, vol.10. Salvador, 2014.

NASCIMENTO, Júnior José do (org). **Economia de museus**. Brasília: MinC/ Ibram, 2010.

NASCIMENTO, Júnior José do; CHAGAS, Mário de Souza. **Panorama dos museus no Brasil**. In: NASCIMENTO Júnior, José do (org.). **IBERMUSEUS 1: Panoramas museológicos da Ibero-américa**. Brasília/DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008b.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista**. Afro-Ásia, Salvador, Ceao, n°. 24, 2000.

NEVES, Luis Felipe Baêta. **O Combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1998.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo: PUC, vol.10, n°. 10, 1993.

NOVAES, Lourdes R. **Da organização do Patrimônio Museológico: refletindo sobre documentação museológica**. In: *Museologia Social*, SMC, Porto Alegre, 2000.

OTT, Carlos. **Vestígios de cultura indígena no sertão da Bahia**. Publicações do Museu da Bahia, n°.05. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde, 1945.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis, 2014.

PAVÃO, L. *Conservação de Coleções de Fotografia*. Lisboa: Dinalivro, 1997.

PINTO, Celina Bárbaro. **Museu, comunidade e património cultural imaterial**: um estudo de caso - o Museu da Terra de Miranda. Revista MIDAS, nº 2, 2013. Disponível em: <<https://midas.revues.org>>. Acesso em: 3 mai 2018.

PLANO MUSEOLÓGICO DO MASB. **Plano museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia**. Vol. 2, 2012. CD-Row.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2, nº 3, 1989.

POMIAN, Krzysztof. **Colecção**. In: LE GOFF, Jacques. (Coord) Memória e história. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne *apud* Frederik Barth. **Teorias da Etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação editora Unesp, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PTDRS – PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Território da Cidadania Velho Chico**. 2ª ed. Bahia, 2010.

QUEIROZ, Glória; KRAPAS, Sônia; VALENTE, Maria Esther; DAVID, Erika, DAMAS, Eduardo; FREIRE, Fernando. **Construindo saberes da mediação na educação em museus de ciências**: o caso dos mediadores do Museu de Astronomia e Ciências Afins/Brasil. In: Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, vol. 2, nº. 2, 2002.

QUEROL, Lorena Sancho. *El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología: estudio sobre inventarios*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto, Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité, pequenina e ilustre**. 2ª ed, Caetité, BA: Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Reflexões sobre a nova museologia**. São Paulo, 1999.

_____. **Museu e educação: conceitos e métodos**. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, palestra proferida na abertura do Simpósio Internacional “Museu e Educação: conceitos e métodos”, realizados no período de 20 a 25 de agosto. São Paulo, 2001.

_____. **Museu e Educação: conceitos e métodos**. Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação. FAPA, nº. 31. Porto Alegre, 2002.

_____. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MinC/ Iphan /DEMU, 2008.

SCHIFFER, Michael. Brian. *Archaeology as Behavioral Science*. American Anthropologist, 1975.

SHAW, Lucy. **Diversify, Reflections and Recommendations: The Final Report on the MA's Workforce Diversity Scheme**. London: Museums Association. 2013.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

TRINDADE, Silvana Cançado. **Planejamento Museológico**. Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus e Artes Visuais de Belo Horizonte. Minas Gerais, 2010.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIAS E A CULTURA. **Conferência Mundial sobre Políticas Culturais**. 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 06 mai 2018

VARINE, Hugues de. **O lugar da comunidade no museu: uma troca de serviços**. Rede Museu, Memória e Movimentos Sociais. 2007. Disponível em:

<<http://redemuseummemoriaemovimentossociais.blogspot.com>>. Acesso em: 10 dez 2018.

_____. **As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2012.

_____. **Breves considerações sobre o inventário participativo.** Algumas observações e conclusões pessoais do Colóquio de Gemoná, de 10 a 11 de junho de 2013. Disponível em: <<https://inventarioparticipativo.files.wordpress.com>>. Acesso em: 14 ago 2018.

_____. **O museu comunitário como processo continuado.** Cadernos do CEOM - Ano 27, nº. 41 - Museologia Social. 2014.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de prospecções e resgate arqueológico: parque eólico Renova Energia, municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi estado da Bahia.** São Paulo, 2013.

_____. **Diálogos sobre o patrimônio cultural de Caetité, Guanambi, Igaporã, Licínio de Almeida, Pindaí, Riacho de Santana e Urandi.** Zanettini Arqueologia. São Paulo, 2018.

_____. **Programa de gestão do patrimônio arqueológico parques eólicos Renova Energia 2010/2011.** São Paulo, 2018.

WOODWARD, Ian. *The Material Representing the Cultural Universe: Objects, Symbols and Cultural Categories.* In: Understanding Material Culture. New York: SAGE Publications, 2007.

YASSUDA, Silvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação/ Universidade Estadual Paulista. Marília, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93662>>. Acesso em: 28 ago 2018.

8. APÊNDICES

Apêndice 01 – Lista de presença



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós Graduação em Museologia
 LISTA DE PRESENÇA

01. Leetiana da Silva Bomfim
02. Jaine Oliveira da Silva
03. J Vani de Jesus Santos
04. Nayn Jilvan Sacramento Silva
05. Edalige Maria de Jesus
06. Maria da Conceição Oliveira
07. Jaine Vitoria Oliveira
08. Valdete Silva de Jesus
09. Aparecida Silva Santos
10. Naiara Santo Silva
11. Jucimara Santa Silva
12. Marilucia Rodrigues de Jesus
13. Rosane Rodrigues de Jesus
14. Adelar Mendes Rodrigues
15. Maria Aparecida de Jesus
16. Aurea Rosa dos Santos
17. Joana Neves Moraes
18. Ezevaldo Rodrigues dos Santos
19. Euzaciao Rodi Gues dos Santos
20. Paulhem Santos Silva
21. Enario Jobe da Silva
22. Ygor Carlos da Silva
23. Wanete de Jesus Santos Mattos
24. Vitoria Maria da Silva
25. Arnaldo Pereira dos Santos
26. Jose dos Santos Sotomero
27. Marcel Rodrigues da Costa
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.

Apêndice 02 – Exemplo de questionário preenchido


UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós Graduação em Museologia
ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Ambiente: Comunidade Quilombola Pau Ferro do Joazeiro
Questionário: Informações sobre a o Projeto Percursos Patrimoniais no Alto Sertão da Bahia
Período: 10/06/18
Entrevistado(a): Marlúcia Rodrigues de Jesus

Perguntas gerais:

1) Descreva o que você achou do processo de implantação do núcleo museológico na comunidade.

Foi um processo muito importante para a comunidade, além disso a gente desenvolveu muitas coisas. Os mais velhos passaram ensinamentos para os mais novos.

2) Como você colaborou com o projeto Percursos Patrimoniais do Alto Sertão da Bahia?

Minha colaboração foi nas pesquisas, entrevistas, com os artesãos, de falha, barro, croché etc

3) Como foi a reação da comunidade com os resultados do projeto?

Uma reação super maravilhosa uma alegria imensa no rosto de todas pessoas que realmente está participando das reuniões em nossa comunidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós Graduação em Museologia
 ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 4) A linguagem e os recursos utilizados foram adequados?

Sim, porque conseguimos realizar a pesquisa e expor os resultados.

- 5) Outras comunidades demonstraram interesse em participar do projeto?

Outras comunidades participaram do "Café com os quilombolas" que foi um evento realizado na comunidade de Pau-Ferro, dentro da semana de museus, e a partir daí muitas outras se interessaram, tanto pelo projeto quanto pela comunidade em si.

- 6) Quais os aspectos positivos negativos do projeto Percursos Patrimoniais do Alto Sertão da Bahia?

Os pontos positivos foram vários, o primeiro deles foi que deu subsídios para que a própria comunidade fosse atraída da sua história, além de envolver os jovens nesse projeto. Como ponto negativo, cito apenas a falta de continuidade. Pois durante o projeto todos se engajaram, seja como pesquisador ou informantes.

- 7) Outros trabalhos surgiram devido a realização desse projeto? Se sim, quais?

Não.

